

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

SIMONE GRISOLIA MONTEIRO

DITOS E INTERDITOS NO DISPOSITIVO SOCIOEDUCATIVO

**CAMPO GRANDE/MS
2019**

Ficha Catalográfica

MONTEIRO, Simone Grisolia.

Ditos e interditos no dispositivo socioeducativo. / **Simone Grisolia Monteiro. – Campo Grande, MS, 2019.**

179 f.; 30cm

Orientador: Professor Doutor Antônio Carlos do Nascimento Osório.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-graduação em Psicologia – Curso de Mestrado.

1. Instituições; 2. Medidas socioeducativas; 3. Privação de Liberdade; Michel Foucault. I. OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. II. Título.

SIMONE GRISOLIA MONTEIRO

DITOS E INTERDITOS NO DISPOSITIVO SOCIOEDUCATIVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Curso de Mestrado, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia - Linha de Pesquisa Psicologia e Processos Educativos.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório.

**CAMPO GRANDE/MS
2019**

TERMO DE APROVAÇÃO

SIMONE GRISOLIA MONTEIRO

DITOS E INTERDITOS NO DISPOSITIVO SOCIOEDUCATIVO

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Membro Titular da Banca

Prof^ª. Dr^ª. Anita Guazzeli Bernardes

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Membro Titular da Banca

Prof. Dr. Linoel de Jesús Leal Ordóñez

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Membro Suplente da Banca

Campo Grande, MS, 06 de Dezembro de 2019

Em memória dos meus avós:

José e Marieta Grisolia

Alípio e Ivete Moura

Porque duvidaram das verdades prescritas.

AGRADECIMENTO

A realização desta pesquisa foi um processo complexo que demandou momentos de foco e individuação, mas que foi uma construção também social, com a atuação e influências objetivas e subjetivas de pessoas da minha convivência familiar, acadêmica e profissional, além do momento peculiar pelo qual passa o nosso país. Assim, expresso minha gratidão a Deus e às pessoas que, de algum modo, fizeram parte deste processo. Arrisco-me a mencionar algumas destas pessoas a quem dirijo meus agradecimentos:

Ao Diretor e equipe de servidores/as da Unidade Educacional de Internação Masculina Dom Bosco por terem me recebido na condição de pesquisadora; ao Superintendente de Assistência Socioeducativa, por ter autorizado a realização da pesquisa e concedido o apoio necessário neste período; ao Juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campo Grande por ter dado o seu consentimento para a realização da pesquisa; aos colegas da socioeducação que me acompanharam neste processo, sou grata pelas contribuições, confiança e apoio.

Aos amigos do GEIARF, por formarem um grupo singular, que reúne o estudo com o apoio e a reciprocidade, em que destaco o Heriel e a Dayana pela preciosa atenção, paciência e carinho que me dispensaram em momentos importantes deste processo.

No PPGPsic, agradeço às professoras pelos ensinamentos e, em especial, a Professora Zaira pelo carinho e motivação que me conduziram ao desafio de entrar no curso de mestrado; à Ludmar, incansável em atender de imediato às demandas que se apresentaram no âmbito administrativo do curso; e às minhas maravilhosas colegas de turma, as Muselines, que se tornaram amigas e parceiras na superação dos momentos de dúvida e insegurança que fizeram parte desta formação.

Minha gratidão aos/às professores/as que se dispuseram a compor a banca: a professora Rosemeire, membro interno, pelas análises minuciosas indicando caminhos para as fragilidades observadas; a professora Anita, membro externo, que entrou no movimento da pesquisa e, com isso, ofereceu valiosas e decisivas contribuições. Ao Linoel, pela disponibilidade e pelas suas contribuições criteriosas e pontuais. Em especial, expresso minha profunda gratidão ao professor Antônio Osório, meu querido orientador, por ter me acompanhado, compartilhando sua sabedoria, sendo pontual e diretivo quando necessário ou simplesmente apontando possibilidades, deixando-me livre para descobrir e escolher minhas

próprias trilhas, sempre apontando o rigor teórico e metodológico. Tornou-se um amigo sensível e meu mestre neste processo efetivamente formativo para mim.

E à minha família, com a Marina, que me ajudou a transgredir o meu modo disciplinado de pensar, essencial para pesquisar com Foucault; ao Rafael, que com sua leveza, seu jeito amoroso e questionador me conduziu a prosseguir em momentos desafiadores; e ao Ronaldo, pelo apoio e incentivo durante este processo.

Por fim, manifesto minha gratidão aos meninos anônimos, dos quais tomei emprestado partes de suas histórias de vidas, por vezes fragmentando-as em números, os quais não são, em nada, impessoais.

*Veja só, poeira abaixa e o que sobra é os B.O.
Zona Norte se afundando em pedra e pó
Ó meu Sr., Amor e só...
Veja só, quantos muleque bom foi na quebra sem dó
É mãe de luto, ferro na mão dos menor...
Ó meu Sr., Amor ou pó....*

LA-FIRMA ZN CLÃ

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os caminhos pelos quais a infantoadolescência é conduzida a um processo de menorização que converge para a delinquência em adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação, entre os anos de 2015 e 2018, na Unidade Educacional de Internação (UNEI) Dom Bosco, lócus da pesquisa, localizada no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul. A internação é uma medida legitimada no âmbito do discurso protetivo e garantista dos direitos da infantoadolescência e adotada nos marcos regulatórios vigentes, que incorpora a vivência do aprisionamento nas trajetórias de adolescentes que romperam com os limiões das normas sociais e culturais estabelecidas. Vinculada ao Grupo de Estudos e de Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (GEIARF/UFMS), esta pesquisa se configura como de caráter empírico analítico e documental, tendo como fontes documentos institucionais, além de subsídios de cunho bibliográfico e registros constituídos a partir de imersões no campo de pesquisa. Utilizou-se da arqueologia e da genealogia como possibilidades de perscrutar o jogo de descrições, análises e aproximações empreendido, tendo como inspiração os referenciais teórico-metodológicos foucaultianos, sobretudo no que tange aos estudos relacionados à sociedade disciplinar e de controle. Os resultados expõem uma contínua proposição de mudanças que se efetivam, mantendo antigas práticas sociais em novos arranjos, como o dispositivo socioeducativo que, afirmando a necessária equivalência entre o punitivo e o pedagógico, garante a prática da privação de liberdade de adolescentes na sociedade contemporânea. No estado de Mato Grosso do Sul, com sua extensa fronteira seca e sendo um corredor para o tráfico de mercadorias como armas e drogas, observou-se elementos que apontam para uma relação positiva do crescimento do narcotráfico e da presença de facções criminosas com a estruturação do sistema socioeducativo estadual e a internação de adolescentes. Os dados indicam ainda que a situação de internação é preconizada nas trajetórias de certa juventude, (pre)visível e aceitável pelos estudos estatísticos. Os resultados da busca ampliada realizada no Sistema Integrado de Gestão Operacional da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública relativos aos sujeitos que passaram pela UNEI Dom Bosco nos anos de 2011 a 2018, mostraram a tendência ao aprisionamento de jovens que passaram pela medida socioeducativa de internação ao longo do tempo, o que aponta para uma demarcação da delinquência como destino, um efeito do modo de funcionamento do sistema de poder de uma sociedade disciplinar e de controle. Assim, os achados ora apresentados convergem para a finalidade de subsidiar reflexões que provoquem para um diálogo disruptivo com as práticas efetivas da socioeducação, a partir de seus ditos e interditos, que poderão contribuir para reflexões críticas acerca das políticas voltadas para crianças e adolescentes na atualidade.

Palavras-chave: Instituição. Medidas socioeducativas. Privação de liberdade. Jovens tutelados.

ABSTRACT

This study had the objective to analyze the paths for which the children and teenagers are conducted to a process of minimization that converges to delinquency in those who fulfilled social educational measure of internment, between the years of 2015 and 2018, in the Inpatient Educational Unit (UNEI) Dom Bosco, locus of the research, localized in the city of Campo Grande, in the state of Mato Grosso do Sul. The internment is a measure legitimized in the scope of the protective discourse of the rights of the children and teenagers and adopted in the regulatory marks in effect, which incorporates the experiences of the imprisonment in the trajectories of the youth that broke the threshold of the social and cultural norms. Linked to the Group of Studies and Academic Investigations in Foucauldian Referentials of the Federal University of Mato Grosso do Sul (GEIARF/UFMS), this research entitles itself as of empirical analytical and documental character, having as sources institutional documents, besides the bibliographic subsidies and record constituted from the immersions into the field of research. Archeology and genealogy were used as possibilities to scan the game of description, analyses and approximations engaged, having as inspiration the foucault's theoretical-methodological references, especially in what touches the studies regarding disciplinary society and of control. The results show the continuous proposition of changes that take effect, keeping old social practices in new arrangements, as the social educative tool that, affirming the necessary equivalence between punitive and pedagogical, guaranteeing the practice of the privation of liberty from the teenagers in the contemporane society. In the state of Mato Grosso do Sul, with its extensive dry border and being a pathway to traffic of products such as guns and drugs, it was observed elements that point to a positive relation of the narcotraffic growth and the presence of criminal factions with the social educational state system's structure and the internment of teenagers. The data also indicate that the situation of internment is recommended in the trajectory of a certain youth, predictable and acceptable by the statistical studies. The results of the amplified search made in the Integrated System of Operational Administration in the State of Justice and Public Security related to the subjects that passed through UNEI Dom Bosco in the years between 2011 and 2018, showed the tendency to imprisonment of younglings that passed through the social educational measure of internment in the long term, which points towards the demarcation of delinquency as their future, method of which the system of power works in a disciplinary society of control. Therefore, the findings here presented converge to the finality of subsidizing reflections that provoke for a disruptive dialogue with the practices in effect of the social education, from your sayings and interdictions, which could contribute to the critical reflections in regards to policies aimed at children and adolescents today.

Keywords: Institution; Social Educational measures; Deprivation of liberty; Young people in tutelage.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE	83
FIGURA 02 - IMAGEM PANORÂMICA DA UNEI DOM BOSCO	90
FIGURA 03 - EDIFICAÇÃO ESCOLAR NA UNEI DOM BOSCO	95
FIGURA 04 - DETALHES DAS DIVISÓRIAS ENTRE AS ENTRADAS DAS SALAS DE AULA	97
FIGURA 05 - PROFESSOR COM ALUNOS EM ATIVIDADE ESCOLAR	97
FIGURA 06 - ADOLESCENTES EM ATIVIDADE RELIGIOSA NA UNIDADE.....	98
FIGURA 07 - ADOLESCENTES EM ATIVIDADE DE ARTEEDUCAÇÃO.....	100
FIGURA 08 - CÍRCULO DE PROMOÇÃO DE SAÚDE INTEGRAL	102
FIGURA 09 - ILUSTRAÇÕES DE AUTORIA DE ADOLESCENTES NAS PAREDES DE UM ALOJAMENTO	126
FIGURA 10 - ILUSTRAÇÕES DE AUTORIA DE ADOLESCENTES NAS PAREDES DE UM ALOJAMENTO	126
FIGURA 11 - ILUSTRAÇÃO DE AUTORIA DE ADOLESCENTES EM UM ALOJAMENTO.....	127
FIGURA 12 - ILUSTRAÇÃO DE AUTORIA DE ADOLESCENTES EM UM ALOJAMENTO.....	128
FIGURA 13 - ILUSTRAÇÃO DE AUTORIA DE ADOLESCENTES EM UM ALOJAMENTO.....	128
FIGURA 14 - ILUSTRAÇÃO DE AUTORIA DE ADOLESCENTE EM UM ALOJAMENTO	129
FIGURA 15 - INSCRIÇÃO DE AUTORIA DE ADOLESCENTE EM UM ALOJAMENTO	129
FIGURA 16 - ILUSTRAÇÃO DE AUTORIA DE ADOLESCENTE EM UM ALOJAMENTO.....	130
FIGURA 17 - ILUSTRAÇÃO DE AUTORIA DE ADOLESCENTE EM UM ALOJAMENTO.....	130
FIGURA 18 - ESPAÇO DENOMINADO SOLÁRIO, NO LADO EXTERNO DE UM BLOCO DE ALOJAMENTOS	131

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - SITUAÇÃO DE JOVENS EGRESSOS DA UNEI DOM BOSCO, ONDE ESTIVERAM COMO INTERNOS NO PERÍODO ENTRE 01/01/2011 A 31/12/2011 NA DATA DA PESQUISA.....	19
TABELA 02 - PUBLICAÇÕES IDENTIFICADAS NAS INSTITUIÇÕES DE PÓS-GRADUAÇÃO E PELA COMUNIDADE CIENTÍFICA NO PERÍODO DE 2013 A 2018	43
TABELA 03 - REGISTRO DAS PRODUÇÕES IDENTIFICADAS NAS INSTITUIÇÕES DE PÓS-GRADUAÇÃO E PELA COMUNIDADE CIENTÍFICA SELECIONADAS PARA ANÁLISE	43
TABELA 04 - DADOS REFERENTES À IDADE DE INSERÇÃO EM ATIVIDADE LABORAL, ATIVIDADES REALIZADAS, SONHO OU OBJETIVO DE ADOLESCENTES QUE CUMPRIRAM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NA UNEI DOM BOSCO E DERAM SAÍDA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017	62
TABELA 05 - NÚMERO DE ENTRADAS DE ADOLESCENTES (N) NA UNEI DOM BOSCO NOS ANOS DE 2015, 2016, 2017 E 2018.	73
TABELA 06 - QUANTIDADE DE ADOLESCENTES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE QUE PASSARAM PELA UNEI DOM BOSCO ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2018	74
TABELA 07 - REGISTROS REFERENTES À COR DA PELE DE ADOLESCENTES QUE DERAM ENTRADA NA UNEI DOM BOSCO NO PERÍODO DE 2015 A 2018 E DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE	70
TABELA 08 - MOTIVOS PARA A APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO DE JOVENS QUE PASSARAM PELA UNEI DOM BOSCO ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2018	71
TABELA 09 - INDICADOR DE RISCO JUVENIL PARA AS REGIÕES URBANAS	81
TABELA 10 - ÍNDICES DE EXCLUSÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE	82
TABELA 11 - LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS ADOLESCENTES QUE DERAM ENTRADA NA UNEI DOM BOSCO ENTRE OS ANOS 2015 E 2018, CONSIDERADO O NÚMERO TOTAL DE ENTRADAS NO PERÍODO	83
TABELA 12 - QUANTIDADE DE ENTRADAS DE ADOLESCENTES NA UNEI DOM BOSCO ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2018 CONFORME A MACRO REGIÃO DE LOCALIZAÇÃO DE SUAS RESIDÊNCIAS	84
TABELA 13 - BAIRROS RESIDENCIAIS DE ADOLESCENTES DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE QUE DERAM ENTRADA NA UNEI DOM BOSCO ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2018 E OS RESPECTIVOS ÍNDICES DE EXCLUSÃO SOCIAL (IES)	84

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - IDADE DE INSERÇÃO EM ATIVIDADE LABORAL DE ADOLESCENTES QUE CUMPRIRAM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E DERAM SAÍDA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017	71
GRÁFICO 02 - PERCENTUAL DE ADOLESCENTES QUE CUMPRIRAM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2018 NA UNEI DOM BOSCO DE ACORDO COM NÍVEL DE ESCOLARIDADE	74
GRÁFICO 03 - PERCENTUAL DE ADOLESCENTES QUE CUMPRIRAM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2018 NA UNEI DOM BOSCO DE ACORDO COM A IDADE	75
GRÁFICO 04 - MOTIVOS PARA A APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO DE JOVENS QUE PASSARAM PELA UNEI DOM BOSCO ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2018	72
GRÁFICO 05 - SITUAÇÃO DE JOVENS EGRESSOS DA UNEI DOM BOSCO QUE CUMPRIRAM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NOS ANOS DE 2011 A 2018 NO PERÍODO CONSULTADO (NOVEMBRO/2018 A JUNHO/2019)	134

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	18
1 O JOGO SOCIOEDUCATIVO	41
1.1 Uma sondagem das condições de visibilidade da temática.....	41
1.2 Apontamentos de uma arqueologia da socioeducação no estado de Mato Grosso do Sul .	54
2 PERCURSOS QUE CONDUZEM AO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	66
2.1 Uma (in)certa infância	68
3 O FIEL DA BALANÇA	87
3.1 A UNEI Dom Bosco.....	89
3.1.1 Uma escola aprisionada.....	93
3.1.2 Atividades complementares.....	98
3.1.3 A rotina socioeducativa	105
3.1.4 Práticas psi e (re)produção de verdades	109
3.1.5 O sistema pivete	124
3.2 Destinos.....	132
CONSIDERAÇÕES	137
REFERÊNCIAS	140
ANEXOS	148

APRESENTAÇÃO

Ao adentrar no universo da pesquisa, impõe-se implicar-se com desafios que não cessam de se (re)apresentar, conduzindo à observação a partir de outros lugares que podem causar estranhezas e desconfortos. Entra-se em um movimento que, sobretudo, novas percepções provocam inquietações sobre aquilo que é, já há 18 anos, familiar e cotidiano, na condição de servidora pública como psicóloga das medidas socioeducativas no estado de Mato Grosso do Sul. Tendo atuado no atendimento a adolescentes em situação de internação e também de liberdade assistida e, desde o ano de 2010, no órgão gestor estadual, a Superintendência de Assistência Socioeducativa, subordinada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Da prática diária no sistema socioeducativo estadual, ornada em pressupostos e convicções que tornam seus trabalhadores, sujeitos, resilientes, dóceis e úteis ao sistema de poder do qual se faz parte, para o(s) lugar(es) do estranhamento e das incertezas de quem se propõe a pesquisar. Transitar entre estes espaços – o trabalho e a academia – revelou-se um exercício um tanto complexo, em um processo que se iniciou com uma necessidade de refletir o trabalho da psicologia com adolescentes em privação de liberdade. Desejo de um olhar para além do que era conhecido, do que preconizam as leis e os princípios que as sustentam, que tornam a psicologia jurídica como o campo privilegiado dos fazeres do psicólogo numa área onde é proeminente o aspecto social.

Possivelmente, um dos fatores que mobilizou a buscar na academia o suporte para investigar, a partir da psicologia, a medida socioeducativa de internação, tenha sido a percepção de que se trabalha muito, como numerosos colegas do sistema e, todavia, a despeito dos pretensos avanços normativos, a realidade controversa e complexa das unidades socioeducativas se mantém.

A inserção no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) foi como aluna especial, no primeiro semestre de 2017, o que possibilitou pensar em investigar com o referencial teórico e metodológico de Michel Foucault, escolha que conduziu à participação no Grupo de Estudos e Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF), coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, logo no início do ano letivo. Um espaço onde a liberdade do pensamento e da dúvida encontram-se com o rigor que exige o estudo das obras de um autor como Michel Foucault. Os encontros semanais, a parceria e o comprometimento dos colegas e do professor, foram fundamentais para enfrentar

os desafios que a complexidade do referencial, somado ao jogo de possibilidades de outras formas de apreensão e análises, aberto à pesquisadora em formação, despertou.

Como um corpo submerso nos discursos da socioeducação, as leituras e os debates no grupo de estudos foram essenciais para provocar e dar continuidade a um movimento investigativo e a um processo de mudança pessoal no modo de perceber o mundo circundante e a si própria neste mundo. Ao tempo em que se respirava outros ares, fez-se necessário o desapego às convicções e aos juízos de valor já arraigados. Um processo essencial que demanda tempo - tempo que é subjetivo para cada um -, que compõe a formação para a pesquisa, mas, sobretudo, é um movimento sobre o indivíduo.

Neste processo, é preciso destacar os momentos de rupturas com crenças, ideias e comportamentos que provocaram a percepção de limitações, forjadas na própria história de vida. Momentos importantes, onde pensar diferentes problemáticas sob a inspiração dos referenciais de Foucault foi desafiador, na medida em que, com eles, não se inicia uma investigação com um percurso definido, mas o constrói-se no próprio processo.

Foi assim que os estudos preliminares, que incluíram imersões no campo de pesquisa, trouxeram a perspectiva de destino para os jovens internos, a noção de vidas prescritas, sem perspectivas de outras saídas. Questão essa que levou a uma busca preliminar relacionada à situação atual de adolescentes que passaram pela unidade socioeducativa no ano de 2011. O resultado encontrado nestas escavações indicou o que se está fazendo com esta população que chega ao sistema socioeducativo: produz-se delinquentes.

Diante do impacto, quase imobilizante, causado pelos números que falam de vidas - vidas jovens - emergiram algumas problematizações: quais os percursos que conduzem estes jovens à uma unidade de internação? De que modo isso – a produção de certa juventude – tem continuidade na medida socioeducativa de internação? Como este processo se constituiu?

Assim, a pesquisa tomou vida, traçou suas próprias trilhas, que caminhou com certo desconforto inicial pela desconstrução da crença de que o sistema socioeducativo, tal como era preconizado na legislação vigente, poderia ser a solução para o problema da inclusão sociofamiliar de adolescentes que romperam com as normas e valores sociais e culturais previamente estabelecidos, que circulam na sociedade.

Ajustar as lentes para as práticas psicológicas no sistema socioeducativo a partir dos dados produzidos na pesquisa mobilizou outro processo. Ainda que este tenha sido um propósito que instigou na direção do Curso de Mestrado em Psicologia, os estudos conduziram a outros questionamentos, dúvidas, incertezas e surpresas; suscitaram perspectivas outras, advindas das possibilidades de olhar de outros lados.

A percepção destas questões que envolvem a formação em psicologia e a experiência, ao longo dos anos, em diversos setores do sistema socioeducativo estadual trouxeram a necessidade de uma atenção para isso: o cuidado em manter certo distanciamento da temática investigada junto à ciência de não haver uma suposta neutralidade. A perspectiva da problematização proposta por Foucault (2010a) mostrou-se uma ferramenta importante para ajustar as lentes e encontrar, na obviedade de onde sempre estiveram, os estranhamentos e as incertezas.

Por outro lado, escrever – pensar - com Foucault mostrou ser um desafio que provocou verdadeiras batalhas entre o pensamento e o ato da escrita. Realizar esta pesquisa foi desafiador, mas também estimulante, na medida em que provocou profundas reflexões. Porém, é preciso observar que no processo aqui realizado não se tratou de encontrar respostas ou soluções prontas, mas sim de observar e agir com outras perspectivas, com a possibilidade de olhar do outro lado – e de lados outros – para o funcionamento do dispositivo socioeducativo. Olhar para o que se faz, como se faz, e incitar a pensar em outras possibilidades, outros fazeres. Entender e, em compasso, problematizar as práticas.

O que fazer com esta população de adolescentes e jovens do sistema socioeducativo? A realidade é que não se sabe o que fazer. E vai-se fazendo. Este estudo é um convite a repensar as práticas sociais com relação a esta infantoadolescência em seus percursos de vida.

INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta os resultados do estudo intitulado “Ditos e Interditos no Dispositivo Socioeducativo”, realizado no âmbito da Linha de Pesquisa “Psicologia e Processos Educativos”, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Curso de Mestrado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul¹ (PPGpsi/UFMS), que problematiza como a medida socioeducativa de internação produz uma certa juventude que percorre percursos determinados, antes e depois da vivência da privação de liberdade em uma instituição para adolescentes que romperam com os limiares das normas sociais e culturais legitimadas.

O processo investigativo foi inspirado nos estudos de Michel Foucault (2008; 2014), a partir da sociedade disciplinar e de controle, os quais ofereceram o suporte teórico-metodológico, sendo o fio condutor para as problematizações, escavações e análises realizadas.

Ao se emaranhar aos atilhos do campo de pesquisa, tornaram-se visíveis as minúcias da perspectiva de problematização designada por Foucault, a qual perpassa o âmbito da mera observação limitada à visão daqueles que a descreveram. Desta forma, ao se problematizar a institucionalização de adolescentes como cumprimento de uma medida dita socioeducativa, assinalaram-se novos fios incluindo na análise aquilo que não está escrito ou dito, mas está no interdito, nesta trama.

É desse modo que se faz pesquisa, enquanto uma operação histórica empreitada, particular e coletiva, tendo como eixo o pensar como uma das formas de experimentação analítica e política, sempre buscando outros elementos, a partir daqueles já evidenciados, cujo alvo é um projeto de desdisciplinarização, desconstruindo os saberes sujeitados e interrogando, exaustivamente, os mecanismos de poder que se colocam, sempre como óbvios ou absolutos, enquanto verdades contidas nos mesmos. (OSÓRIO, 2014, p. 13).

Assim, no cerne do movimento investigativo constitui-se “[...] uma maneira de proceder diante do objeto de pesquisa a fim de promover um real trabalho de pensamento e não de um conjunto de regras procedimentais capazes de conduzir o pesquisador a uma verdade.” (VINCI, 2015, p. 201): a problematização.

¹ Pesquisa vinculada ao Grupo de Estudos e Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF), coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFMS) pelo Parecer N° 3.354.667.

A perspectiva de que a institucionalização de adolescentes em uma unidade socioeducativa anuncia certos destinos emergiu nos estudos preliminares desta pesquisa, durante imersões na Unidade Educacional de Internação Dom Bosco (UNEI Dom Bosco). A partir disso, buscou-se no Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO), sistema de informações utilizado pelas instituições que compõem a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do estado de Mato Grosso do Sul (SEJUSP), o qual a Superintendência de Assistência Socioeducativa (SAS), órgão gestor das unidades socioeducativas estaduais, passou a utilizar a partir do ano de 2010, dados que indicassem a situação de adolescentes após a internação.

No SIGO há o registro dos indivíduos que passam por unidades socioeducativas privativas ou restritivas de liberdade e também por estabelecimentos do sistema prisional estadual, entre outros dados. Diante disso, investigou-se os jovens que passaram pela UNEI Dom Bosco no ano de 2011 e sua situação na data desta busca no referido banco de dados, realizada no mês de novembro de 2018, considerando as seguintes categorias: sem registro; livres, com passagem pelo sistema prisional; em cumprimento de pena no sistema prisional; óbitos e transferidos para o estado de origem. Os resultados obtidos constam na Tabela 01, a seguir.

Tabela 01 - Situação de jovens egressos da UNEI Dom Bosco, onde estiveram como internos no período entre 01/01/2011 a 31/12/2011 na data da pesquisa

Situação	Nº Jovens	% Jovens
Em cumprimento de pena - sistema penitenciário	108	55,39
Livres, com passagem em presídio	38	19,49
Sem registros	29	14,87
Óbitos	16	8,2
Transferidos para estados de origem	4	2,05

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados produzidos na pesquisa, obtidos no Sistema SIGO², acesso 18/11/2018.

Como se observa na Tabela 01, após sete anos, somente 14,87% dos jovens não tiveram registros de novas passagens pelo sistema penitenciário estadual até a data pesquisada, no mês de novembro do ano de 2018. Por outro lado, 74,88% passaram pelo sistema penitenciário estadual (19,49%) ou estavam nele inseridos na data da pesquisa (55,39%). E dezesseis jovens estão mortos.

Estes dados podem indicar um pretenso fracasso do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), já que, passados 16 anos da instituição do Estatuto

² Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO): Sistema de informações utilizado pelas instituições que compõem a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, onde podem ser obtidos dados referentes a registros de pessoas em delegacias, sistema socioeducativo e sistema prisional do estado. Acesso restrito a pessoas autorizadas.

da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), foi concebido buscando alternativas para:

[...] reverter a tendência crescente de internação dos adolescentes bem como confrontar sua eficácia invertida, uma vez que se tem constatado que a elevação do rigor das medidas não tem melhorado substancialmente a inclusão social dos egressos do sistema socioeducativo. (BRASIL, 2016, p. 156).

Portanto, os dados exibidos na Tabela 01 apontam para a continuidade daquilo que se dizia pretender romper com a instituição do SINASE (BRASIL, 2006). Assim, observa-se uma positividade que se evidencia nas trajetórias de jovens que passaram pela privação de liberdade. A referida tabela apresenta resultados que trazem visibilidade a uma dimensão de destinos forjados ao longo da vida de parte da juventude, não somente na instituição socioeducativa, mas neste processo complexo, parte de um sistema de poder - no qual ela cumpre uma função que tem continuidade no retorno do jovem à comunidade - e produz efeitos no corpo social.

Foucault (2014, p. 27) dedicou-se ao estudo das formas punitivas e de suas metamorfoses, “[...] a partir de uma tecnologia política do corpo, onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto” sendo a suavização das penalidades uma técnica de poder.

Para compreender isso, o filósofo (2014) adotou a perspectiva de estudar os mecanismos punitivos como uma função social complexa, considerando os efeitos que produzem para além dos sancionatórios, como uma tática política. Assim, buscou uma matriz comum ao direito penal e às ciências humanas, colocando a tecnologia do poder como princípio para a humanização da penalidade e para o conhecimento do homem, na transmuta das punições supliciantes de uma sociedade de poder soberano para o poder das disciplinas, o qual se efetiva por intermédio das instituições.

Na sociedade contemporânea identifica-se a institucionalização como um dispositivo estratégico para a produção de corpos dóceis e úteis à sociedade, desde a instituição familiar com a função de educar as crianças, vigiá-las e corrigi-las, conduzindo-as e adequando-as a padrões construídos historicamente dos pontos de vista social e cultural. Trata-se de um processo que tem continuidade nas instituições escolares e religiosas, nos pequenos grupos sociais, na comunidade, no trabalho e apoiado em um aparato estatal: conjunto que constitui um sistema de poder e que fabrica as condições sociais e individuais de cada um.

Foucault (2015, p. 218) explica que, neste sistema, o poder é exercido por meio das normas, do hábito e da disciplina, acompanhado de um discurso que descreve, analisa e fundamenta:

[...] discurso daquele que vigia, dita a norma, estabelece a separação entre o normal e o anormal, avalia, julga, decide: discurso do mestre-escola, do juiz, do médico, do psiquiatra. Ligado ao exercício do poder, [...] é o discurso normatizador, o das ciências humanas.

Assim, pessoas são forjadas para que ocupem os espaços institucionais necessários ao funcionamento deste sistema de poder, descrito pelo filósofo (FOUCAULT, 2014) como um sistema de normalização. Um sistema composto por mecanismos de reconstrução da individualidade, por meio de uma política física, uma microfísica que atua sobre os corpos, situando-os em um espaço, definindo como devem ser seus movimentos, suas posturas e falas. Um poder que atua no corpo, não na consciência, mas que tem efeitos sobre ela, pois constrói a individualidade. Através dos corpos constrói-se uma determinada alma.

Foucault (2014) utiliza-se do que denominou panoptismo para descrever esta sociedade de poder disciplinar. Inspirado no Panóptico de Bentham, um modelo arquitetônico de vigilância constante, composto de uma construção em forma de anel que circunda uma torre central, mais alta e com janelas que permitem a visualização de todo o seu entorno, sem que se veja o seu interior.

A edificação periférica é dividida em celas, com duas janelas, uma voltada para dentro e a outra para a parte externa, ambas voltadas para o centro, garantindo a iluminação necessária para que os usuários das celas sejam vistos por um vigia na torre central. Assim, o “[...] Panóptico é uma máquina de dissociar o para ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo sem nunca ser visto.” (FOUCAULT, 2014, p. 195). Como principal efeito, os que estão reclusos nas celas são induzidos a um

[...] estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja constante em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade do seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele de que o exerce: enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. (FOUCAULT, 2014, p. 195).

Portanto, uma relação fictícia fabrica uma sujeição real. Na sociedade, isso torna-se possível por meio das instituições, com a vigilância constante sobre a conduta das pessoas

estar em conformidade ou não àquilo estabelecido como regra. O exame, assim, instrumentaliza e dá forma ao panoptismo pelos saberes acumulados sobre os indivíduos, saberes esses que se organizam em torno da norma, do que se deve ou não se deve fazer. É a forma do saber-poder que deu origem às ciências humanas e que caracteriza a sociedade ocidental na atualidade. (FOUCAULT, 2002).

O funcionamento desta sociedade de vigilância compõe-se de uma rede instituições de sequestro, em que os indivíduos agrupados constituem uma coletividade que é vigiada e controlada e define “[...] o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar [...]”. (FOUCAULT, 2013, p. 117). Mas, também sob controle, define aqueles que não serão úteis em sua (in)docilidade.

Depreende-se, como explica Machado (2015) que as relações de poder disciplinares têm uma importância estratégica na medida em que elas apresentam uma positividade, pois constituem-se de uma tecnologia política empregada sobre os corpos, sendo o indivíduo um efeito do poder.

Os estudos empreendidos por Foucault (2010) ao deslocar e ampliar suas investigações do indivíduo-corpo, onde incidem as disciplinas, para a população como um problema científico e político, oferecem ferramentas para analisar esta problemática a partir de outra tecnologia de poder: a biopolítica. O filósofo volta-se para os acontecimentos aleatórios coletivos que ocorrem em um período prolongado de tempo, que ocorrem em séries e podem ser percebidos em seus efeitos econômicos e políticos. Disso decorre a possibilidade de previsões com uso de mecanismos como as estimativas estatísticas.

Diante da possibilidade de se quantificar os problemas populacionais, a estatística faz aparecer sua especificidade irreduzível ao pequeno âmbito da família, como elemento privilegiado para a constituição de saberes (demografia, número de filhos, consumo, etc.), de um saber de governo. É por meio da família, como instrumento, que se chega ao interior da população, apoio fundamental para esta arte de governar (FOUCAULT, 2008), de maneira racional e refletida.

E trata-se, sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma série em homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar [...] um estado de vida. (FOUCAULT, 2010c, p. 207).

O autor explica que as regulamentações guardam semelhanças com os mecanismos disciplinares no sentido de maximizar e extrair as forças, porém, com vistas à obtenção de estados globais de equilíbrio, dirige-se, portanto ao homem-espécie em seus processos biológicos. Eis o poder da regulamentação que consiste em “[...] fazer viver e em deixar morrer [...]” (FOUCAULT, 2010c, p. 207), onde se deixa nichos delinquentes e marginais, mas controla-se seus níveis por meio dos dispositivos de segurança, caracterizando a sociedade de controle, outro modo de governar.

Foucault (2008) explica que o modelo de um governo soberano não é eliminado pelo surgimento de uma nova arte de governar, assim como a disciplina torna-se ainda mais legitimada ao se buscar administrar a população. Portanto, não há uma substituição de formas de governar, mas uma composição da soberania, com as disciplinas e a gestão governamental. O filósofo (2008) sintetiza, portanto, que a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança fornece os instrumentos de proibição e prescrição, com a finalidade de regular a realidade.

Na rede de instituições em que o poder das disciplinas se efetiva encontram-se lugares específicos para tratar dos digressivos às normas e que, constituindo-se em dispositivos estratégicos da sociedade disciplinar, demandem os aparatos estatais posicionados na classificação da alta complexidade no âmbito das políticas de saúde, de segurança, de assistência social, com suas especificidades em relação a crianças e adolescentes.

Neste contexto estrutura-se o SINASE, materializado pela Resolução Nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (BRASIL, 2006), política de estado voltada para esta população, sendo definida como

[...] o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público. (BRASIL, 2006, p. 22).

Considerando que a referida resolução conferiu o *status* de recomendação ao SINASE, com o objetivo de conferir-lhe a presumida força da legalidade, foi então instituído pela Lei Nº 12.594/2012 (BRASIL, 2012), conhecida como Lei do SINASE³. Esta lei regulamentou o cumprimento da Lei Nº 8.069/1990, o ECA (BRASIL,

³ Portanto, são dois documentos conhecidos por SINASE: primeiramente, publicado no ano de 2006, a título de recomendação, como Resolução Nº 119/2006 do CONANDA, que detalha o modo de funcionamento das medidas socioeducativas; posteriormente, no ano de 2012, foi publicada a chamada Lei do SINASE, a Lei Nº 12.594/2012, que institui o sistema como lei e regulamenta a execução das medidas socioeducativas.

1990), no que se refere às medidas aplicadas pela autoridade competente a adolescentes, pessoas entre 12 e 18 anos, que romperam com o limiar das leis, ou como referido no artigo 112 desta legislação, em que é verificada a prática de ato infracional. Nesses casos, conforme disposto no artigo 112, incisos I - VI do ECA (BRASIL, 1990) as medidas previstas são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

A medida de internação em estabelecimento educacional, de acordo com o artigo 112 – inciso V e artigos 121 e 123 do ECA (BRASIL, 1990), constitui-se na privação da liberdade do adolescente por um período de até três anos, devendo ser cumprida em local exclusivo para adolescentes com atividades pedagógicas obrigatórias.

Observa-se, portanto, todo um sistema que se (re)configura, considerada sua constituição histórica, para assistir jovens com condutas desviantes das normas. Um conjunto de instituições, regulamentos, enunciados, normativas e proposições, cujas relações configuram o dispositivo socioeducativo, cuja formação responde a uma função estratégica em relação a uma demanda, onde a infantoadolescência brasileira, notadamente pobre, torna-se alvo.

Na perspectiva foucaultiana, conforme explica Castro (2016, p. 124), com função estratégica, o dispositivo “[...] é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito” e estabelece a natureza da relação entre esses elementos heterogêneos.

Constituindo-se no encontro de discursos e práticas sociais de diferentes áreas de saber, o dispositivo estratégico socioeducativo congrega – e normatiza – o funcionamento das instituições socioeducativas restritivas e privativas de liberdade com vistas a uma - suposta - inclusão sociofamiliar. É preciso problematizar esta questão que se coloca como um paradoxo: afastar/punir para inserir/socioeducar.

No estado de Mato Grosso do Sul, as medidas socioeducativas privativas e restritivas de liberdade são cumpridas por adolescentes em uma Unidade Educacional de Internação (UNEI), ou na Unidade Educacional de Semiliberdade (UESL). Atualmente são nove unidades socioeducativas (oito de internação e uma de semiliberdade) sob a responsabilidade da SEJUSP/MS, por meio da Superintendência de Assistência Socioeducativa (SAS).

A UNEI Masculina Dom Bosco, situada no Município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, foi delimitada como *locus* desta pesquisa, cujos intentos nortearam a tentativa de compreender a operacionalidade da medida de internação, e ainda como tais

práticas se refletem nas trajetórias dos jovens que atravessam tais caminhos, considerados seus destinos.

Caminhar com Foucault conduziu a buscar novas trilhas, por onde se encontrou o LA-FIRMA ZN CLÃ (2017), um grupo de rap que emergiu na Zona Norte do município de Campo Grande, com um videoclipe realizado no ano de 2016, quando ocorreram mais de vinte mortes de jovens no bairro que leva o nome da música-tema do vídeo clipe, “Nova Lima, Mil Pecados” (PIMENTA, 2018). A música faz referência não somente ao bairro em si, mas à vida cotidiana das pessoas que lá residem; retrata com certa riqueza de detalhes, entre as desigualdades e a violência, vivências de crianças e adolescentes, que se constituem assim sujeitos de alguns lugares.

Entretanto, o que traz os seus ditos neste estudo, não é somente a narrativa de uma realidade, que certamente contribui para colocar em análise a temática proposta. Mas também a expressão de uma força contrária, de resistência, que nasce no espaço delimitado de um bairro ao tempo em que se encontra fundado no espaço ilimitado da expressão artística que emergiu entre os ditos - ou interditos – conforme o lugar de onde se fala. Ascender à musicalidade e ao videoclipe, popularizado pelas mídias sociais, deu possibilidade de dispersão a um discurso que resiste frente a uma realidade que anuncia determinados destinos a certas crianças.

Além disso, o videoclipe leva à reflexão de percursos percorridos por uma franja da população, a qual não parece alcançar o *status* de um modo de ser adolescente tal como construído socialmente e difundido como ideal, mas é mantida em um contínuo processo de menorização. Adolescentes que chegam na UNEI Dom Bosco e saem dela.

Coimbra e Nascimento (2008, p. 2) explicam que as concepções de crianças e jovens na sociedade capitalista foram sendo construídas a partir de um modelo biomédico hegemônico em que são compreendidos como seres em formação. Infância e adolescência são definidas, assim, como fases de vida com características próprias, a partir do que se constroem modos naturalizados de vida:

Ao lado dessas caracterizações tidas como universais e científicas, no que se refere às crianças e jovens pobres, outras são adicionadas: a violência e a criminalidade. Com isso vai se configurando para os filhos da pobreza duas classificações: a infância em perigo - aquela que ainda não delinuiu, mas pode vir a fazê-lo e por isso deve ser tutelada - e a juventude perigosa – aquela percebida como delinquente e, portanto, ameaçadora para a manutenção da ordem social. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p. 2).

Assim, associa-se a condição de pobreza com a noção de perigo, enunciado no primeiro Código de Menores brasileiro (1927), artefato onde se registra um discurso dirigido a uma infantoadolescência pobre, perigosa ou com potencial para sê-lo, com as respectivas práticas institucionalizantes destinadas para esta população. Práticas que se mantêm, sobre o discurso humanizado, por certo, da legislação vigente, para crianças que crescem em uma sociedade permeada pelas subjetividades que definem ‘uma boa família’ e certos modos de ser criança e de ser adolescente.

Neste contexto sociocultural e frente às limitações de acesso a condições dignas de existência, destinos são preconizados. Percursos que conduzem a ser ‘menor’, passados 29 anos da instituição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e de proteção integral. Situações previsíveis e que são parte do modo de governar de uma sociedade de controle.

Destas questões emergiram algumas problematizações que indicaram caminhos para investigar: Que percursos conduzem adolescentes para a instituição socioeducativa? Como se efetivam as práticas institucionais em uma unidade de internação? Como a medida socioeducativa (re)produz o destino destes adolescentes?

Ante o exposto, este estudo teve como objetivo investigar os caminhos pelos quais uma parcela da infantoadolescência é conduzida a um processo de minorização que converge para a delinquência, a partir da Unidade Educacional de Internação Masculina (UNEI) Dom Bosco, localizada no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, escolhida como *lôcus* deste processo investigativo.

Adotar os referenciais foucaultianos como suporte teórico para conduzir o processo investigativo implicou adotar uma atitude crítica frente às verdades estabelecidas e abrir o pensamento para novas possibilidades, como explica Osório (2014, p. 12), afirmando que:

Criam-se, assim, espaços de transgressões, não como características de violências, ou negações, mas de superações, desregularizações, passando a compreender a verdade, pelo conjunto de outras verdades, dependendo sempre de onde se vê e, mais, por que se vê.

Portanto, significa assumir o desafio de perceber o óbvio, vestindo as lentes da dúvida e da transgressão para enxergar adiante da ordem do discurso vigente, desnaturalizando o que está posto para, assim, observar as juntas e nuances do tecido factual, no movimento da pesquisa. Um desafio onde a liberdade encontra-se com o rigor, ambos necessários à produção do conhecimento, de maneira que:

[...] seguir seu caminho não se faz pela trilha preguiçosa da citação ou pela reprodução dos mesmos problemas enfrentados por Foucault, mas pela construção de nossos próprios problemas e instrumentos de pesquisa, sem abdicarmos do diálogo com métodos clássicos, na medida em que podem ser úteis à nossa pesquisa. Em suma, pelo trabalho diligente que se diferencia da colagem do autor e ao mesmo tempo nos modifica no processo da pesquisa. (FERREIRA NETO, 2015, p. 418).

Trata-se de uma escolha por trilhar caminhos a serem propostos pelo pesquisador no ato de pesquisar, os quais estão implicados nos estranhamentos encontrados. Assim, a partir das problematizações, foram sendo delineados os caminhos da pesquisa.

Observa-se que os estudos de Foucault compreendem um movimento do seu pensamento, no qual foi ajustando suas lentes para olhar os problemas que escolhia, no qual evidenciam-se deslocamentos conceituais conforme o objeto de suas análises. Machado (2015) explica que, se com a arqueologia Foucault buscava responder como os saberes apareciam e se transformavam, a genealogia buscava o porquê, “[...] situando-os como peças de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político.” (MACHADO, 2015, p. 11-12).

Com esta perspectiva e vinculada ao Grupo de Estudos e de Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (GEIARF/UFMS), esta pesquisa se configurou como de caráter empírico analítico e documental, tendo como fontes documentos institucionais, além de subsídios de cunho bibliográfico e registros constituídos a partir de imersões no campo de pesquisa. Utilizou-se da arqueologia e da genealogia como possibilidades de perscrutar o jogo de descrições, análises e aproximações empreendido, tendo como inspiração os referenciais teórico-metodológicos foucaultianos, sobretudo no que tange aos estudos relacionados à sociedade disciplinar e de controle.

Neste prisma, questões de método foram demandadas ao longo do percurso investigativo e formativo que constituiu este estudo, o qual adentrou em labirintos, cujas saídas foram construídas ao longo do processo, num movimento da própria pesquisa, a qual tomou vida, tal como mostra a narrativa a seguir, que apresenta os procedimentos e instrumentos utilizados, tal como foram sendo elaborados e realizados.

Os procedimentos tiveram início com a obtenção da autorização formal para a realização da pesquisa na UNEI Dom Bosco, mediante a apresentação de ofício emitido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul ao Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campo Grande (ANEXO A) e ao o Superintendente de Assistência

Socioeducativa (ANEXO B), sendo que este fez o primeiro contato com o Diretor da unidade socioeducativa, fazendo a apresentação da pesquisadora.

Os passos seguintes foram realizados no delineamento das condições de visibilidade da problemática e nos primeiros contatos com o campo da pesquisa, a UNEI Dom Bosco, na perspectiva da problematização (FOUCAULT, 2010a), em busca de identificar e obter visibilidade, por outros olhares, da medida socioeducativa de internação, a partir de estudos realizados por pesquisadores da temática.

Para isso, foram utilizadas como fontes relatórios de teses e dissertações, assim como artigos publicados em periódicos; foram somados, com a finalidade de discutir com a realidade do *locus* da pesquisa, relatórios de inspeções realizadas na UNEI Dom Bosco e documentos institucionais do órgão gestor estadual das medidas socioeducativas de internação, incluindo dados obtidos no Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO).

Por meio de pesquisa bibliográfica, buscou-se identificar relatórios de dissertações e de teses, assim como artigos produzidos em Instituições de Pós-graduação e pela comunidade científica no período entre 2013 e 2018, associados à problemática das instituições socioeducativas destinadas a adolescentes em privação de liberdade e analisá-los.

Como orientam Romanowski e Ens (2006, p. 40): “Esses trabalhos não se restringem a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas”. Assim, buscou-se estabelecer alguns passos para o levantamento de produções e critérios para selecionar textos para a análise mais aprofundada, voltada para delinear um estado do conhecimento.

A escolha dos bancos de dados pesquisados considerou a importância da busca em fontes de estudo confiáveis para a pesquisa científica. A partir da temática, foram selecionadas as palavras-chave: socioeducação; internação; práticas e medida socioeducativa.

No sítio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUME) foram utilizadas para a busca as palavras-chave: socioeducação; internação; práticas. No Portal de Periódicos CAPES, foram utilizadas medida socioeducativa e internação.

Com objetivo de organizar os dados para a análise, foram registrados em fichas catalográficas (ANEXO C), contendo: o banco de dados pesquisado como respectivo o endereço eletrônico encontrado, os descritores utilizados, a data de acesso, o tipo de publicação, a referência, o resumo elaborado pelo autor e a disponibilidade do material.

Os dados inventariados foram primeiramente analisados a partir dos conteúdos dos resumos e selecionados, de acordo com o critério de relação direta com o estudo proposto, ou

seja, abordar instituição socioeducativa masculina de internação e/ou a vivência da medida socioeducativa de internação por adolescentes. Os estudos destacados, foram analisados e, as conclusões, anotadas nas fichas catalográficas, no item “Comentário” (ANEXO C), relacionado aos critérios de seleção.

A partir desses, foram destacados aqueles considerados de maior pertinência em relação à instituição socioeducativa nos percursos de jovens nesta sociedade. Foi incluída, então, uma anotação (diretamente relacionado, parcialmente relacionado, não relacionado), a partir da análise do resumo, onde foi sinalizada a relação direta com a temática em estudo considerando o critério de abordar instituições socioeducativas destinadas à internação de adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa.

Assim, foram analisados 12 estudos completos, entre teses e dissertações e 12 artigos de periódicos. A esses foi acrescentado um relatório de dissertação, cuja pesquisa foi realizada a partir de unidade socioeducativa de internação no município de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, o qual não havia sido listado nos bancos de dados pesquisados, tendo sido acessado por indicação do professor orientador.

Dos estudos selecionados, registrou-se aspectos que se destacaram no contexto da investigação em curso, relatados em sete publicações, sendo duas teses de doutorado, uma dissertação de mestrado e quatro artigos, que foram analisadas e discutidas com outras fontes documentais, na perspectiva de buscar aproximações dos estudos realizados pela comunidade científica com a presente pesquisa. Para isso, buscou-se relatórios de inspeções realizadas na UNEI Dom Bosco, os quais foram encontrados nos sítios de órgãos de controle, governamentais.

Além disso, documentos institucionais foram investigados, mediante autorização prévia, no órgão gestor estadual, e foram acessadas informações do sistema socioeducativo estadual. A partir dos dados e estudos científicos levantados, foram realizadas tentativas de aproximações dos estudos realizados com a temática da pesquisa.

Os dados produzidos neste primeiro movimento resultaram na elaboração de um arquivo, denominado “Coleção Aproximações” (2019c), considerada como fonte para a apresentação destes achados. O mesmo procedimento foi tomado com relação a outras “Coleções” que foram sendo compostas no curso da pesquisa.

Esta estratégia foi elaborada diante da demanda que se interpôs na elaboração do Relatório de recorrer aos diversos arquivos produzidos, com um volume significativo de informações. Assim, as “Coleções” são, tão somente, um modo de organização que possibilita um uso mais ‘desordenado’ dos achados. Deste modo, os capítulos que compõem o presente

relatório, foram sendo elaborados com o uso concomitante das várias “Coleções” fabricadas no curso deste estudo. Os achados não são apresentados linearmente, mas conforme o movimento do pensamento em relação aos objetivos de cada capítulo. Portanto, os procedimentos, inspirados na perspectiva foucaultiana, derivaram da ação de pesquisar.

Concomitante às escavações iniciais, foram realizadas imersões no *lócus* da pesquisa, nos meses de abril a junho do ano de 2018, com o objetivo de observar e planejar os próximos passos da pesquisa, a partir da concepção de problematização, desenvolvida por Foucault (2010a). Os registros iniciais possibilitaram uma ação descritiva da UNEI Dom Bosco, o que contribuiu para um (re)conhecimento dos espaços institucionais, movimento necessário para se chegar à perspectiva da problematização:

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc). (FOUCAULT, 2010a, p. 242).

A partir das imersões na referida instituição, realizadas com agendamento prévio, foram realizadas observações, tendo sido apresentada e justificada a presença da pesquisadora e solicitado o consentimento dos presentes, trabalhadores e adolescentes. Não se pretendeu direcionar as observações por meio de um roteiro, mas buscou-se tão somente permitir-se contemplar e examinar a realidade tal como é, possibilitando uma descrição analítica e o ensejo de desnaturalizar o que está posto.

Dos estranhamentos suscitados nestas incursões, foi constituído um manuscrito que guarda anotações e demais registros, além de documentos institucionais repassados (referentes ao funcionamento da unidade), formando um diário de campo, além de um álbum de fotografias. As imagens, inicialmente foram registradas com o objetivo de ilustrar para o leitor como é a estrutura física da unidade. No entanto, mais do que visualizar a arquitetura, as fotografias ofereceram o ensejo de materialização de forças atuantes e de subjetividades que circulam na instituição.

À vista disso, foram analisados elementos da estrutura arquitetônica da UNEI Dom Bosco a partir dos registros fotográficos e descritivos dos espaços institucionais: localização, distribuição e ocupação dos recintos, com a intenção de esboçar teorizações em relação ao ambiente, com os elementos que o compõe: a estruturação física e as demarcações dos espaços, as particularidades que marcam os grupos - forças - que ali convivem, individualidades e coletividades. Os espaços em que circulam saberes e poderes, onde se

efetiva o jogo socioeducativo. As reflexões acerca de possíveis efeitos da internação a partir da noção de destino, a qual foi manifesta no grupo de promoção de saúde mobilizaram para a busca por caminhos para identificar possíveis efeitos após a vivência da internação.

Destes registros, que compõem a “Coleção Imergências e Retratos” (2019a), foi sintetizado um levantamento de caráter empírico-descritivo, abordando os diversos fatores que emergiram, que converge para as problematizações.

Por outro lado, os estranhamentos suscitados mobilizaram a explorar e compreender o modo como se efetivou a constituição a socioeducação no estado de Mato Grosso do Sul. Os dados produzidos nestas buscas compuseram a “Coleção Escavações Iniciais” (2019b), a partir de informações obtidas em registros bibliográficos, documentos institucionais da Superintendência de Assistência Socioeducativa, legislações e normativas relativas à temática além de programas de governo e matérias veiculadas na imprensa.

Com base nos marcos legais, foram registradas notas acerca das concepções de infantoadolescência inscritas nos critérios para definição da inimputabilidade penal e as práticas discursivas e efetivas correspondentes, contextualizando cultural e historicamente com as concepções construídas socialmente desta população e com as práticas efetivas.

Este material foi descrito e analisado à luz da arqueologia desenvolvida por Foucault (2016), buscando identificar nas transformações, rupturas e regularidades discursivas, elementos constituintes da socioeducação e como a estruturação deste aparato ocorreu no estado de Mato Grosso do Sul (MONTEIRO; OSÓRIO, 2019). Este processo foi importante e provocou desacomodações que possibilitaram dar continuidade aos estudos agregando novos modos de olhar para as coisas que apontaram algumas trilhas para os próximos passos da pesquisa.

Entre as inquietações suscitadas nos achados destas primeiras incursões investigativas, a noção de destino começou a rastrear a perspectiva de percursos, onde a internação é uma vivência, dentre outras, para adolescentes que chegam à medida socioeducativa de internação.

A possibilidade de identificar registros relativos à privação de liberdade no sistema prisional de indivíduos egressos da medida socioeducativa de internação como um possível destino nos dados disponíveis no Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO), sistema de informações das instituições que compõem a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança pública do estado de Mato Grosso do Sul, indicou o caminho.

Diante disso, foram realizadas buscas de registros referentes aos adolescentes que passaram pela UNEI Dom Bosco no ano de 2011 no SIGO, a partir do relatório emitido pelo

sistema (ANEXO E). Denominou-se de “situação atual” o registro anotado de cada indivíduo, considerada a data da pesquisa. Os achados foram organizados em tabelas, sendo indicados os números de sujeitos egressos da referida unidade que estavam no sistema penitenciário ou que já passaram por ele até o dia da busca, os que não havia registros no sistema e os óbitos.

A visualização dos dados produzidos neste processo foi decisiva no delineamento dos próximos passos, na direção de buscar elementos para compreender o que foi levantado, os possíveis “destinos”. Diante disso, e norteado pela perspectiva de “percursos”, buscou-se caminhos que pudessem identificar vivências pregressas dos indivíduos. Para isso, foram compostas tabelas com os dados registrados no SIGO referentes à situação atual, etnia/cor da pele, nível de escolaridade. Assim, foram feitas novas buscas no sistema, conforme descrito a seguir:

a) Foi impresso relatório anual dos adolescentes (ANEXO E) que passaram pela UNEI Dom Bosco no ano de 2015 nos quais constam: Registro Geral de Indivíduo (RGI); Data de Nascimento; Origem (delegacia, outra unidade educacional); Data de entrada (na UNEI).

b) A partir da lista anual, foi realizada a busca no SIGO de cada adolescente elencado, utilizando o número do Registro Geral do Indivíduo (RGI);

c) Foi registrado no Quadro de Adolescentes os seguintes dados encontrados no Sistema SIGO (ANEXO F): RGI, cor/raça, escolaridade e situação atual (s/ registro; livre, com passagem em presídios; em presídio);

d) Foram elaborados quadros sínteses, com o somatório dos números encontrados e o percentual correspondente.

Por outro lado, a partir dos resultados preliminares e com a finalidade de se obter visibilidade dos possíveis percursos dos sujeitos deste estudo, definiu-se realizar uma investigação mais abrangente, englobando adolescentes que passaram pela UNEI Dom Bosco nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, totalizando os quatro anos anteriores ao vigente.

Os procedimentos para busca, registro e organização dos dados foram os mesmos elencados acima para o estudo preliminar. No entanto, foram acrescentadas outras informações: Origem (bairro, se de Campo Grande, ou município, se do interior), data de nascimento, nível de escolaridade, cor da pele⁴/raça/etnia, data da entrada na unidade, ato infracional/motivo da entrada, situação atual, idade atual e observações.

Observa-se que a escolha das unidades discursivas foi realizada com base na ideia de percurso e destino, relacionada aos resultados preliminares encontrados neste processo

⁴ Cor da pele é a terminologia utilizada no SIGO.

investigativo. Neste contexto, o dado relativo à origem, especialmente no que se refere aos bairros, foi acrescido a partir dos achados referentes às situações de exclusão, inspirado nos estudos de Sauer (2012), o que motivou também a inclusão de informações disponíveis no sistema SIGO, como o nível de escolaridade e a raça/etnia. O conjunto destas informações foi organizado na “Coleção Estatísticas” (2019d).

Referente à data da entrada, nos casos de adolescentes com mais de um registro no mesmo ano, utilizou-se o critério de anotar a data da primeira entrada e o ato infracional/motivo que justificou sua internação. Na coluna referente à situação atual, foi considerada a situação na data da pesquisa, sendo, portanto, desconsideradas situações de reingressos na unidade socioeducativa, no ano pesquisado. No caso de óbitos, foram registradas as situações relatadas no sistema SIGO referentes às circunstâncias em que ocorreram.

Nesta “Coleção Estatísticas” (2019d), foram arquivados, portanto, os dados produzidos e/ou atualizados durante o mês de junho de 2019, relativos às entradas de adolescentes na UNEI Dom Bosco entre os anos de 2015 e 2018, totalizando 666 entradas, porém, 546 sujeitos, observados aqueles que reingressaram durante este período. Nestes casos, foi considerado somente um ingresso a cada ano, o que deve ser destacado, já que há situações de várias entradas e saídas no mesmo ano, característico de regressão/progressão de medida de semiliberdade ou de liberdade assistida. Todos os dados foram registrados tabelas e submetidas a tratamento estatístico, tabuladas no Excel.

Diante da visualização destes dados, decidiu-se retomar as escavações quanto à situação atual dos jovens, ou seja, seus destinos, a qual havia sido feita, inicialmente, em relação ao ano de 2011, realizando estas buscas (situação na data da pesquisa) nos anos de 2012, 2013, 2014. Assim, foi possível produzir um panorama relacionado a possíveis destinos dos indivíduos estudados em relação à quantidade de tempo na situação de egressos do ano de 2011 até o de 2018. Este arquivo constituiu-se a partir de dados pesquisados no Sistema SIGO referentes aos registros dos adolescentes que passaram pela unidade socioeducativa a cada ano, correspondendo a um total de 1381 registros investigados e foi intitulado “Coleção Destinos” (2019f).

Foram realizadas outras escavações com o objetivo de descrever e analisar práticas discursivas da UNEI Dom Bosco. Para isso, buscou-se arquivos compostos de pastas individuais de adolescentes, as quais contém os relatórios de Plano Individual de Atendimento (PIA) e de acompanhamento da evolução do PIA dos adolescentes que passaram pela unidade socioeducativa no ano de 2017, além de documentos oriundos do judiciário, entre outros. A

escolha do ano de 2017 foi compulsória, dado que este material estava disponível, enquanto que os de outros anos estavam em arquivo morto de difícil acesso.

Os dados foram registrados em fichas, sendo os indivíduos identificados numericamente, formando dois conjuntos, conforme a fonte documental, conforme descrito a seguir:

a) Registros obtidos a partir de Peças processuais, Relatórios de PIA e de evolução, Sentenças judiciais, Mandados de desinternação, tendo sido identificados o autor (função) da informação registrada. Os registros foram anotados em fichas (ANEXO G), sendo compostos de transcrições parciais dos documentos, cujos conteúdos foram selecionados a partir do critério de identificação de como os adolescentes são descritos, além de textos que apontassem pistas sobre o atendimento realizado.

b) Registros de informações pontuais em quadro (ANEXO H) extraídas dos instrumentais utilizados pelas equipes psicossociais (ANEXO I), entre eles: entrevistas sociais, entrevistas de anamnese, fichas de visita domiciliar e Registro de Atendimentos. Durante o processo de busca por informações, foram acrescentados dados que inicialmente não haviam sido previstos, formando um conjunto de informações situacionais de cada jovem, relacionados a vivências em suas trajetórias antes da situação de internação.

Observa-se que, inicialmente, havia a intenção de buscar os dados que retratassem a situação socioeconômica dos sujeitos pesquisados, como a renda familiar e a inserção em programas sociais. No entanto, os registros não foram encontrados em grande parte dos arquivos pesquisados (entrevistas sociais). Nestas escavações, emergiram outras informações interessantes: a idade da inserção no mercado de trabalho, as funções exercidas pelos indivíduos e seus sonhos futuros, as quais foram devidamente anotadas.

Por fim, dessas fontes, foram anotados: idade de inserção no trabalho, funções realizadas no trabalho, raça/etnia, religião, tipo de vínculo com as pessoas com quem reside, inserção em programa de benefício social, inserção em programa de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas (AD) ou Infantil (I), indicação do uso de medicação controlada, se o mandado de desinternação extinguiu a medida ou determinava a progressão para o cumprimento em meio aberto e a identificação do vínculo da pessoa que assinou o mandado como responsável pelo adolescente

Além disso, a partir dos registros de atendimentos, foram anotados todos os atendimentos realizados com os adolescentes por suas equipes de referência (atendimentos psicológicos, sociais, psicossociais e de saúde), assim como os documentos elaborados pela

equipe: relatórios de PIA, de acompanhamento do PIA, pareceres para fins de saída temporária, com o objetivo de delinear a assistência prestada aos adolescentes internos.

Portanto, o processo foi sendo construído à medida que os arquivos foram sendo analisados. A proposta inicial incluía todas as caixas referentes ao ano de 2017, compostas por pastas individuais de jovens que saíram da UNEI Dom Bosco naquele ano e buscaria um tipo de dado: discursos. No entanto, a pesquisa nas 12 caixas iniciais, somaram 54 pastas de adolescentes que saíram da unidade nos meses de janeiro a junho, cujos dados produziram 84 páginas de transcrições, sem considerar os quadros com informações pontuais. Além disso, os dados acrescidos no curso deste processo investigativo levaram à retomada dos arquivos (as primeiras caixas) para busca mais detalhada de informações que emergiram neste percurso, como a identificação da inserção no trabalho em idades precoces, tendo sido dedicado tempo além do planejado.

Como havia sido destacado no projeto desta pesquisa, os procedimentos foram delineados, mas não eram estáticos, compondo a própria ação de pesquisar. As informações e descrições produzidas formam um conjunto de elementos inter-relacionados, cujas tentativas de análise foram sendo desenhadas continuamente, suscitando para reflexões e ponderações que emergiram durante o processo.

Considerou-se que as informações registradas seriam suficientes – e até mesmo excederam -, observados os objetivos deste estudo. Portanto, desta fonte, o arquivo construído para análise foi composto a partir de pastas individuais de adolescentes que saíram da UNEI Dom Bosco no primeiro semestre de 2017.

Na sistematização dos dados, observou-se que quatro indivíduos, identificados pelos números 11, 31, 32 e 39, não chegaram a receber atendimentos, logo, não havia dados de entrevistas e de relatórios, devido a terem recebido mandado de desinternação rapidamente, tendo permanecido entre 1 e 7 dias na unidade. Optou-se por desconsiderar estes indivíduos no conjunto a ser analisado. Assim, o quadro foi reorganizado em sua numeração, totalizando 50 indivíduos que, estando na situação de internos na UNEI Dom Bosco, receberam mandado de desinternação no primeiro semestre do ano de 2017. Os achados destas escavações produziram a “Coleção Vivências” (2019e).

Diante do exposto, observa-se que, dos resultados produzidos pelas diversas incursões investigativas, foram organizadas as “Coleções”, a partir das quais buscou-se descrever fragmentos das vidas de adolescentes que passaram pela UNEI Dom Bosco, pinçados dos sítios escavados e empreender algumas tentativas de análise sobre as relações

delineadas entre elementos dos jogos de saberes e poderes do dispositivo socioeducativo e suas positivities.

Os dados produzidos pela pesquisa possibilitam visualizações multifárias a partir das “Coleções”, compreendidas aqui como conjuntos de artefatos arqueológicos, assim organizados com a finalidade de destacá-los e, com eles, buscar-se desatar alguns nós desta trama, iluminando a investigação para as composições deste jogo socioeducativo.

Estas “Coleções” constituem o arquivo de onde emerge o acontecimento desta pesquisa.

Assim, este Relatório de Dissertação foi composto dos percursos pelos quais foram sendo construídas as “Coleções”, cujas peças se entrelaçam ao serem apresentadas nas perspectivas suscitadas pelo seu conjunto, o qual foi organizado em 3 capítulos, cada um contendo seções, de acordo com os panoramas temáticos desenvolvidos.

No **CAPÍTULO 1**, intitulado **O JOGO SOCIOEDUCATIVO**, buscou-se delimitar o campo, aproximando o leitor da temática estudada, a partir da narrativa da socioeducação – como é intitulada na atualidade – com a apresentação de um conjunto de estudos e documentos relacionados com o tema da pesquisa e, em seguida, alguns elementos da sua constituição histórica, organizados em duas seções.

Na Seção 1.1 Uma sondagem das condições de visibilidade da temática, apresenta-se um panorama relacionado à medida socioeducativa de internação a partir dos olhares de pesquisadores e de instituições de controle social, apoiado nos elementos pertencentes à “Coleção Aproximações” (2019c). Nesta narrativa, buscou-se delimitar esta pesquisa em relação ao modo de funcionamento de unidades privativas de liberdade para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e concatenar com alguns elementos apontados em relatórios de inspeções por órgãos de controle realizadas na UNEI Dom Bosco e arquivos institucionais. Foi possível observar aspectos do modo como se produzem subjetividades no jogo da socioeducação, forjando determinados sujeitos.

Na Seção 1.2 Apontamentos de uma arqueologia das medidas socioeducativas no estado de Mato Grosso do Sul, apresenta-se elementos da constituição do aparato estatal do qual a unidade socioeducativa investigada faz parte, buscando-se delinear como este sistema se tornou o que é na atualidade, a partir de fontes documentais institucionais e bibliográficas, tomadas como artefatos arqueológicos para análise. Os achados trouxeram uma visibilidade para o processo de estruturação estadual, onde o sistema socioeducativo organizou-se a partir do carcerário, em um movimento contínuo de aproximações, afastamentos e reaproximações, um jogo composto de várias peças com funções táticas numa estratégia de poder.

As narrativas apontaram para a delinquência como um produto social, sendo a medida socioeducativa de internação um marco importante na construção dos modos de subjetivação dos adolescentes que por ela passam.

O **CAPÍTULO 2 - PERCURSOS QUE CONDUZEM AO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO** trata das condições de vida de uma parcela da população do município de Campo Grande, a partir dos bairros em que residem, notadamente marcados pelos maiores índices relacionados à deficiência de acesso da população às políticas de saúde, educação e assistência social. Lugares permeados por subjetividades que preconizam destinos de indivíduos que, desde sua infância, são considerados potencialmente perigosos. E assim, constituem-se como sujeitos, tal como mostram questões relacionadas aos adolescentes que saíram da UNEI Dom Bosco durante o primeiro semestre do ano de 2017, a partir dos percursos dos indivíduos pesquisados antes da sua inserção na unidade socioeducativa, parte da “Coleção Vivências” (2019e).

Na Seção 2.1 Uma (in)certa infância, apresentou-se alguns dados produzidos na pesquisa a partir do Sistema SIGO. A partir dos registros de entradas de adolescentes entre os anos de 2015 e 2018, os quais compõem parte da “Coleção Estatísticas” (2019d) foram relacionados com outros estudos (SAUER, 2010), oferecendo visibilidade à distribuição, nos bairros do município de Campo Grande, de elementos que evidenciam um processo de menorização em uma franja da população, elemento tático que conduz ao sistema socioeducativo. O conjunto dos achados expõem um racismo de estado, constituinte do modo de governar em uma sociedade de segurança.

O **CAPÍTULO 3** foi intitulado **O FIEL DA BALANÇA**, onde foram abordadas questões relacionadas à continuidade de um processo de menorização na instituição socioeducativa e a como se efetivam as práticas da socioeducação, onde buscou-se apurar o olhar para as práticas psicológicas a partir de documentos institucionais e que compõem a “Coleção Vivências” (2019e).

Assim, este capítulo compõe-se de narrativas que incluem dados organizados nas “Coleções Imergências e Retratos” (2019a), “Estatísticas” (2019d), “Vivências” (2019e) e “Destinos” (2019f). Observou-se, no conjunto, características do dispositivo socioeducativo, onde a vigilância e a disciplina se alinham com o controle da população que por ali passa, com a atuação conjunta de políticas setoriais. Além disso, apresenta em sua estrutura as marcas de outras forças – com um aparato externo que lhes dá sustentação – de organizações que ali atuam e são peças no jogo socioeducativo: a religião e a criminalidade. Este Capítulo 3 foi organizado em sete seções.

Na Seção 3.1 A UNEI Dom Bosco, foi realizada uma apresentação da instituição, constituindo-se de um relato de práticas da socioeducação, em suas discursividades e não discursividades, com uma descrição arquitetônica, que constituem o atendimento socioeducativo nos espaços demarcados e impregnados de sentidos.

A Seção 3.1.1 Uma escola aprisionada voltou-se o olhar para a problemática da escolarização em uma unidade socioeducativa, cujas singularidades na UNEI Dom Bosco suscitam reflexões acerca de suas funcionalidades no sistema socioeducativo.

Na rotina socioeducativa as Atividades complementares, relatadas na Seção 3.1.2, constituem-se em elementos táticos que, em determinados momentos, ganham força e investimentos.

Acerca da Seção 3.1.3, intitulada Rotina socioeducativa, apresentou-se elementos da organização e funcionamento disciplinar que caracteriza o cotidiano da unidade socioeducativa.

Na Seção 3.1.4 Práticas psi e (re)produção de verdades apresentou-se algumas reflexões acerca de elementos constituintes das práticas psicológicas no sistema socioeducativo e do modo como a psicologia (re)produz subjetividades que prescrevem destinos em continuidade às vivências dos jovens que chegam à instituição. Reflexões suscitadas a partir das Coleções, em especial de excertos de documentos produzidos por psicólogos. Observou-se que a psicologia atende às funcionalidades do dispositivo socioeducativo, oferecendo sustentação ao modo de funcionamento institucional.

Na Seção 3.1.5 O Sistema Pivete, cuja denominação foi tomada emprestada da imagem da parede de um alojamento de adolescentes. Composto a “Coleção Imergências e Retratos” (2019a), os registros dos espaços no interior dos blocos da UNEI Dom Bosco, onde a convivência entre os adolescentes é permeada por subjetividades que marcam uma outra dimensão dos saberes e poderes que ali circulam e que incidem sobre os corpos adolescentes, forjando sujeitos. Sistema Pivete, com funcionalidades das quais prescinde o dispositivo socioeducativo, sendo constituinte deste.

Finalizou-se este capítulo com a Seção 3.2 Destinos, na qual apresentou-se os resultados produzidos na pesquisa com relação a situação de jovens egressos da UNEI Dom Bosco que passaram pela internação entre os anos de 2011 e 2018, na data da pesquisa. O estudo mostrou que o sistema prisional é uma tendência predominante no destino destes jovens, efeito do modo de funcionamento desta sociedade.

Por fim, seguem **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**, fruto das reflexões que emergiram ao longo deste movimento investigativo e formativo. Buscou-se apresentar

algumas perspectivas suscitadas neste percurso que possam contribuir para desnaturalizar a obviedade de práticas sociais que aprisionam, assujeitam e marginalizam, não somente os jovens considerados, participantes desta pesquisa por intermédio de documentos institucionais, descritivos e relatórios, mas o próprio corpo social.

Destaca-se que não há pretensão de encontrar soluções para a problemática da privação de liberdade de adolescentes, complexa em sua própria constituição, nem agregar juízos de valor, apontando acertos ou equívocos entre os diversos elementos abordados, mas observar suas funcionalidades como partes estratégicas de um sistema de poder que é constituinte nesta sociedade.

O movimento investigativo conduziu a explorar o sítio temático que foi delimitado em busca de artefatos, tal como um arqueólogo que, com seu pincel retira com cuidado a poeira depositada sobre seus achados e os examina, ajustando o foco de suas lentes para observar os detalhes. Diante disso, são olhares que prescindem de criticidade, a qual perpassa, ainda que permeada por limitações, os diversos caminhos trilhados.

Ainda assim, os subsídios ora dissertados, possibilitaram não apenas conhecer e visualizar o desenrolar possível das práticas da socioeducação, mas apreender e problematizar suas operacionalidades como efeitos de estratégias específicas e já direcionadas, apontando pistas para outros estudos. Ademais, podem contribuir para provocar alguns estranhamentos ao leitor, no sentido de oportunizar momentos de dúvidas diante do que está posto na direção de uma desnaturalização da obviedade das práticas sociais ora exibidas.

Trata-se, portanto, de um convite à reflexão e a aventurar-se por (des)caminhos que possam conduzir a outras possibilidades.

*E os pipoco se contrasta com os batidão do funk
Em plena madrugada, bien venido a Campo Grande
No celeiro de fartura falta rango e grana
E no mundo de pouco amor, de nada importa a fama
Eu pergunto pra meu Sr. Porque tanto terror nas trama?
O ódio nos menor emana
O sorriso de criança se perdeu no breu,
Se liga pai, Aqui estou eu
Mais um pobre pecador,
Outro louco sonhador
Sempre procurando a paz
Uma cura pra minha dor
Sim eu sei a vida é assim
Infelizmente tem um fim
Várias almas num só caminho
Sinto o aroma de jasmim
Num cenário então carmim
Folhas secas num jardim
Flutuando com o vento
E o tempo vai se movendo
E eu aqui parado e vendo
Com a mente em movimento
Num extinto sempre atento
Compreendo o sofrimento
É o que dá forças pra vencer,
Na lei do cão sobrevivendo
E isso mesmo sem saber
Sei que Deus vai me guiar
Muita luz nessa jornada
E a paz sei que vou encontrar...*

LA FIRMA ZN CLÃ

1 O JOGO SOCIOEDUCATIVO

Com a transcrição da letra da primeira estrofe da música “Nova Lima, Mil Pecados”, do Grupo de Rap “La Firma ZN Clã”, busca-se embrenhar o leitor na perspectiva de que se fala de vidas que pulsam em certos lugares da vizinhança, onde o jogo começa.

Ao adentrar na temática da institucionalização de adolescentes pela medida socioeducativa de internação fez-se necessário um movimento inicial de (re)aproximações à instituição socioeducativa, que conduziu a buscas com a finalidade de visualizar elementos do jogo socioeducativo a partir de perspectivas de estudos da comunidade científica e documentos institucionais de órgãos de controle social relacionados à UNEI Dom Bosco. Estes estudos possibilitaram esboçar delineamentos relacionados ao campo da pesquisa.

Portanto, com a perspectiva de emoldurar este processo investigativo e delinear algumas reflexões a partir de estudos sobre a temática e de documentos relacionados à instituição escolhida como *lócus* desta pesquisa, foi realizada pesquisa bibliográfica abrangendo estudos realizados pela comunidade científica. Os achados encontram-se na Seção 1.1 denominada Uma sondagem das condições de visibilidade da temática, juntamente com apontamentos de relatórios de inspeções realizadas por órgãos de controle e de dados institucionais referentes à UNEI Dom Bosco que, apontaram alguns elementos da trama investigada, delineando os próximos passos da pesquisa.

Na Seção Apontamentos de uma arqueologia da socioeducação no estado de Mato Grosso do Sul, são apresentados alguns achados com relação à estruturação do aparato socioeducativo estadual.

Neste capítulo, portanto, o leitor poderá encontrar pistas para adentrar nesta temática por novas trilhas, possibilitando outras visualizações para o sistema socioeducativo e, possivelmente, vislumbrando aí um dispositivo de segurança característico de um modo de governar. O estudo a seguir apresenta os primeiros passos para aventurar-se por estas trilhas.

1.1 Uma Sondagem das Condições de Visibilidade da Temática

O atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade é realizado em contextos institucionais complexos em que, na condição de um pretenso isolamento da sociedade, afirma-se uma pretensão de educá-los para o convívio social. Assim, estruturas são construídas, reformadas, ampliadas e práticas sociais são recriadas em instituições constituídas de uma cultura carcerária, em um cenário onde as

relações se dão em um jogo de forças e que, historicamente, são espaços onde as violências são (re)produzidas nos diferentes níveis.

Tendo ciência destas tessituras, a seguir apresenta-se alguns elementos a serem alinhavados com o objetivo de visualizar algumas perspectivas investigativas e analíticas. Re(conhecer) este cenário a partir de uma perspectiva investigativa instiga a procurar estudos já realizados, conhecer o que já foi investigado no sentido de delinear as condições de visibilidade da instituição socioeducativa a partir do conhecimento que se tem produzido – e como se tem produzido - acerca da temática. Buscar outros olhares para unidades socioeducativas podem indicar caminhos já trilhados e outros sequer pensados pela pesquisadora. Possibilidades outras podem emergir e apontar para caminhos não cogitados anteriormente.

Com esta finalidade, empreendeu-se escavações em bancos de dados de Instituições de Ensino Superior e de periódicos produzidos pela comunidade científica, à procura de relatórios de teses, dissertações e artigos relacionados à problemática das instituições socioeducativas destinadas a adolescentes em privação de liberdade. O período foi definido entre os anos de 2013 e 2017, adotado o critério de cinco anos anteriores ao da realização da busca, no segundo semestre de 2018. No curso do ano de 2019, realizou-se uma nova busca com o objetivo de verificar as produções mais recentes, referentes ao ano de 2018, ampliando, portanto, a proposta inicial.

A partir do tema da pesquisa, foram selecionados os descritores: socioeducação; internação; práticas e medida socioeducativa. A pesquisa incluiu o sítio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUME) e o Portal de Periódicos CAPES. A BDTD foi escolhida por tratar-se de um banco de dados de abrangência nacional. Ainda assim, optou-se por fazer uma busca no Repositório LUME devido ao estado do Rio Grande do Sul ser reconhecido nacionalmente como referência para a área da socioeducação, com publicações de livros (SARAIVA, 2010; 2013) e produções de textos técnicos para formações de socioeducadores da Escola Nacional de Socioeducação (ENS) e disponibilizados *online*.

Estes resultados foram sintetizados na Tabela 02, organizada a partir das bases de dados consultadas.

Tabela 02 - Publicações identificadas nas instituições de Pós-graduação e pela comunidade científica no período de 2013 a 2018

Ano de Publicação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Artigos nacionais (periódicos)	6	14	5	13	11	5
Dissertações nacionais	6	3	7	12	4	4
Teses nacionais	3	4	5	7	5	1
Subtotal	15	21	17	32	20	10
Total	115					

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de consulta às Bases de Dados: 1) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2) Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUME) e, 3) Portal de Periódicos CAPES/MEC, 2017; 2018.

Como mostra a Tabela 02, foram localizados ao todo 115 trabalhos, registrados em fichas-catálogo e analisados a partir do título e do conteúdo do resumo, tendo sido selecionados para análise do texto completo aqueles produzidos na área da psicologia, considerados diretamente relacionados a unidades socioeducativas em suas práticas efetivas, ao jogo de forças atuantes e aos efeitos da privação de liberdade. Foi adicionado um relatório de dissertação não encontrado nas buscas referidas, tendo sido acessado por indicação do professor orientador por tratar-se de pesquisa recente, realizada a partir de uma unidade socioeducativa de internação localizada no município de Dourados, estado de Mato Grosso Sul.

Assim, registrou-se aspectos que se destacaram no contexto da investigação em curso de sete publicações que foram estudadas, sendo duas teses de doutorado, uma dissertação de mestrado e quatro artigos, conforme exposto na Tabela 03.

Tabela 03 - Registro das produções identificadas nas instituições de Pós-graduação e pela comunidade científica selecionadas para análise

Publicação	Referência
Tese Doutorado	SILVA, Édio Raniere da. A invenção das medidas socioeducativas. 2014. (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
Tese Doutorado	SOUZA, Candida de. “A gente nasceu bandido e vai morrer bandido”? Trajetórias de criminalização e escolarização de adolescentes privados de liberdade. Tese de Doutorado. UnB, 2017.
Dissertação Mestrado	MILANI, Janaína Ohlweiler. A educação escolar como medida socioeducativa de adolescentes em conflito com a lei: uma arqueogenealogia de suas condições de possibilidade. Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.
Artigo	GONÇALVES, Rosângela Teixeira. Entre o mundão e a Casa: A passagem pelo Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa) e a aproximação aos códigos e procedimentos do sistema prisional, 2017.
Artigo	OLIC, Maurício Bacic. Entre os Dispositivos e as Disposições, 2013.
Artigo	SCISLESKI, Andrea. C. C. <i>et al.</i> Medida Socioeducativa de Internação: dos Corpos Dóceis às Vidas Nuas. 2014.
Artigo	NARDI, Fernanda Ludke; DELL’AGLIO, Débora Dalbosco. Trajetória de adolescentes em conflito com a lei após cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, 2014.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir das fichas-catálogo – “Coleção Aproximações” (2019c).

Estes estudos foram discutidos juntamente com outras fontes documentais, encontradas na continuidade das escavações. Buscou-se informações sobre a UNEI Dom Bosco em órgãos de controle que realizam fiscalizações em instituições destinadas à privação da liberdade. Os achados compõem-se de dois Relatórios de Inspeção realizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (BRASIL, 2011) e pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) (BRASIL, 2016).

A partir da leitura destes materiais buscou-se documentos institucionais do órgão gestor estadual das medidas socioeducativas de internação, incluindo dados obtidos no Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) e os marcos regulatórios brasileiros relacionados à medida socioeducativa de internação: Constituição Federal (BRASIL, 1988), ECA (BRASIL, 1990), Resolução N° 119 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (BRASIL, 2006), que criou o SINASE e a Lei N° 12.594/2012 (BRASIL, 2012), que instituiu o referido sistema e regulamentou a execução das medidas socioeducativas.

Apoiando-se nestes documentos, foram realizadas tentativas de aproximações com as problematizações referentes aos percursos que conduzem adolescentes para a institucionalização, onde suas vivências preconizam destinos.

A socioeducação, uma educação para o convívio social daqueles que romperam com o limiar das normas e valores sociais e culturais, constitui-se de um discurso que emerge recoberto de eufemismos, garantindo a necessária sutileza àquilo que pode ser dito e onde práticas sociais punitivas se perpetuam, como:

[...] quando observamos aqueles que cumprem medida socioeducativa de internação, a situação, substancialmente, ainda não é completamente diversa da que vigorava no período do Código de Menores de 1979; mais do que isso, aproxima-se das características de um modelo prisional penal adulto, posto que a situação de violação de direitos se perpetua: superlotação, alto índice de reincidência, medicalização exagerada e não elaboração do Plano individual de Atendimento [...]. (SCISLESKY *et al.*, 2014, p. 509).

Estes apontamentos provêm de estudo realizado em uma unidade socioeducativa do estado de Mato Grosso do Sul e que fazem referência a práticas que se conservam na velha balança de onde pendem os ditos aspectos sancionatório e pedagógico da medida socioeducativa, aprimoram-se, portanto. Um discurso socioeducativo que se constitui no entorno do paradigma da Doutrina da Proteção Integral, materializado no artigo 227º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que responsabiliza a família, a sociedade e o Estado a

assegurar os direitos que garantam um desenvolvimento saudável às crianças e aos adolescentes, com prioridade absoluta.

Observa-se que o mesmo conteúdo foi reproduzido no artigo 4º do ECA (BRASIL, 1990). Nesta perspectiva de garantir a proteção de direitos da infantoadolescência foram estabelecidos princípios e diretrizes para o atendimento a esta população, os quais compõem o denominado Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

No interior do SGD existem diversos subsistemas que tratam, de forma especial, de situações peculiares. Dentro de outros subsistemas, incluem-se aqueles que regem as políticas sociais básicas, de assistência social, de proteção especial e de justiça voltados ao atendimento de crianças e adolescentes. É nesse contexto que se insere o atendimento ao adolescente em conflito com a lei desde o processo de apuração, aplicação e execução de medida socioeducativa. Pode-se dizer que a reunião de suas regras e critérios, de forma ordenada e que almeje reduzir as complexidades de atuação dos atores sociais envolvidos, possibilita a construção de um subsistema que, inserindo-se no SGD, atua sobre esse ambiente específico relacionado a esses adolescentes. A esse subsistema específico dá-se o nome de Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o qual se comunica e sofre interferência dos demais subsistemas internos ao Sistema de Garantia de Direitos (tais como Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública). (BRASIL, 2006, p. 22).

Assim, como subsistema do Sistema de Garantia de Direitos, o SINASE foi concebido de forma a atravessar as demais políticas setoriais, o que pressupõe uma articulação entre elas para o seu funcionamento. No entanto, o que se evidencia é que o discurso garantista efetivamente não assegura direitos. A insuficiência dos investimentos sobre as políticas setoriais para a infantoadolescência é um indicativo de que não se quer efetivamente garantir direitos ou proteção a todas as crianças e adolescentes.

É preciso ampliar o olhar para buscar compreender estas questões, onde se percebe que as próprias regulamentações que constituem o SINASE fazem parte de um sistema de poder onde, em razão da violência, trata-se de um deixar/fazer morrer. Uma questão que se coloca é: qual o objetivo de internar adolescentes? Os estudos apresentados na Tabela 3, foram realizados a partir de unidades socioeducativas e têm buscado algumas respostas, como se observa a seguir.

Silva (2014) investigou a invenção da socioeducação no Brasil, no sentido atribuído ao ser inserido no ECA no contexto das medidas a serem aplicadas aos adolescentes que ultrapassaram os limites da lei.

O autor explica que, neste sentido, foi inspirado em Makarenko, pedagogo ucraniano que dirigiu uma instituição para recuperar jovens infratores e abandonados e torná-los

cidadãos trabalhadores para a União Soviética, trabalho que teria sido uma das bases teórico-práticas do que veio a ser o Estatuto. Quanto a este aspecto, no entanto, destaca-se que educadores soviéticos “[...] se opuseram à abordagem militarista de Makarenko, este aparece [aos olhos dos adversários] como tendo encontrado um clima mais receptivo para seus métodos sob a Polícia Secreta” (ROSEN, 1971, p. 34 *apud* PAVÃO, 2009, p. 156), portanto, numa perspectiva diferente da apontada pelo pesquisador.

Entretanto, uma questão interessante apontada por Silva (2014) é a de que considera que a socioeducação brasileira está voltada para uma pedagogia liberal alinhada ao modelo de empreendedorismo para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Assim, para o autor, o Plano Individual de Atendimento (PIA) nasce como uma estratégia de mercado, numa atualização da concepção de reforma do ser humano, onde a administração do tempo se alia à questão da identidade do adolescente.

O PIA é considerado uma importante ferramenta no cumprimento da medida socioeducativa pelo adolescente, tendo sido regulamentado na Lei Nº 12.594/2012 (BRASIL, 2012), onde é definido em seu artigo 52 como “[...] instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente [...]”, a ser construído sob a responsabilidade da equipe técnica de referência, com o adolescente e sua família, conforme consta no artigo 53 da referida lei. Além disso, é determinado que:

Art. 54. Constarão do plano individual, no mínimo:

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os objetivos declarados pelo adolescente;

III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

IV - atividades de integração e apoio à família;

V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual;

VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde.

Art. 55. Para o cumprimento das medidas de semiliberdade ou de internação, o plano individual conterá, ainda:

I - a designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento da medida;

II - a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o adolescente poderá participar;

III - a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas. (BRASIL, 2012).

Entre os aspectos a serem contemplados pelo PIA, a prerrogativa de fixação de metas que deverão ser atingidas pelo adolescente é o que está na base do que Silva (2014) entende como estratégia de responsabilização do adolescente, não mais somente sobre o ato praticado que justificou sua internação, mas também pelo alcance de sua liberdade.

Nesta perspectiva compreende-se a tática de adestramento estampada na indeterminação do tempo de cumprimento da medida socioeducativa pelo adolescente, que pode chegar até três anos, conforme determinado no Artigo 121 do ECA (BRASIL, 1990):

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. [...]

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

Portanto, aí está o modo com que se diz responsabilizar ele próprio (adolescente) pela administração do tempo em que permanecerá cumprindo a medida socioeducativa. O PIA funciona, portanto, como uma tecnologia sobre estes corpos com a finalidade de adestrá-los em uma concepção de responsabilização e protagonismo juvenil, com o estabelecimento de metas a serem perseguidas e alcançadas, situação que converge – na letra da lei - para a liberação do adolescente pelo juiz.

Isso está definido na Lei 12.594/2012, em seu artigo 1º, §2º (BRASIL, 2012) sobre os objetivos das medidas socioeducativas:

I – a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

Silva (2014) explica que, assim, se transforma responsabilidade em submissão ao dever e responsabilização em justificativa para o aprisionamento, noção em que observa estar atrelada à identidade na medida em que atribui ao adolescente a responsabilidade isolada de seus atos. Ou seja, discursos que permeiam subjetividades e forjam sujeitos.

Outra perspectiva é apresentada por Olic (2013), que analisou o embate de forças no interior de unidades socioeducativas de internação no estado de São Paulo. Utilizando-se de descrição etnográfica, apontou a existência de três categorias nativas: “opressão”, “galinhagem” e “disciplina”, enquanto formas de expressão dos embates de poder que ocorrem no interior da Fundação CASA⁵. O pesquisador relaciona a reprodução pelos

⁵ Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA/SP)

adolescentes internos do que chama de cultura criminal, forjada nos presídios, às normas de conduta moral das facções criminosas, sobre responsabilidades e consequências. Com as designações “opressão”, “galinhagem” e “disciplina” utilizadas pelos adolescentes que participaram da pesquisa, o autor traz a perspectiva desses sujeitos quanto ao modo de funcionamento da instituição.

O pesquisador explica que uma unidade no regime “opressão” funciona quando a disciplina institucional é efetiva na rotina dos adolescentes, que se submetem às rígidas normas institucionais. O regime de “galinhagem” ocorre quando os adolescentes desmobilizam a organização dos funcionários, mas não chegam a dominar a ordem da unidade. Já no regime de “disciplina”, os adolescentes conseguem ter domínio, inspirados nas normas da facção criminosa, sobre o funcionamento da unidade.

O autor Olic (2013) relata que este domínio, ou não, de uma unidade se deve à capacidade dos adolescentes de serem “estruturados” (termo utilizado pelos sujeitos da pesquisa) e envolve comportamentos que se referem à noção de uma maturidade alinhada às normas da facção.

Este estudo mostrou-se particularmente interessante na medida em que foi observado na UNEI Dom Bosco a influência de facções criminosas, cujos símbolos estão estampados em desenhos de palhaços e do número 1533 nas paredes dos alojamentos (conforme observado em imersões no campo de pesquisa), delimitando territórios e provocando estratégias institucionais com a finalidade de manter separados grupos rivais. Evidenciam-se algumas peças do jogo, entre a equipe de segurança e os adolescentes, estes respaldados em forças externas, associadas à criminalidade.

A pesquisa desenvolvida por Gonçalves (2017), investigou narrativas de adolescentes egressos de uma unidade socioeducativa de internação, no interior do estado de São Paulo. A autora (2017, p. 457) observou que a primeira institucionalização constitui um rito de passagem relevante em suas vidas:

A prisão de amigos, vizinhos, pais e irmãos, a violência presente nas apreensões policiais, nas delegacias, carceragens e instituições socioeducativas, é parte integrante dos relatos. Desse modo, a primeira apreensão pela polícia, as audiências na Vara da Infância e Juventude e o cumprimento da medida de internação, constituem-se como um rito de passagem na vida desses jovens, que altera o status frente ao mundo do trabalho, frente à escola, aos padrões no tráfico de drogas e aos colegas das quebradas, reinserindo suas histórias em outros espaços. (GONÇALVES, 2017, p. 457).

Os adolescentes do sexo masculino vivenciaram a internação em uma unidade com o “[...] controle da rotina institucional pela direção, técnicos e funcionários. Uniformes, mãos para trás, revistas diárias, formação de filas, horários rígidos, sanções, punições, entre outros procedimentos [...]”, como relata Gonçalves (2017, p. 458), que identifica este regime com o processo de mortificação do eu, como descrito por Goffman (2001), modulando o interno por meio de uma rotina e, expostos a situações de humilhação, degradação e profanação do eu, são retiradas suas disposições sociais que lhe permitiam uma concepção de si.

Durante o acompanhamento dos adolescentes egressos da internação, que receberam do juizado progressão de medida para o meio aberto (liberdade assistida ou prestação de serviço à comunidade) as quais são realizadas nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), a pesquisadora constatou que, em jovens egressos de medida de internação, a criminalidade é percebida com um *status* positivo em contraposição à escola e ao trabalho. Gonçalves (2017, p. 472) observou ainda que, “Além de suprimir campos de sociabilidade para além do ‘mundo do crime’, como a escolarização e o trabalho, a institucionalização amplia a rede de sociabilidade e a articulação entre aqueles que permaneceram na instituição”.

Assim, determinados campos de sociabilidade são impostos na situação de internação e não se limitam a ela, deixam suas marcas nos seus corpos, em suas almas, “[...] adestram a docilidade e fabricam a delinquência com os mesmos mecanismos [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 296). Esses são apontamentos importantes para a reflexão acerca de como a privação de liberdade atua na produção da delinquência, onde a influência das facções criminosas ganha espaço progressivamente, sendo mais um efeito da condição de aprisionamento.

Portanto, a situação de internação, ao separar adolescentes conforme o pertencimento a grupos rivais ligados às facções, acabam por oferecer as condições de proximidade necessárias para o fortalecimento destas relações e o distanciamento de outras formas de inclusão social que pudessem afastá-los da situação de aprisionamento.

A medida socioeducativa, desta forma, atua na produção da delinquência, oferecendo as condições para o estabelecimento e fortalecimento de relações de pertencimento entre determinados grupos de jovens.

Por outro lado, Scislesky *et al* (2014) em estudo realizado em uma unidade socioeducativa no estado de Mato Grosso do Sul, problematizaram a tecnologia disciplinar e apontaram que, tomada inicialmente como estratégia para o adestramento e docilização dos corpos, com a regulamentação passa a orientar-se para a sujeição e ajustamento dos

adolescentes às normas da escola e do trabalho, na lógica de produtividade capitalista, uma vida que produz e consome, vive nas normas.

As pesquisadoras destacam que, neste caso, a tecnologia disciplinar ainda investe na vida e se relaciona ao fazer viver. Por outro lado, as autoras questionam quando a tecnologia disciplinar visa tão somente ao assujeitamento e produz invisibilidade e a morte política do sujeito, sem proteção e exposto a uma situação de delinquência.

O campo da infração é aberto e uma situação normativa foi forjada para que, dessa forma, o direito se ocupe da sua vida. [...], pois foi a partir dessa suspensão de direito que sua vida foi capturada pelo próprio direito - esse é o paradoxo da inclusão pela exclusão, do Estado de exceção em ação. [...], pois desaplica-se a norma da Proteção Integral do ECA, suspende-se o direito, mas que, ao fazê-lo, inclui-se o jovem na normativa da infração. Ou seja, se temos um jovem em conflito com a lei, isso se deve não à sua personalidade - como muitos laudos psicológicos podem colocar -, mas a uma produção social que seleciona certo perfil populacional que é desprotegido e está fora das políticas de proteção, ainda que essa proteção esteja posta legalmente. (SCISLESKY *et al*, 2014, p. 668-669).

Diante disso, as autoras destacam a urgência de questionar a categoria do jovem criminoso, com vistas a encontrar outras possibilidades e romper com as práticas operantes com esta população. Produz-se uma categoria de adolescentes perigosos, da qual a instituição de internação é uma parte – importante - do processo e um dos exercícios de preconceitos.

Nardi e Dell’Aglío (2014), constataram que os adolescentes após o cumprimento de medidas socioeducativas retornam para suas comunidades, local onde frequentemente foi cometido o ato infracional, com fácil contato com gangues e com a criminalidade e observam que este retorno se dá sem suportes, seja para o adolescente ou para sua família, o que contribui para o retorno à prática infracional. Ou seja, voltam à (in)visibilidade, porém pertencentes a uma categoria subjetivada: jovens perigosos.

Porém, é preciso observar que esta construção começa antes. Nas vivências destes jovens, podem ser identificados elementos que lhes são constituintes e os conduzem ao pertencimento a esta categoria. Os estudos de Souza (2017), que investigou acerca das trajetórias de escolarização e criminalização de adolescentes privados de liberdade, indicaram que a condução de adolescentes para a privação de liberdade é caracterizada pelo binômio criminalização e não-escolarização. A autora (2017, p. 249) constatou que:

[...] seus processos de escolarização não se dissociam da trajetória infracional. Os sentidos que atribuem à escola estão vinculados às relações sociais que estabelecem na rua. Apareceram elementos de uma escola às avessas que, em vez de ser mediadora no desenvolvimento cultural de forma a proporcionar a construção de conhecimentos críticos funciona mais como

um espaço de emergência das relações de trabalho (ilegal) e disputa de poder. (SOUZA, 2017, p. 249).

Milani (2018) pesquisou a educação para adolescentes em uma instituição socioeducativa de internação localizada no município de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, a qual é realizada a partir de uma escola estadual que oferece a escolarização formal por meio do Projeto Avanço do Jovem na Aprendizagem (AJA) nas unidades socioeducativas, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Educação.

A pesquisadora explica que este projeto, o AJA, propõe uma metodologia diferenciada, diante do fato de que, além da predominância da baixa escolaridade entre os adolescentes e da consequente situação de distorção em relação à idade/série, os alunos vivenciaram contextos de violência e exclusão (MILANI, 2018). Assim, o Projeto AJA é orientado para uma formação cidadã e

[...] deve permitir experiências significativas de reflexão que os ajudem a não reincidir nos atos infracionais, bem como oportunidades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e competências que os capacitem para o mercado de trabalho. Em suma, medidas que proporcionem uma mudança de vida. (MILANI, 2018, p. 58).

Em seu estudo, Milani (2018) descreve o Projeto AJA, onde está previsto que devem ser consideradas as especificidades dos alunos, inclusive as questões étnico-raciais, de modo que sejam observados os adolescentes em suas individualidades e as aulas possam criar possibilidades para o processo de ensino e aprendizagem com diferentes e criativas estratégias, que evitem

[...] o fracasso escolar e a evasão, promovendo a reintegração social, a ampliação do conhecimento científico para as bases iniciais do trabalho e do processo de socialização dos sujeitos envolvidos. A inclusão social tem como perspectiva uma aprendizagem que proporcione uma escolaridade interligada à inserção no mercado de trabalho. (MILANI, 2018, p. 65).

Entre as prerrogativas apontadas no Projeto AJA e as condições que a pesquisadora observou na escola da unidade socioeducativa, há uma distância considerável. Milani (2018) relatou que a escola é cercada, de modo que os alunos sentem-se aprisionados, conforme seus próprios depoimentos, além de faltarem recursos e equipamentos para uma aprendizagem significativa ou que explorem interesses dos adolescentes.

Nesta perspectiva, Souza (2017) analisa o que chama de dupla face da sanção e da pedagogia no sistema socioeducativo a partir das narrativas apresentadas por adolescentes internos de uma unidade socioeducativa do Distrito Federal, onde constatou a sobreposição

dos aspectos sancionatórios aos pedagógicos. A pesquisadora Souza (2017, p. 251) conclui que:

A vigilância, o controle e a disciplina perpassam todas as relações sociais estabelecidas no âmbito de uma unidade de internação. Até a educação escolar deixa de ser um direito e passa a ser um dever, o que acirra a desvinculação das experiências dos adolescentes com os processos de escolarização. Desta forma, se buscamos a transformação da trajetória infracional, faz-se necessário pensar alternativas à privação de liberdade, que possam, de fato, promover o desenvolvimento cultural desses sujeitos em sua totalidade.

A criminalização que atravessa a experiência dos adolescentes privados de liberdade torna-se justificativa plausível para as ‘adequações’ do espaço escolar em uma instituição de internação de adolescentes, em nome de uma concepção de segurança, dita socioeducativa.

São questões que levam à reflexão sobre as finalidades da escola estar incluída neste arranjo que integra a rotina socioeducativa. Nos discursos que dão sustentação ao SINASE, destacam-se as práticas pedagógicas, ao lado dos aspectos sancionatórios da medida socioeducativa. Assim, as instituições socioeducativas têm na oferta de escolarização formal um elemento importante que lhe confere condições de existência nesta sociedade, cuja obviedade nos discursos é, portanto, constituinte do dispositivo socioeducativo.

As inspeções realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a partir do Programa Justiça ao Jovem, visitaram unidades socioeducativas em 26 Estados e no Distrito Federal com o objetivo de realizar uma radiografia nacional a respeito da forma como vinha sendo executada a medida socioeducativa de internação. O Relatório final (BRASIL, 2011) sintetizou as impressões apontadas nos relatórios pertinentes a cada uma das unidades da federação e é uma importante referência sobre as reais – e precárias - condições do atendimento socioeducativo no Brasil.

O estado de Mato Grosso do Sul, inspecionado em 2011, foi elencado entre aqueles com situação crítica em relação ao Sistema Socioeducativo, cujas principais deficiências identificadas, que constam no referido relatório (BRASIL, 2011), foram: necessidade de um plano estadual, adequação das instalações físicas, recursos humanos capacitados; criação de vagas e novas unidades descentralizadas; unidades com adolescentes além de sua capacidade, mal conservadas e com arquitetura prisional; inadequação das atividades de profissionalização; investimento insuficiente, quadro de defensores públicos reduzido; inexistência de uniformização no processamento das execuções de medidas de internação; falha nas inspeções judiciais às unidades; sistema com visão segregacionista, punitiva e prisional. (BRASIL, 2011).

A inspeção do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) realizada no ano de 2016 no estado Mato Grosso do Sul incluiu a UNEI Masculina Dom Bosco, *lócus* deste estudo. O Relatório de Visita a Unidades de Privação de Liberdade do Mato Grosso do Sul (BRASIL, 2016) denuncia as condições estruturais precárias, a prática recorrente de torturas e ilegalidades e descreve aspectos culturais típicos de unidades prisionais e que são disseminados por servidores responsáveis pelas funções de segurança, guarda e proteção dos adolescentes.

O referido documento aponta questionamentos importantes, como a prevalência da garantia de segurança pela restrição de atividades sem ações efetivas para a resolução de conflitos entre grupos de adolescentes rivais. No item 73, do referido Relatório consta: “Paradoxalmente, a segurança tão valorizada e que tem justificado a subutilização da unidade acaba, em contrapartida, sendo prejudicada por esta mesma ociosidade”. (BRASIL, 2016, s/p), situação onde as relações entre poder e violência se evidenciam.

Consequência do referido relatório, foi instituída uma comissão composta pelo poder judiciário (juizado, defensoria pública e ministério público, órgão gestor das medidas socioeducativas e outras instituições que compõem o sistema de garantia de direitos) que se reúne regularmente para acompanhar a efetivação das recomendações apontadas pelo MNPCT. Quanto a questão da subutilização da unidade, passou a haver um controle quanto à obrigatoriedade da frequência escolar.

Foucault (2014; 2015) aborda esta problemática ao discutir o pretense fracasso da prisão, apontando que as condições a que os indivíduos são submetidos na condição de privação de liberdade para a transformação técnica dos indivíduos evidenciam que o que se produz é a própria delinquência, considerando que, entre os adolescentes que passaram pela UNEI Dom Bosco no ano de 2011, sete anos após, 74,88% deles haviam passado pelo sistema penitenciário estadual ou nele estavam inseridos, conforme dados produzidos na pesquisa “Coleção Destinos” (2019f).

Esta eficácia inversa (FOUCAULT, 2014) leva a refletir sobre como a socioeducação, produzida historicamente nesta conjunção do sancionatório e do pedagógico, reproduz as práticas sociais, como a privação de liberdade com seus (re)conhecidos efeitos, desde antes de sua separação física do sistema penitenciário. Assim, na unidade socioeducativa há uma produção de subjetividades que constituem uma juventude com destino a situação de privação de liberdade, na condição de reingresso, quando ainda adolescente ou de ingresso/reingresso no sistema prisional.

Destaca-se que, construídas a partir do modelo carcerário, as unidades socioeducativas guardam características próprias, agregando novos atores e novas funções, alinhadas à estratégia da noção de sistema e da intersetorialidade, tornando possível a continuidade da privação de liberdade como prática social em um discurso protetivo para a infantoadolescência. Porém, evidencia-se o seu valor moral e protetivo em relação à sociedade.

Nesta concepção, além da atuação das políticas setoriais, são previstas no SINASE (2006) as equipes multiprofissionais, compostas por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, equipes de saúde, entre outros, além dos profissionais responsáveis pela segurança, que garantem a realização de atividades e atendimentos internos e externos.

Para unidades socioeducativas de internação é também prevista uma equipe mínima, com base na capacidade de atendimento e na dinâmica institucional, podendo, no caso de agentes de segurança socioeducativa em que a “[...] relação numérica de um socioeducador para cada dois ou três adolescentes ou de um socioeducador para cada cinco adolescentes dependerá do perfil e das necessidades pedagógicas destes [...]” (BRASIL, 2006, p. 45), questão primordialmente ligada à noção de periculosidade.

Assim, o SINASE, retificado no discurso protetivo e garantista mostra-se convincente, como demanda uma política de estado. Porém, os estudos mostram que as práticas efetivas apresentam complexidades e controvérsias, pois articulam violência e relações de poder, que extrapolam a instituição socioeducativa e geram efeitos.

É preciso, portanto, problematizar as práticas sociais, entre elas a internação de adolescentes, percebendo-a como uma parte importante das suas vidas na constituição da sua subjetividade, aprisionamento que ultrapassa os muros de uma unidade socioeducativa e faz parte do corpo social.

Para isso, a próxima seção apresenta alguns elementos de um estudo arqueológico realizado com o intuito de compreender como a socioeducação se constituiu no estado de Mato Grosso do sul.

1.2 Apontamentos de uma Arqueologia da Socioeducação no estado De Mato Grosso Do Sul

A UNEI Masculina Dom Bosco é uma instituição destinada a uma intitulada ressocialização de adolescentes que ultrapassaram os limiares das normas de convívio social, a ser realizada na condição da privação da liberdade. No sistema socioeducativo estadual é a unidade que congrega o maior número de adolescentes. Também é a mais emblemática, com frequentes matérias jornalísticas sobre fugas e rebeliões por parte dos adolescentes, além de

denúncias de violações e tortura de parte dos agentes, noticiadas pela mídia local e reafirmadas em relatórios de inspeções por órgãos de controle social.

Uma instituição característica do modo de funcionamento desta sociedade de vigilância e de controle sobre as pessoas e que se constitui em discursos passados remodelados por regras que dão sustentação ao que pode ou não ser dito (FOUCAULT, 2015), tal como se observa na legislação vigente, o ECA (BRASIL, 1990) sob a qual se assenta o SINASE. (BRASIL, 2012)

Os estudos arqueológicos desenvolvidos por Foucault, tomados enquanto uma possibilidade investigativa, facultou a apresentação de alguns elementos arqueológicos da socioeducação em sua constituição no estado de Mato Grosso do Sul, achados em escavações realizadas em arquivos institucionais, históricos, legais e jornalísticos, com o objetivo de delinear as condições de formação destes discursos que compõem a socioeducação – e não outros - nos quais a privação da liberdade de adolescentes se mantém.

Para Foucault (2016) a arqueologia não propõe uma análise interpretativa, mas a identificação de um movimento no qual os discursos são práticas que obedecem a regras. Tratam-se, portanto, de descrições comparativas com a demarcação das transformações que ocorrem em um discurso-objeto, consistindo na definição dos discursos em suas particularidades.

O ECA (BRASIL, 1990), emergiu no rastro da Constituição Federal (BRASIL, 1988), fundado na denominada Doutrina da Proteção Integral, que responsabilizou a família, a sociedade e o estado com o dever de assegurar os direitos da criança e do adolescente, com absoluta prioridade, conforme determina o *caput* do Artigo 227 (BRASIL, 1988, s/p.):

[...] o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesta perspectiva garantista, as instituições se reorganizaram no contexto de uma sociedade disciplinar e de controle, dirigida simultaneamente, portanto, aos corpos individuais e a uma população, tendo, portanto, uma função estratégica para um modo de governar.

Assim, o ECA, (BRASIL, 1990) constitui-se de um discurso carregado de perspectivas, rompendo com o paradigma da situação irregular e da incapacidade dos chamados menores. Os novos conceitos jurídicos que anunciavam crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, devidamente amparados pelos saberes da psicologia, ilustram as transformações nos discursos. Tratam-se de novos

arranjos discursivos, mais elaborados e sutis, nos quais se pode observar as fronteiras do que pode ou não ser dito em um período histórico marcado pelo pensamento reformador, democrático e garantista de direitos.

Mudanças da perspectiva sobre a infância que se torna possível com a emergência das ciências humanas durante o século XIX e de uma nova racionalidade que colocava o homem frente ao conhecimento e o poder, antes centralizado na figura do soberano, assume uma forma cotidiana e habitual (FOUCAULT, 2015). Um poder exercido por meio das normas e dos hábitos, no discurso das ciências humanas.

Neste contexto, em fins do século XIX, as instituições disciplinares se multiplicaram no Brasil, assim como a concepção de correção de delinquentes e indigentes com as tecnologias normalizadoras. Del Priore e Venâncio (2016) relatam que, neste período, caracterizado pelas crises econômicas, negros e mestiços recém libertos tomaram visibilidade, no estado de abandono em que viviam, como criminosos potenciais, delimitando papéis sociais que incluiu uma certa infância perigosa, composta por menores, negros delinquentes que deveriam ser isolados da sociedade, tornando-se alvos da institucionalização.

Assim, um racismo de estado vai se constituindo (FOUCAULT, 2008), um racismo do tipo evolucionista, que vai se formando como um mecanismo fundamental do poder sobre aqueles desviantes das normas, os criminosos e os potencialmente perigosos. Nesta perspectiva e referenciado na Doutrina da Situação Irregular, emerge o Direito do Menor, que consagrou o binômio carência-delinquência e o seu caráter tutelar (SARAIVA, 2013), fundamentos do que se pode denominar de menorismo, uma política que continua a incidir sobre certos corpos infantis, nas soleiras dos discursos vigentes, percebidos como ser em desenvolvimento, nos sentidos da episteme moderna. Assim, a família e a educação passaram a receber o investimento do estado, com vistas ao futuro trabalhador. Neste cenário, o aparato disciplinador foi se estruturando no Brasil.

No Serviço de Assistência ao Menor (SAM) a psicologia encontrou-se com a privação da liberdade dos chamados menores, enquanto uma medida judicial, onde a institucionalização cimentou-se como uma tática para adestrar e punir esta população. As pesquisas pedagógico-sociais e as testagens psicológicas realizadas pelos profissionais, possibilitaram a criação de parâmetros que passaram a embasar os processos decisórios sobre os indivíduos (FERRERI, 2011) e viabilizou o estabelecimento de um sistema de documentação e acúmulo de saberes individualizantes (FOUCALT, 2014), bases das práticas institucionais.

Estas práticas psicológicas estão relacionadas ao exame psiquiátrico penal analisado por Foucault (2010b), que observou a introdução do que denominou duplos sucessivos: dobrar o delito, previsto em lei, com comportamentos anteriores ao ato delituoso, tomados como traço individual e como causa, sendo tornados a matéria punível na prática judiciária. Passa-se do ato à conduta, que não é uma infração à lei, deslocando-se o nível de realidade da infração, condutas que infringem com uma ideia de desenvolvimento ótimo, conforme padrões determinados. Trata-se, portanto de qualificações morais e regras éticas. Constitui-se, assim:

[...] um duplo psicológico-ético do delito. Isto é, deslegalizar a infração tal como é formulada pelo código, para fazer aparecer por trás dela seu duplo, que com ela se parece [...] e que faz dela não mais, justamente, uma infração no sentido legal do termo, mas uma irregularidade em relação a certo número de regras que podem ser fisiológicas, psicológicas, morais, etc. (FOUCAULT, 2010b, p. 15)

Deste modo, o exame permite o deslocamento do ponto de aplicação do castigo da infração definida na lei à criminalidade considerada sob o prisma psicológico-moral. Outro efeito é dobrar o autor do delito com o delinquente, estabelecendo uma reconstituição com a descrição das condutas desviantes desde sua infância, demonstrando a sua criminalidade possível, como explica Foucault (2010b). Assim, a categoria composta pelos menores tornou-se alvo de práticas sociais no enlace do poder judiciário com os saberes da psicologia, quando as punições deixam de estar dirigidas à infração, mas à correção.

O modelo econômico vigente em uma sociedade fundada em tecnologias disciplinares que, eficientes em seus modos de subjetivação e de dispersão, fabricam corpos dóceis e úteis ao sistema produtivo, sujeitos normais, em que as

[...] subjetividades nas quais o ‘emprego fixo’ e uma ‘família organizada’ tornam-se padrões de reconhecimento, aceitação, legitimação social e de direito à vida. Fugir desses territórios modelares significa ingressar na enorme legião dos ‘perigosos’, daqueles que devem ser olhados com desconfiança e, no mínimo, afastados e evitados. (COIMBRA, 2001, p. 131).

Porém, quando não se alinham aos modelos preconizados, os indivíduos são considerados perigosos; sua pretensa inadequação os nomeia, conduz a existências previamente delineadas e catalisadas pela omissão - e também pela ação - do estado e da própria sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), emerge aclamado pelos especialistas como uma legislação avançada que rompe com paradigmas. No entanto, reafirma a inimputabilidade penal aos 18 anos e, como se punição não fosse, permanece a privação da liberdade, denominada internação, entre as medidas socioeducativas passíveis de aplicação a

adolescentes, pessoas entre 12 e 18 anos. Novos arranjos de poder são anunciados no novo dispositivo: a socioeducação, com suas instituições, discursos, normas e regimes disciplinares à espera daqueles adolescentes desviantes das normas.

Ainda na contextura da ditadura civil militar, o estado de Mato Grosso do Sul passou a ser um ente federativo no ano de 1977. Imerso nas práticas do coronelismo e do clientelismo dos grandes proprietários de terra sul-mato-grossenses, cujos latifúndios agrários, contrastantes com a miséria da população rural que migrava para as cidades, compunham um cenário de desigualdade social.

O estado caracterizava-se com destacada concentração fundiária, mecanização agrícola, expansão da monocultura e a conseqüente redução de empregos no campo e baixos salários, com intensos fluxos migratórios e precária estrutura social em saúde e educação. Realidade que resultou na alta concentração urbana e no expressivo aumento da criminalidade ocorrido na década de 1970⁶ (MATO GROSSO DO SUL, 1983). Diante disso, o poder público promoveu a proteção da sociedade recolhendo crianças, adolescentes, além de mulheres e homens na mesma instituição: o Presídio Central (MATO GROSSO DO SUL, 1983) onde o do trabalho dos encarcerados travestia o preparo de mão de obra em humanização do sistema dos apenados. (MATO GROSSO DO SUL, 1984⁷)

Neste período, crianças e adolescentes integravam parcela significativa da força de trabalho no estado. A população oriunda no intenso fluxo migratório, sem qualificação, não era absorvida pelos setores produtivos urbanos (MATO GROSSO DO SUL, 1984, p. 83), incrementando o fluxo de pessoas desocupadas nas ruas.

Assim, na perspectiva da situação irregular, o Departamento do Sistema Penitenciário (DSP) passou a custodiar menores infratores e abandonados desde 1980, por determinação judicial, mantendo-os separados da população apenada adulta, sem pessoal técnico, conforme o Relatório de Menores de 1980-1987, documento que resultou no Projeto Atendimento e Reintegração do Menor Infrator (ARMI). (FREITAS, 2018). O Projeto ARMI foi realizado durante 12 meses por uma equipe multidisciplinar, de ação terapêutica, educativa e profissional, tendo como finalidade a integração no meio social a partir da relação família, escola e trabalho e evitar a reincidência criminal. (FREITAS, 2018).

⁶ Entre 1970 e 1980, crescimento de 166% da população economicamente ativa (PEA) do setor secundário e 134% do setor terciário, enquanto que a do setor 1º decresceu 3,5%; 81% da PEA renda de até três salários mínimos regionais (SMR) e 1,5% superior a vinte SMR; taxa de urbanização de 67%. (MATO GROSSO DO SUL, 1983, n.p.).

⁷ Documento Encaminhado à Assembleia Legislativa em 16/04/1984.

Com o fim do projeto, do qual não foram encontradas informações acerca de seus resultados, os técnicos foram deslocados para outros setores. No entanto, a Divisão do Menor foi incluída na Secretaria de Justiça com as atribuições de vigiar, adestrar, registrar e relatar informações sobre a população atendida, conforme disposto em suas competências:

I - Prestar apoio e acompanhamento ao menor em regime de internato, semi-internato e liberdade vigiada; II - manter cadastro atualizado de todos os menores que se encontram sob sua observação, remetendo relatórios para apreciação de suas condutas; III - habilitar o menor quanto a escolarização e profissionalização; IV - propiciar a formação de mão de obra do menor, colocando o trabalho como questão emergencial e primordial no meio social (MATO GROSSO DO SUL, 1986, p. 4-5).

O Sistema Estadual de Ação Social e Comunitária (MATO GROSSO DO SUL, 1987), incluiu os menores em situação irregular, institucionalizados ou não, no âmbito da assistência social. Neste movimento, foi criado o Estabelecimento de Guarda e Assistência para Menores Infratores (EGAMI), destinado à custódia de menores do sexo masculino, com quadro de pessoal do DSP.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), introduziu a Doutrina da Proteção Integral responsabilizando a família, a sociedade e o Estado com o dever de assegurar os direitos fundamentais a infantoadolescência brasileira. No discurso jurídico, crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos em fase peculiar de desenvolvimento.

No estado de Mato Grosso do Sul, em 1990 realizou-se a separação física do sistema prisional com uma unidade de internação específica para adolescentes. O quadro de pessoal ainda era oriundo do DSP, complementado com contratação. Em matéria jornalística veiculada no município de Ponta Porã, o redator afirma:

Em se analisando a fundo a Constituição, tanto Federal como Estadual e Municipal nota-se a firme tendência de a sociedade aplicar mais na defesa e assistência aos menores em geral. Nesse contexto, surgem os menores infratores que em muitos Estados estão sendo colocados em unidades prisionais junto com marginais comuns, o que gera mais criminosos. Os menores, em sua maioria, são muito procurados por traficantes e ladrões já que usufruem de um pretexto constitucional jurídico de serem inimputáveis. [...] Em Mato Grosso do Sul o problema fez com que o governo do Estado criasse a Divisão do Menor dentro do Departamento do Sistema Penitenciário. (EGAMIs..., 1990).

A matéria registrou a criação de EGAMIs nos municípios de Ponta Porã, Três Lagoas e Dourados, além de Campo Grande e destacou as demandas para a estruturação dos serviços, como contratação de servidores e aquisição de recursos materiais diversos. No ano

seguinte, os EGAMIs passaram a ser denominados Casas de Guarda e Assistência ao Adolescente (CGAA). (MATO GROSSO DO SUL, 1991).

No movimento de composição do aparato estatal, no ano de 1992 foi criado o Centro de Triagem do Menor Infrator (CETREMI), que decidia sobre o destino dos adolescentes que entravam no sistema: o abrigo ou a internação. No ano seguinte, foi transformado no Programa de Atendimento aos Adolescentes em Medidas Socioeducativas (PROAM) oferecendo atendimento psicossocial a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e psiquiátrico para esses e para aqueles em regime de internação.

Ainda no ano de 1993 foi instalado o Instituto de Trabalho, Educação e Cultura (ITEC), uma casa abrigo destinada a adolescentes do sexo masculino e a Casa das Meninas, para o sexo feminino. No curso deste ano, a Casa de Guarda e Assistência ao Adolescente (CGAA) do município de Campo Grande mudou para uma nova edificação, construída na BR 262, km 32, zona rural, a atual UNEI Dom Bosco. O antigo espaço tornou-se uma CGAA para adolescentes do sexo feminino.

Pouco a pouco, vão sendo definindo espaços para os corpos em suas individualidades e aproximações. Por meio de tecnologias como dos exames, avaliações e triagens, os indivíduos vão sendo esquadrihados, classificados e encaixados sob rótulos de doentes, abandonados e infratores.

Enquanto é considerado um avanço diferenciar vítimas e vitimizadores, há um reconhecimento de que todos sofreram negligência, maus tratos, que não acessaram os direitos pelos quais lutaram os movimentos sociais. Contudo, se os nomes não são os mesmos, a inserção em um regime jurídico e a recorrente institucionalização fazem parte do dispositivo que se estrutura em controvérsias.

Olhares e fazeres mais finos avançam, esquadrihando os corpos adolescentes. Corpos que vivem em determinada localização geográfica, no estado de Mato Grosso do Sul. Sua extensa fronteira seca com o Paraguai e a Bolívia tornou o estado um corredor para o tráfico de drogas, armas e mercadorias contrabandeadas destes países para outros estados brasileiros. Ilegalidades, como o tráfico de entorpecentes, aparecem nos registros institucionais como problemática da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania em articulação com a Secretaria de Estado de Segurança Pública. (MATO GROSSO DO SUL, 1999).

Além dos aspectos levantados que fomentam as redes ilícitas e suas disputas pelos fluxos que favorecem o quadro de violência no recorte fronteiriço

elencado, há outros aspectos importantes, como a posição geográfica de Mato Grosso do Sul e sua rede de rodovias, que favorecem a conexão com os principais centros urbanos brasileiros, portos e aeroportos, principais meios usados pelo narcotráfico para acessar os mais expressivos mercados de drogas do mundo. [...]. No rol de estratégias utilizadas pela cadeia do tráfico e do contrabando estão as pequenas cidades fronteiriças, onde tais atividades são desenvolvidas, em sua maioria, por jovens que são arregimentados pelos criminosos. (NUNES, 2017, p. 33-34).

Assim, o estado de Mato Grosso do Sul, em sua posição geográfica estratégica para o tráfico de drogas e armas, foi cenário importante da estruturação das facções criminosas brasileiras, as quais encontraram no encarceramento em massa as condições para se desenvolverem e se consolidarem numa escala sem precedentes. (MANSO E DIAS, 2018).

Com uma Proposta para o Reordenamento das Medidas Socioeducativas em Mato Grosso do Sul, foi criada a Coordenadoria de Atenção e Proteção ao Adolescente e a Coordenadoria Antidrogas (MATO GROSSO DO SUL, 2000) e, no mesmo ano, a unidade masculina localizada na BR 262 foi ampliada. Imersa em discursos humanistas, novos arranjos vão criando especializações no atendimento socioeducativo, que se efetivam a partir da Coordenadoria de Medidas Socioeducativas (MATO GROSSO DO SUL, 2001), com a realização de concurso público específico, para profissionais graduados em Psicologia ou Serviço Social e Agente Educador, de nível médio. As CGAA passaram a ser denominadas Unidades Educacionais de Internação (UNEIs).

Durante o ano de 2001, foram implantadas novas unidades socioeducativas, de semiliberdade, no município de Campo Grande e uma UNEI Feminina no município de Dourados. Por fim, foi criado o Centro Recomeçando destinado ao tratamento de usuários e dependentes químicos.

As unidades passaram a ter nomes próprios em substituição à identidade pela localização (bairro/município). No ano de 2004 foi realizado novo concurso e, com o Decreto Nº 11.551/2004 (MATO GROSSO DO SUL, 2004) foi estabelecida a Escola Estadual Pólo Evanilda Maria Neres Cavassa, com extensões nas unidades de internação destinadas às aulas do ensino regular multisseriado, ministradas por professores do quadro efetivo da Secretaria Estadual de Educação (SED) ou convocados temporariamente.

A Escola Estadual Prof^a. Regina Lúcia Anffe Nunes Betine, responsável pela educação formal no Sistema Penitenciário desde o ano de 2003, assumiu também a escolarização no Sistema Socioeducativo a partir do ano de 2018. Passou, portanto, a atender as Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) do estado de Mato Grosso do Sul, reaproximando o socioeducativo do penitenciário na questão da educação formal.

No panorama nacional, a complexidade da intersetorialidade vai germinando normativas, como a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, que passaram a ser realizadas no âmbito da assistência social e a instituição da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) (BRASIL, 2004), no ano de 2004.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (BRASIL, 2006) publicou a Resolução Nº 119/2006, estabelecendo a título de Recomendação o SINASE, política que deveria articular a “[...] efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes [...]” (BRASIL, 2006, p. 15) na confluência de áreas de conhecimento que fundamentam tais políticas setoriais.

A Lei Nº 12.594/2012 (BRASIL, 2012) instituiu o SINASE e regulamentou a execução das medidas socioeducativas com base no PIA, o qual passou a constituir-se em uma peça processual. Definida como ferramenta norteadora do atendimento socioeducativo, trata-se de uma nova tecnologia de exercício de poder, remota das avaliações psicológicas do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), sendo um documento composto de informações relatadas pela equipe de referência do adolescente, ou seja, pelos profissionais que o assistem.

No estado de Mato Grosso do Sul a equipe de referência é composta por assistente social, psicólogo/a, educador artístico, educador físico, chefe de disciplina, técnico de enfermagem e coordenador pedagógico da escola, nas unidades em que a equipe é completa. O caráter multidisciplinar do PIA lhe confere uma vigilância mais eficaz e controle sobre o adolescente, em diversos aspectos que compõe a sua vida pregressa e na unidade socioeducativa, da sua família e relacionamentos. O PIA é encaminhado ao juizado e, posteriormente, são elaborados relatórios de acompanhamento da evolução do adolescente no PIA até o mandado judicial finalizando a medida socioeducativa em curso. Instrumento de vigilância e controle, portanto.

A mudança da responsabilidade das medidas socioeducativas privativas e restritivas de liberdade da pasta da Assistência Social para a da Justiça e Segurança Pública constituiu-se em um acontecimento que ocorreu após um período de instabilidade nas unidades (motins, denúncias de superlotação, problemas estruturais e maus-tratos aos adolescentes), situação que levou à reação de instituições da rede de atenção e proteção à adolescência, tendo sido debatida em audiência pública na Assembleia Legislativa Estadual. (MATO GROSSO DO SUL, 2008).

No mundo dos adultos, a questão da privação da liberdade é um pouco menos eufemística que no mundo da infanto-adolescência. No mundo dos adultos, o tema da privação da liberdade é o tema da prisão. Paradoxalmente, neste ponto, o mundo dos adultos é menos hipócrita que o mundo da infância. É lógico que se deveria acrescentar um pequeno detalhe: também neste ponto, o mundo da infanto-adolescência foi criado pelos adultos. (MENDEZ, 1994, p. 44).

A segurança, imperativa diante da periculosidade possível dos adolescentes - e necessária ao sistema - ancorada no discurso socioeducativo garantiu a transferência, (re) colocando as práticas na normativa legal: medidas socioeducativas privativas e restritivas de liberdade na pasta da segurança pública.

O processo que culminou com a criação da Superintendência de Assistência Socioeducativa (MATO GROSSO DO SUL, 2009) teve grande mobilização dos agentes de segurança socioeducativa que, com a justificativa de coibir motins e fugas, iniciaram uma operação padrão na qual, do total de 270 servidores, 220 paralisaram suas atividades, tendo no alto da pauta de reivindicações a assinatura do decreto, juntamente com a equiparação salarial com outra categoria: os agentes penitenciários. (AGENTES DAS UNEIS..., 2009).

Desde então, o funcionamento das unidades socioeducativas no estado foi sendo regulamentado por um conjunto de normativas, refinando os saberes nos documentos institucionais na inter-relação com o judiciário. O SIGO, sistema de informações que estrutura a vigilância da população para as instituições que compõem a SEJUSP, desde 2004, passou a incluir os dados de adolescentes do sistema socioeducativo em restrição e privação de liberdade, tornando possível o acúmulo sistematizado de informações sobre os adolescentes, seus familiares e seus pares: sua rede de relações.

Atualmente, o sistema socioeducativo estadual atende em média 250 adolescentes/mês em regime de restrição e privação de liberdade, distribuídos em nove unidades nos polos regionais.

Nesta contextura está a UNEI Dom Bosco, *lócus* deste estudo, onde ao longo deste processo, foi possível observar as instituições que atuam dentro da instituição: a escola e o ambulatório de saúde, que junto aos atendimentos psicossociais e de arte educação, compõem as condições de existência do dispositivo da socioeducação; por outro lado, uma igreja dentro da escola e, por fim, a presença de uma facção criminosa materializada na operacionalização da rotina diária, nas paredes dos alojamentos e em tatuagens nos corpos adolescentes.

Universo que extrapola os muros da unidade, compõe subjetividades alinhadas à suas finalidades, em um cenário onde o poder público tem uma atuação paralela às facções

criminosas, onde a proteção e a justiça obedecem a diferentes, porém, semelhantes normas, todas inscritas no corpo social.

Diante disso e considerando que a privação de liberdade é uma vivência nas trajetórias de jovens, na próxima seção buscou-se explorar elementos de seus percursos pregressos.

*E eu vi
Tudo se corromper pelo sonho da prata
Pega e traga, clack e mata
Campo Grande city, se não morre, mata.
Guarda a baga que o relógio aqui não para,
Segura a resposta que os meus não passam pala
Embrasado igual curuja
Numa sexta feira vaga
Vendo tudo e ninguém me vê, vendo as ticas arrastando a placa
E antes que eu termine esse som
Mais dois na Vila ZonaNorte foi pra vala
E ódio exala
E a morte segue a pátria sangue suja, quanto custa?
Cinquenta tons de vermelho, não é livro, mas tá na rua
E a cura me surta
E eu sigo a conduta
Brisa fina, no rádio ouvindo Marina
Ao mesmo tempo a bala avisa
Vivendo em meio ao caos, medicina
Transformei música em morfina
Na conexão hostil
Ponta Porã, Brasil
Trilhando a vida
Chegando com rima
Anache e Nova Lima
Caneta na mira
Pra quem desprezou o corre
Então corre....*

LA FIRMA ZN CLÃ

2 PERCURSOS QUE CONDUZEM AO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

No capítulo anterior foram realizadas algumas aproximações ao jogo socioeducativo. Os estudos iniciais mostraram algumas condições de visibilidade da medida socioeducativa de internação a partir dos olhares de pesquisadores da temática e de instituições de controle social. De outra perspectiva, observou-se como as instituições socioeducativas se diferenciaram do sistema prisional e se instalaram como parte de um novo dispositivo, constituído de um discurso jurídico-político com apelo protetivo e garantista, no seio da sociedade sul-mato-grossense, marcada pelas oligarquias e pelas desigualdades sociais, que se perpetuam.

Uma infantoadolescência campo-grandense constitui-se nas ruas estampadas pelos sons, cores e imagens, sorrisos e dores de vida e de morte, cotidiano de vivências/violência dito nos versos de La Firma ZN Clã. Uma realidade forjada e que não está do lado de fora da instituição de internação que defende a sociedade dos desviantes e indesejáveis adolescentes, pois “[...] o delinquente não está fora da lei; mas, desde o início, dentro dela, na própria essência da lei ou pelo menos bem no meio desses mecanismos que fazem passar insensivelmente da disciplina à lei, do desvio à infração [...]”. (FOUCAULT, 2014, p. 296).

Diante disso, investigou-se as histórias vividas por adolescentes que chegaram à medida socioeducativa de internação no município de Campo Grande. Assim, neste capítulo, buscou-se debruçar-se sobre fragmentos das vidas de jovens com a ciência de que a infância, como a adolescência, são categorias inventadas, cuja:

[...] existência é atravessada por processos de acumulação de saberes sobre o corpo, o desenvolvimento, as capacidades, as vontades, as tendências, as brincadeiras, as fragilidades, as vulnerabilidades, os instintos, as paixões e as potências infantis que, por sua vez, se acoplam a práticas discursivas e não discursivas em que tais saberes se imbricam em mecanismos de poder, cujo resultado acaba sendo a produção de uma infância governada, segundo normatividades da sociedade que se empreende. (RESENDE, 2015, p. 7).

Trata-se de um governo da infância – ou das infâncias – já que, para além – ou aquém – dos modelos preconizados, há aqueles que escapam às normatividades intrínsecas a um modo de governar. Crianças que vivem nas margens da sociedade e, sendo contabilizadas nos censos sociodemográficos – uma relação de saber-poder: governo-ciência -, são vistas, portanto, em suas condições de existência, (sobre)vivem, constituindo-se imersas em discursos sobre como se deve ser criança e em subjetividades que dizem como se é. Por outro lado, pensar a infância com Foucault possibilita “[...] pensar em outras formas de infância.

Novas potências infantis, outros modos de ser criança, desencadeados pela experiência, pelo acontecimento, pela singularidade, pelo devir [...]”. (REZENDE, 2015, p. 7).

Diante disso, ao se buscar subsídios para compreender como estes adolescentes são conduzidos à privação de liberdade é preciso sair das superfícies dos discursos que associam a pobreza à delinquência, considerando que são conjuntos de elementos e situações vividas em contextos socioculturais complexos que vão esculpindo seus corpos – e almas –, constituindo-os como sujeitos, por vezes, de certos destinos. Portanto, ao se falar do sujeito, não se está referindo a uma instância de fundação, mas como efeito dos modos de subjetivação enquanto práticas de constituição do sujeito (CASTRO, p. 408).

Nestes percursos, faz-se necessário alçar mão de outras ferramentas para análise, como a noção de meio como campo de intervenção cujo alvo é uma população, enquanto uma multiplicidade de indivíduos que são e só existem profunda, essencial, biologicamente, ligados à materialidade dentro da qual existem (FOUCAULT, 2008). São questões que emergem com uma nova racionalidade e o nascimento de uma economia política, que atua em três eixos: produção, circulação e consumo, na qual o conhecimento científico torna-se indispensável a um bom governo. Nesta perspectiva apresentada pelo filósofo, a população

[...] se produz entre cada um dos indivíduos e todos os outros toda uma série de interações, de efeitos circulares, de efeitos de difusão que fazem com que haja, entre um indivíduo e todos os outros, um vínculo que não é o vínculo desejado pelo Estado, mas que é espontâneo. É essa lei da mecânica dos interesses que vai caracterizar a população. (FOUCAULT, 2008, p. 473).

Assim, para o autor, o Estado passa a ter que assumir os indivíduos nessa nova realidade, da população em sua naturalidade, como um conjunto de fenômenos naturais. Daí que, se os fatos da população e os processos econômicos obedecem a processos naturais, o papel do Estado deve ter como princípio respeitar estes processos.

A intervenção da governamentalidade será, portanto, limitada, mas “[...] no interior do campo assim delimitado, vai aparecer todo um domínio de intervenções possíveis [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 474). Intervenções necessárias, mas sem a forma da intervenção regulamentar. Trata-se de uma perspectiva, observada pelo filósofo, de gerir os fenômenos naturais: manipular, suscitar, facilitar, deixar fazer, por meio de mecanismos de segurança, uma técnica política que se dirige ao meio. Daí se compreende a função da governamentalidade: garantir a segurança e a gestão desses fenômenos naturais que são os processos econômicos, os quais são intrínsecos à população.

Com estas ponderações, apresenta-se, a seguir, alguns percursos de crianças que vivenciam uma (in)certa infância em um certo meio que se mostra distante dos direitos preconizados nos discursos jurídicos e dos modos de ser criança (re)produzidos socialmente.

2.1 Uma (In)Certa Infância

Não há uma infância certa; por certo que há infâncias (in)certas, que fogem às certezas e que são legítimas. Ao ajustar as lentes para os caminhos percorridos por crianças, observa-se que fazem parte de um modo de governar a população, onde o poder tem na liberdade a condição do seu exercício, mas uma justa medida de liberdade (AUGUSTO, 2015). Esta administração calculada da vida de uma população de adolescentes pobres segue uma lógica de segurança da sociedade,

[...] no sentido da organização de parâmetros de proteção contra aquilo que se reconhece como perigo social. Perigo que está naquilo ou naqueles que escapam à gestão institucional, nos distúrbios de difícil governamentalidade. (NASCIMENTO, 2015, p. 285).

Nesta perspectiva, foram realizadas escavações em busca de discursividades registradas em sítios documentais da instituição socioeducativa, *lócus* deste estudo. Por certo, desde que produzidas, sempre estiveram ali, pequenos e seletos artefatos que, como foi observado, são (des)considerados taticamente de histórias de vida, permeados nos discursos que caracterizam uma racionalidade na qual estão acimentados.

Nestas escavações, foram lidos e analisados documentos que compõem as pastas individuais de 50 adolescentes que passaram pela UNEI Dom Bosco e deram saída da instituição durante o primeiro semestre do ano de 2017, cujos registros compõem a “Coleção Vivências” (2019e). Neste capítulo, apresentam-se alguns elementos desta “Coleção”, oriundos das anotações em fichas contendo informações relacionadas à inserção em atividade laboral, sonho ou objetivo futuro, vínculo das pessoas com quem residia antes da sua entrada na unidade de internação, destacados de entrevistas psicológicas, sociais e relatórios enviados ao judiciário (avaliação inicial, PIA, e relatórios de acompanhamento). Estes dados foram organizados em tabelas e submetidos a tratamento estatístico.

Das experiências registradas nos relatórios destes adolescentes, foram pinçados alguns elementos, fragmentários certamente, porém, que podem oferecer visibilidade aos contrastes entre modelos construídos socialmente de como ser um jovem na sociedade contemporânea, tendo em vista que, a realidade a que estão sujeitos, os conduzem para outros modos de existir como jovem, vinculadas às suas condições de (sobre)vivência. Assim, é

necessário cautela para não olhar tão somente para estes percursos - constituintes dos modos de subjetivação desses sujeitos, como modos de objetivação, “[...] isto é, modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e de poder.” (CASTRO, 2016, p. 408) - mas atravessá-los, tal como as crianças e adolescentes tornados alvos, evitando acatar e reproduzir a conveniência tática dos discursos que simplesmente associam a pobreza à criminalidade.

Nos escritos achados nestes artefatos, foram encontradas direções outras, que por vezes se traduzem em sonhos. Sonhos que se debatem em um espaço limitado, por vezes esmagador, da realidade cotidiana que os torna dóceis e úteis ou os mortifica.

Destaca-se que as tabelas e os gráficos, neste estudo, foram produzidas com informações que compactam fragmentos pinçados das vidas de crianças e adolescentes. Examiná-las, portanto, implicou perceber, nas suas trajetórias, elementos que lhes são constituintes como sujeitos de certos destinos, forjados sobre – e às margens – de um modelo de ser um jovem adulto: estudar, trabalhar, ter uma família, casa e carro, como mostra a Tabela 04, a seguir.

Tabela 04 - Dados referentes à idade de inserção em atividade laboral, atividades realizadas, sonho ou objetivo de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa na UNEI Dom Bosco e deram saída no primeiro semestre de 2017

(continua)

N.	Idade Início Trabalho.	Trabalhos Realizados	Sonho/Objetivo
1	13	Aux. Pedreiro, Lavador Carros	S/I
2	S/I	Carga/Descarga Caminhões	S/I
3	13	Limp. Tereno, Vendedor Salgados	Direito
4	S/I	Aux. Pedreiro, Lavador Carros	Jogador Futebol
5	17	Aux. Pedreiro, Serv. Gerais Frigorífico (Registrado)	S/I
6	16	Jardineiro, Aux. Eletrica/Hidraulica, Mec E Vidracaria	S/I
7	12	Aux. Borracheiro, Aux. Pedreiro	S/I
8	12	Aux. Serv. Gerais Loteam., Lavador Carros, Aux. Borrach	Desenhista
9	13	Atendente Conveniência	Fazer Curso Informatica
10	12	Aux. Serviços Gerais	Estudar Direito, Eng° Computação
11	14	Aux. Pedreiro	Ser Engenheiro Civil
12	15	Aux. Serviços Gerais, Lavador Carros	Fazer Curso Mecân. Biciclet.
13	X	Não Trabalhou	S/I
14	14	Aux. Pedreiro, Aux. Mecanico	Quer Trabalhar
15	10	Aux. Pedreiro, Aux. Pintor, Limpeza Quintal, Garçon	Ter Moto Para Trabalhar
16	10	Aux. Pedreiro, Aux. Serv. Gerais, Aux. Mecânica, Aux. Soldador	Ter Uma Família
17	12	Aux. Pedreiro, Lavador Carros, Entregador Verduras	Ser Enfermeiro
18	X	Não Trabalhou	Ser Médico

19	8	Aux. Pedreiro, Aux. Mec. Motos, Aux. Biclet., Aux. Horta	Ser Mecânico Moto/Carro (conclusão)
N.	Idade Início Trabalho	Trabalhos Realizados	Sonho/Objetivo
20	15	Lavador Carros	S/I
21	13	Aux. Pedr., Aux. Carpint. Limp. Terreno, Aux. Mecân. Plant. Soja	Ser Eletrotécnico
22	S/I	Aux. Pedreiro	Ser Eng ^o Mecânico
23	S/I	Aux. Pedreiro	Ser Cirurgião Plástico
24	S/I	Domador De Pôneis, Aux. Calheiro, Aux. Carpinteiro	Ser Peão De Fazenda
25	13	Aux. Pedreiro, Aux. Padaria, Carga/Descarga Verduras	Estud Ed Física/Arte Contemp.
26	12	Aux. Pedreiro, Aux. Borracheiro, Aux. Bibicleteiro, Lav. Carros	Ser Mecânico
(conclusão)			
27	13	Aux. Pedreiro, Serv. Gerais Fazenda	S/I
28	S/I	Aux. Pedreiro, Serv. Gerais Horta	S/I
29	13	Aux. Pedreiro, Aux. Encanador, Aux. Pintor Residencial	Estudar Informática
30	10	Aux. Mecanica Carro, Aux. Pedreiro, Aux Jardinagem	Estudar Administr./Mec. Autom
31	14	Aux. Bicletaria, Entregador De Panfletos, Atend. Lanchonete	Estudar Direito
32	14	Aux. Pedreiro, Aux. Carpinteiro, Limp. Terreno	Ser Advogado
33	12	Lavador Carros	Ter Carro E Casa
34	12	Aux. Pedr., Garçon, Lav. Carros, Atend. Lan House, Aux. Tapeçaria	Estudar Direito
35	14	Aux. Pedreiro, Aux. Mecânica, Aux. Pintor Obras	Ter Carro E Casa
36	S/I	Aux. Elétrica Carros	Estudar Agronomia
37	S/I	Não Trabalhou	S/I
38	S/I	Atendente Crepes	S/I
39	S/I	Aux. Em M Mercado, Lavador De Carros	Ser Eng. Civil
40	15	Aux. Pedreiro, Aux. Atendente	S/I
41	15	Aux. Tornearia Mecânica, Aux. Laborat. Solos	S/I
42	X	Não Trabalhou	S/I
43	15	Empacotador, Vendedor Salgados	S/I
44	14	Lavador Carros	Ter Oficina De Bicletaria
45	14	Lavador Carros	Trabal. Mecanico Carros
46	S/I	Serv. Gerais Fazenda	S/I
47	S/I	Aux. Pedreiro, Lavador Carros	Estudar Direito
48	14	Aux. Pedreiro, Aux. Jardineiro	S/I
49	13	Aux. Pedreiro, Aux. Eletricista	Ser Mestre De Obras
50	13	Aux. Pedreiro, Aux. Pintor	S/I

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados produzidos na pesquisa – “Coleção Vivências” (2019e).

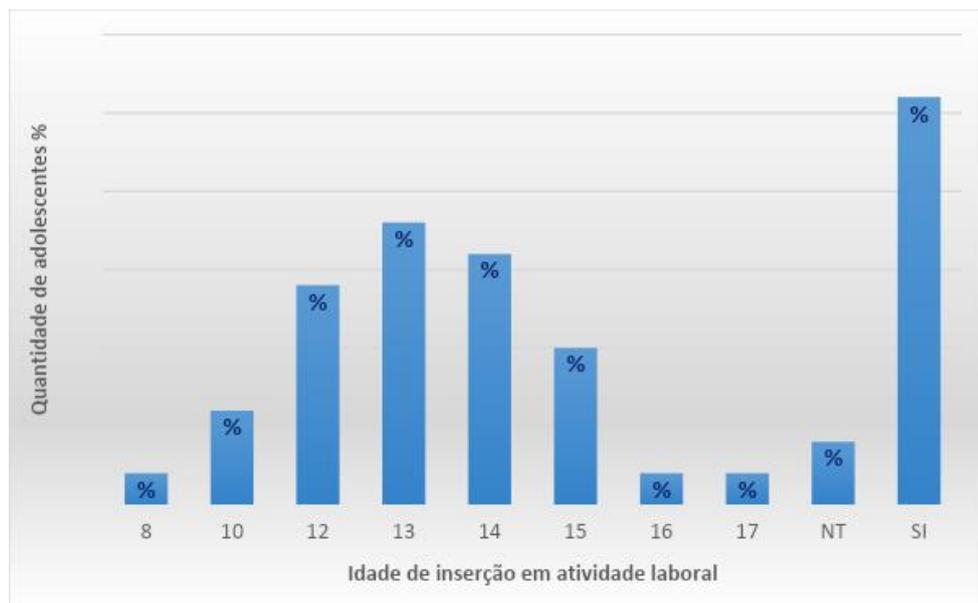
*S/I: Sem informação

A Tabela 04 exhibe a realidade encontrada nos arquivos relativos a estes sujeitos. Distantes dos discursos garantistas, encontrou-se registros do início precoce em atividades laborais, uma prática que se impõe a algumas crianças e não a outras. Trabalho infantil, um modo de inserção no universo dos adultos de um meio determinado, onde, no grupo estudado,

se destaca a atividade de auxiliar de pedreiro, com a obviedade do esforço físico exigido, incompatível com corpos infantis, a qual foi exercida por 27 dos 50 indivíduos pesquisados.

Os dados apresentados na Tabela 04 foram aglutinados para mostrar a quantidade de adolescentes de acordo com a idade de inserção no mundo do trabalho, conforme pode ser visualizado no Gráfico 01, a seguir.

Gráfico 01 - Idade de inserção em atividade laboral de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação e deram saída no primeiro semestre de 2017



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados produzidos na pesquisa – “Coleção Vivências” (2019e).

No Gráfico 01 observa-se que, entre os 50 sujeitos, em 26% deles não havia registro nos arquivos pesquisados quanto à idade de inserção no trabalho, dado identificado como Sem Informação (SI) – um dado irrelevante para as equipes de psicólogos e assistentes sociais? –; 4% nunca trabalharam (NT); 22% começaram a trabalhar ainda crianças, entre os 8 e os 12 anos de idade; 44% entre os 13 e 15 anos de idade; e 4% jovens começaram a laborar após completar 16 anos de idade. Destes últimos, observa-se que somente um adolescente (2%) teve o registro na carteira de trabalho.

Sobre esta questão, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), por meio da Emenda Constitucional Nº 20, de 1998, passou a incluir no artigo 7º, que trata dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a seguinte redação: “XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. Mostra-se assim, uma face da

violação de direitos constitucionais vigentes com estes sujeitos: o discurso jurídico que, taticamente, não os alcança.

No entanto, em meio às vivências a que são submetidos, resistem quando sonham um futuro que contrasta com a distância de sua realidade. Ao lado da informação do direito violado, a Tabela 02 anuncia sonhos, emoldurados pelos modelos de como ser um ‘cidadão’ nesta sociedade.

Entre os dados compactos da Tabela 02, está o sonho de fazer o curso de direito do jovem Adriano⁸, que começou a trabalhar aos 13 anos de idade vendendo salgados e carpindo terrenos e interrompeu os estudos no 5º ano do ensino fundamental. Encontra-se também a história de Breno, que entrou na instituição socioeducativa na situação de internação provisória aos 15 anos de idade, tendo exercido trabalhos como auxiliar de pedreiro e lavador de carros, com o sonho de ser jogador de futebol.

Carlos sonhou em ser desenhista e ingressou no trabalho aos 12 anos fazendo atividades de serviços gerais em loteamentos, depois em lava jatos e borracharias e cursou até o 6º ano do ensino fundamental. Encontra-se também Marcos, um menino que sonhou ser um cirurgião plástico, profissão longínqua da iniciação laboral como auxiliar de pedreiro.

Aos 13 anos Daniel começou a trabalhar como auxiliar de pedreiro e em lava jato. O adolescente tinha uma família, porém, segundo os registros, não haviam condições de cuidá-lo o que o levou a residir por sete anos em instituição de abrigo. Aos 14 anos começou a usar maconha e álcool. Abandonou a escola, permanecendo na rua, onde praticou diversos furtos e roubos.

Estas pequenas histórias trazem exemplos de que, se a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) trouxe mudanças no ordenamento jurídico brasileiro e as bases para a vigente legislação para a infância e adolescência, o ECA (BRASIL, 1990), isso não se reflete na realidade cotidiana de uma parcela da população de crianças e adolescentes que vivem com condições socioeconômicas e infraestruturas precárias, que denunciam o descaso estatal e de outras instituições.

[...] embora o ECA incorpore uma série de questionamentos em relação às políticas sociais para a infância, podemos dizer que perdura uma noção compensatória no que se refere às crianças e adolescentes pobres, ou seja, estes são compreendidos como carentes e em situação de risco. Constrói-se, assim, uma infância ‘normal’ em oposição a uma infância de *risco*, o que se entrelaça com a noção de uma essência infantil, vista como natural e, portanto, imutável (CRUZ *et al*, 2005, p. 42 - grifos dos autores).

⁸ Os nomes utilizados são fictícios, escolhidos aleatoriamente, a fim de preservar o sigilo dos jovens.

Trata-se, portanto, de um discurso protetivo que não se efetiva com todas as crianças. Para uma infância de risco, uma vida exposta a condições que forjam determinados tipos de existências e que conduzem a certos destinos.

Definindo-se formas consideradas corretas e verdadeiras de ser e de existir, forjam-se subjetividades sobre a pobreza e sobre o pobre; diz-se o que são e o que deverão ser. Segundo a lógica do capitalismo liberal, os trabalhadores livres têm liberdade para oferecer e vender sua força de trabalho no mercado, desde que se mantenham no seu devido lugar, desde que não participem dessas misturas indesejáveis, mantendo-se dentro das normas vigentes, desde que, portanto, respeitem as regras impostas por uma sociedade de classes (COIMBRA E NASCIMENTO, 2008, p. 3).

Na distância entre os sonhos e as vivências dos jovens deste estudo, vão se constituindo como sujeitos de certos lugares. Em busca por mais elementos para refletir esta problemática, foram produzidos dados de pesquisa a partir do Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) referentes a adolescentes que passaram pela UNEI Dom Bosco nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, os quais foram organizados em tabelas e submetidos a tratamento estatístico, com o objetivo de dar visibilidade a situação em que se encontram quando chegam à unidade de internação, efeitos das condições a que estiveram submetidos no curso de suas vidas. Estes dados organizados compõem a “Coleção Estatísticas” (2019d).

Para a descrição geral dos dados foi examinado o número de entradas de adolescentes no sistema socioeducativo, ou seja, o número de 666 entradas no período de 2015 a 2018, tendo sido considerada uma entrada ao ano; assim, no caso de reingresso na unidade socioeducativa no mesmo ano, esta informação não foi utilizada para os fins desta pesquisa. Considerando que 97 adolescentes passaram pela unidade socioeducativa em mais de um ano pesquisado, o número de sujeitos desta investigação, portanto, somou um total de 558 jovens. Os dados foram tabulados no Excel.

Na Tabela 05 encontram-se elencados os números de entradas de adolescentes por ano, com o percentual correspondente.

Tabela 05 - Número de entradas de adolescentes (n) na UNEI Dom Bosco nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018.

Ano	n.	%
2015	185	27,8
2016	167	25,1
2017	156	23,4
2018	158	23,7
Total	666	100,0

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados produzidos na pesquisa – “Coleção Estatísticas” (2019, d).

Dentre estes adolescentes, o (des)nível de escolaridade dos sujeitos que chegaram à instituição socioeducativa entre os anos de 2015 e 2018 é significativo, como pode ser observado na Tabela 6, considerado número de 666 entradas de indivíduos no período.

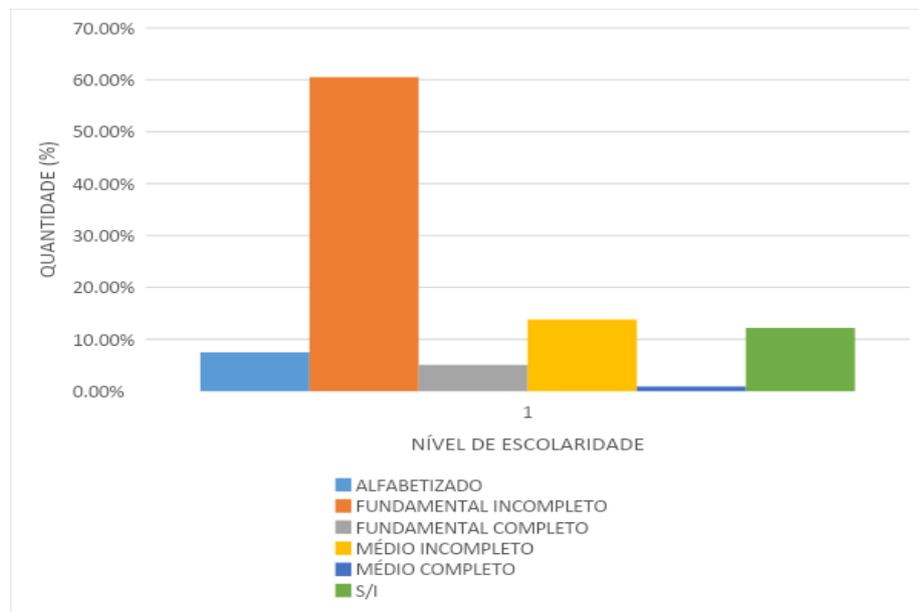
Tabela 6 - Quantidade de adolescentes por nível de escolaridade que passaram pela Unei Dom Bosco entre os anos de 2015 e 2018

Nível de Escolaridade	N	%
Alfabetizado	50	7,5
Fundamental Incompleto	403	60,5
Fundamental Completo	34	5,1
Médio Incompleto	92	13,8
Médio Completo	6	0,9
Sem Informação	81	12,2
Total	666	100

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados produzidos na pesquisa – “Coleção Estatísticas” (2019d).

A Tabela 06 mostra que 60,5% destes adolescentes pesquisados, de acordo com suas entradas na UNEI Dom Bosco, não tinham o ensino fundamental completo, percentual que, se somado àqueles identificados como alfabetizados sobe para 68%, o que pode ser melhor visualizado no Gráfico 02 abaixo.

Gráfico 02 - Percentual de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação entre os anos de 2015 e 2018 na UNEI Dom Bosco de acordo com nível de escolaridade

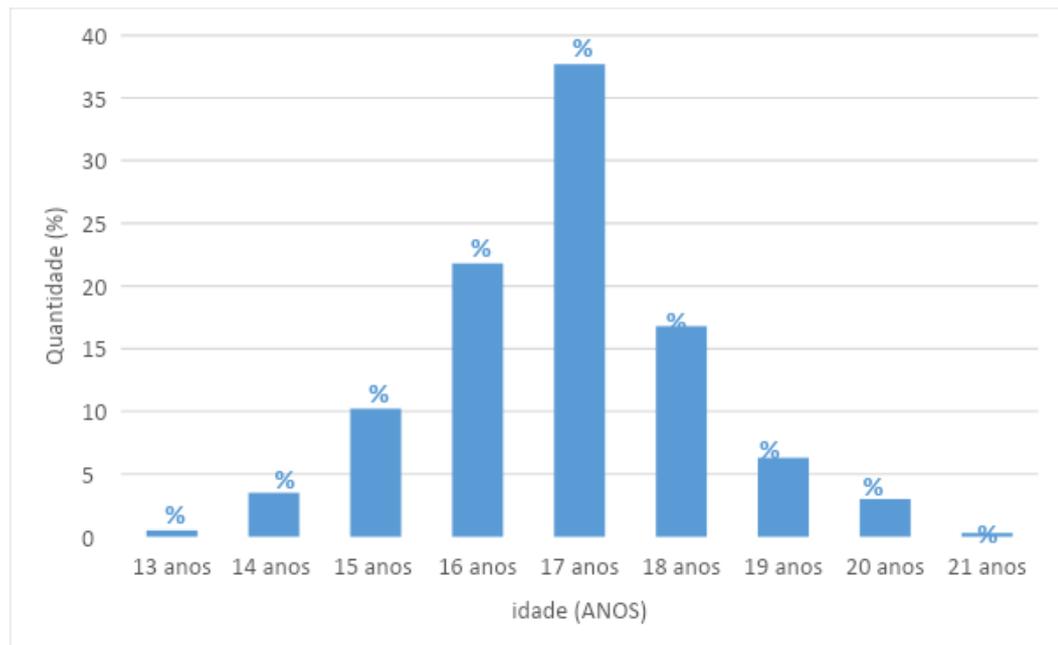


Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados produzidos na pesquisa – “Coleção Estatísticas” (2019d).

Estes dados denunciam o abandono escolar – ou a escola que os abandona precocemente - problemática que pode ser relacionada às vivências do trabalho infantil

exposta anteriormente. Ao serem consideradas as idades destes jovens nas datas das respectivas entradas na unidade socioeducativa, no período analisado, observa-se que 85,9% tinham mais de 16 anos, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 03 - Percentual de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação entre os anos de 2015 e 2018 na UNEI Dom Bosco de acordo com a idade



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados produzidos na pesquisa – “Coleção Estatísticas” (2019d).

Logo, dentre esta população de jovens com mais de 16 anos, fica evidenciada a defasagem escolar referente aos padrões estabelecidos, gerando a intitulada distorção idade-série, caracterizada quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais. Considerado o ingresso aos seis anos de idade, a conclusão do ensino fundamental se daria pelos marcos regulatórios vigentes, aos 14 anos de idade. (BRASIL, 2009)

Assim, na situação de reprovações e/ou abandono, ao dar continuidade aos estudos encontra-se em desnível em relação à idade considerada adequada para cada ano escolar, conforme a legislação educacional brasileira, sendo contabilizado na situação de distorção idade-série.

Nestes percursos às margens dos padrões estabelecidos vão se constituindo como sujeitos desviantes – fracasso da escola ou efeito de um modo de governar?

Seja relativa à ruptura com a escola ou com os dispositivos legais, há uma tendência a responsabilizar uma suposta família desestruturada, como se observa no estudo realizado pela Superintendência de Assistência Socioeducativa (SAS) (MATO GROSSO DO SUL,

2015), que investigou o estado civil dos pais de adolescentes internos nas unidades socioeducativas do estado de Mato Grosso do Sul.

Os resultados mostraram que 55% eram separados, 25% casados e 10% conviventes: dados que ratificam subjetividades acerca de modelos de família e preconizam destinos. Curiosamente, o pesquisador desconsiderou investigar se estas famílias biológicas eram efetivamente a família afetiva e de convivência destes sujeitos ou se eles estavam inseridos em outro arranjo familiar.

O que se evidencia é que, seja uma família unida por laços consanguíneos ou afetivos, é preciso cuidado com explicações que culpabilizam pais e mães e/ou responsáveis pelo aprisionamento dos seus e os responsabilizam pela sua adaptação ao convívio social. Como explicam Castro e Guareschi (2008, p. 204):

A família sofre, ela também, as consequências de relações sociais excludentes. Neste sentido, não deve ser vista como causadora e sim como exposta e subjetivada pelas mesmas situações. O sistema de atendimento e os programas sociais existentes, via de regra, ao invés de intervirem no apoio a essa família, acabam por responsabilizá-la pelas dificuldades do adolescente, colaborando, assim, com o afastamento de seus familiares e o rompimento dos já frágeis vínculos existentes. Os problemas enfrentados pelos familiares no desempenho dos cuidados frente aos adolescentes parecem, de alguma forma, autorizá-los a buscar o preenchimento dessas graves ausências no cometimento do delito. Tal prática se manifesta nos processos judiciais, onde ainda que indiretamente, há também um julgamento dos adultos cuidadores, responsabilizados, por abandono e negligência, pelo cometimento dos atos infracionais. O que produz um paradoxo: por um lado, em alguns casos, o esforço em reaproximar compulsoriamente os adolescentes dos familiares; por outro lado, a desvalorização e a culpabilização das famílias.

O referido estudo (MATO GROSSO DO SUL, 2015) mostrou ainda que 58% daquelas famílias possuíam renda familiar de até dois salários mínimos, 20% tinham renda acima de três salários mínimos e 2% inferior a um salário mínimo. Ainda que seja um indicativo de que se trata de população predominantemente de baixa renda, o dado pesquisado é insuficiente, pois não investigou a renda *per capita*, a qual poderia fornecer uma visualização mais concreta da situação das famílias.

Considerando esta situação da baixa renda, Castro e Guareschi (2008) levantam a problemática do consumo como uma necessidade das pessoas na sociedade atual e a relacionam com adolescentes de baixa renda, afirmando:

A exclusão econômica, porém, traz muito mais do que o impedimento de consumo: ser um adolescente brasileiro e pobre significa ser subjetivado pela ausência de perspectivas e de futuro; significa ter como fato cotidiano e

concreto a vivência de situações de violência (CASTRO E GUARESCHI, 2008, p. 206).

Entre os dados sociodemográficos registrados no Sistema SIGO, consta o item ‘cor da pele’. De acordo com os registros das 666 entradas de adolescentes entre os anos de 2015, predomina a cor da pele parda entre estes sujeitos, como se observa na Tabela 07, juntamente com dados obtidos do censo. (IBGE, 2010).

Tabela 07 - Registros referentes à ‘cor da pele’/raça/etnia de adolescentes que deram entrada na UNEI Dom Bosco no período de 2015 a 2018 e da população do município de Campo Grande

Cor da Pele/Etnia	N (Sigo)	%	N (IBGE)	%
Amarela	8	1,2	13.924	1,8
Branca	149	22,4	397.975	50,6
Parda	379	56,9	326.644	41,5
Preta	66	9,9	42.347	5,4
Indígena	S/I	0	5.898	0,7
S/I	64	9,6	9	0
Total	666	100	786.797	100

Fonte: Dados produzidos na pesquisa a partir do Sistema SIGO – “Coleção Estatísticas” (2019d) e do Censo IBGE, 2010.

Observa-se que a população do município de Campo Grande, conforme o Censo de 2010 (IBGE, 2010), é predominantemente branca, 50,6%, em relação aos 22,4% de adolescentes brancos que cumpriram medida socioeducativa de internação na UNEI Dom Bosco. Por outro lado, 56,9% dos adolescentes apreendidos tem a cor parda, em relação aos 41,5% da população do referido município. Entre os indivíduos de cor da pele preta, os adolescentes com passagem na internação totalizaram 9,9% em relação aos 5,4% da população campo-grandense. Os dados do Sistema SIGO não apresentaram registros de sujeitos indígenas, os quais representam 0,7% dos campo-grandenses. Deve-se ressaltar que entre os dados do Sistema SIGO, 9,6% não tinham esta informação preenchida ao passo que nos dados do IBGE (2010), em termos percentuais, esta situação tem valor desprezível, aproximando-se de zero.

As questões étnico-raciais acima descritas são compreendidas neste estudo no contexto das demais situações abordadas neste capítulo, que tratam de uma certa população tornada alvo, na perspectiva de um racismo do tipo evolucionista-biológico (FOUCAULT, 2010c) que emerge no jogo entre o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder e que se encontra inscrito no modo de funcionamento de todos os Estados.

A primeira função do racismo moderno é introduzir uma ruptura no domínio da vida do qual o poder se fez cargo; ruptura entre o que deve viver e o que

deve morrer. A segunda função é fazer funcionar a antiga relação de guerra (“se queres viver, é necessário que possas matar”) de uma maneira nova: entre minha vida e a morte de outro, existe agora uma relação biológica: a morte do outro não é simplesmente a condição da minha vida, mas da vida em geral; a morte do “outro” a fará mais saudável e mais pura. (CASTRO, 2016, p. 377)

Diante disso, compreende-se o racismo como a condição do exercício de matar e sucede onde a morte é requerida, cujos mecanismos incidem nas infâncias vividas em franjas do tecido social. Observa-se que estes indivíduos são expostos nas estatísticas referentes ao estado de Mato Grosso do Sul, portanto são visíveis e seus destinos são previsíveis em termos de probabilidades. Neste sentido, não são excluídos, mas fazem parte do modo de governar de uma sociedade de segurança.

Ao chegarem à medida socioeducativa de internação, estes adolescentes carregam consigo a materialização, em suas histórias de vida, de suas transgressões no denominado ato infracional praticado, devidamente previsto no discurso jurídico: o motivo do aprisionamento. Penalidades individualizadas a partir dos saberes que permeiam sua responsabilização. A Tabela 08 relaciona os atos infracionais que motivaram as entradas dos adolescentes que passaram pela UNEI Dom Bosco entre os anos de 2015 e 2018.

Tabela 08 - Motivos para a aplicação da medida socioeducativa de internação de jovens que passaram pela UNEI Dom Bosco entre os anos de 2015 e 2018

Motivo	n.	%
Roubo	215	32,3
Tráfico Drogas	119	17,9
Homicídio	68	10,2
Regressão Mse	64	9,6
Furto	41	6,2
Mandado de Busca e Apreensão (MBA)	34	5,1
Receptação	32	4,8
Dano	29	4,3
Tentativa de Homicídio	23	3,4
Ameaça	10	1,5
Porte Ilegal de Arma	9	1,4
Estupro	5	0,7
Outros	17	2,5
Total	666	100

Fonte: Dados produzidos na pesquisa a partir do Sistema SIGO – “Coleção Estatísticas” (2019d).

A Tabela 08 mostra a maior incidência de atos tipificados como ‘roubo’, totalizando 32,3% adolescentes com este motivo – relacionado ao patrimônio - justificando a medida socioeducativa de internação. Observa-se que o roubo se diferencia do furto, atribuído a 6,2% dos jovens, pelo emprego de grave ameaça ou violência a pessoa (BRASIL, 1940). O tráfico

de drogas foi registrado como motivo da internação para 17,9% nos registros examinados, e os homicídios totalizaram 10,8% dos casos.

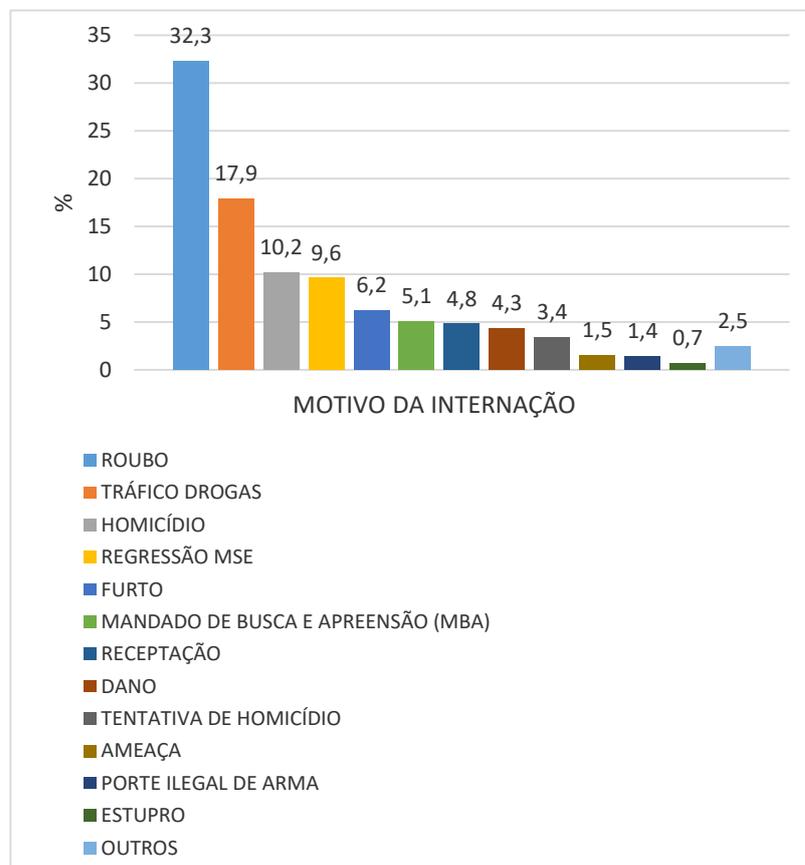
A situação de regressão de medida, que somou 9,7% dos registros, ocorre por ordem judicial, devido ao descumprimento de uma medida mais branda aplicada anteriormente, que pode ser de semiliberdade, liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade.

Os 5,1% adolescentes internos por mandado de busca e apreensão ocorreram por razões diversas, podendo ser devido a descumprimento de medida socioeducativa, evasão de unidade ou ainda por ter sido atribuído ao adolescente a prática de um ato infracional e não ter sido encontrado para ser apreendido.

Os demais motivos apurados na pesquisa com menores incidências foram: 4,8% por receptação; 4,3% por danos; 3,4% devido a tentativas de homicídio; 1,5% por ameaças; 1,4% devido ao porte ilegal de arma de fogo; 0,7% por estupro e 2,5% por outros atos.

Foi elaborado o Gráfico 04, a partir destes dados, com o objetivo de se obter uma melhor visualização em relação aos motivos da internação dos jovens pesquisados.

Gráfico 04 - Motivos para a aplicação da medida socioeducativa de internação de jovens que passaram pela UNEI Dom Bosco entre os anos de 2015 e 2018



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de dados do Sistema (SIGO) – “Coleção Estatísticas”, (2019d).

Portanto, podem ser observadas algumas condições dos sujeitos que chegam às unidades socioeducativas. Depreende-se que o alvo das instituições socioeducativas são pessoas que têm, em suas trajetórias de vida, vivências marcadas por práticas sociais, as quais se efetivam também pelas ausências de políticas sociais. Políticas que, se os alcançam, recriam em suas práticas condições para constituir certos modos de ser adolescente, num processo de menorização. Observa-se que se trata de um modo de intervenção do Estado, um modo de governar, o que pode ser melhor compreendido relacionando estes dados sociodemográficos com um mapeamento realizado no município de Campo Grande.

O Mapeamento dos Índices de Inclusão e Exclusão social realizado por Sauer (2012) oferece visibilidade às condições em que uma parte da população (sobre)vive no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul. Os dados da pesquisa foram produzidos ao longo do ano de 2010 e, ainda que seja notória a sua relevância, não foram encontrados registros de atualização.

O referido mapeamento utilizou-se de um indicador construído com a definição de “[...] três grandes temas que configuram os componentes da exclusão social ou de risco de exclusão social, segundo o Atlas da Exclusão Social no Brasil” (SAUER, 2012, p. 42), a partir dos temas: padrão de vida digno, conhecimento e risco juvenil.

Conforme o autor (SAUER, 2012), o componente “padrão de vida digno” refere-se às possibilidades de bem-estar material da população local e inclui:

a) Indicador de pobreza: reflete a participação das pessoas responsáveis com rendimento abaixo da linha de pobreza (refletido por rendimento inferior a meio salário mínimo *per capita*).

b) Indicador de desigualdade: definido pela razão entre o número de pessoas responsáveis com rendimento superior a 10 salários mínimos e com rendimento inferior a 10 salários mínimos.

c) Razão de dependência demográfica: indicador que mede a população que depende economicamente (razão entre a população economicamente inativa - jovens e idosos -, e a população economicamente ativa - população com idade entre 15 e 64 anos).

O componente “conhecimento”, como explica Sauer (2012) busca medir o nível de educação da população, por meio da Taxa de Alfabetização das pessoas com mais de 5 anos de idade e do Indicador de Escolaridade, que se refere ao número de anos de estudo da pessoa responsável pela família.

O componente “risco juvenil” tem o objetivo de medir a participação da população jovem em ações de risco, com uso de dois indicadores, como explica o pesquisador (2012):

a) Indicador de direitos suprimidos para crianças e jovens, obtido pela porcentagem de notificações de direitos suprimidos das crianças e adolescentes até 17 anos, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010 referentes a:

Vida e Saúde, com os seguintes direitos fundamentais violados: 1) não atendimento médico; 2) atendimento médico deficiente; 3) prejuízo pela ação ou omissão de agentes externos; 4) práticas hospitalares e ambulatoriais irregulares; 5) irregularidade na garantia da alimentação e 6) atos atentatórios à vida; - Educação/Cultura/Esporte e Lazer, com os seguintes direitos fundamentais violados: 1) impedimento de acesso ao ensino fundamental; 2) ausência ou impedimento de permanência no sistema escolar; 3) ausência ou impedimento de acesso à creche ou pré-escola; 4) ausência de condições educacionais adequadas; 5) ausência ou impedimento de uso de equipamento de cultura, esporte ou lazer; 6) atos atentatórios ao exercício da cidadania e 7) impedimento de acesso ao ensino médio; - Liberdade, Respeito e Dignidade, com os seguintes direitos fundamentais violados: 1) aprisionamento; 2) violência física; 3) violência psicológica; 4) violência sexual; 5) discriminação; 6) práticas institucionais irregulares e 7) atos atentatórios ao exercício da cidadania; - Profissionalização e Proteção no trabalho, com os seguintes direitos fundamentais violados: 1) exploração do trabalho de crianças e adolescentes; 2) condições adversas de trabalho e 3) ausência de condições de formação e desenvolvimento; - Convivência familiar e comunitária, com os seguintes direitos violados: 1) ausência de convívio familiar; 2) ausência de condições materiais para convívio familiar; 3) inadequação do convívio familiar; 4) ausência de infra-estrutura e 5) atos atentatórios ao exercício da cidadania. (SAUER, 2012, p. 43).

b) Indicador de participação de jovens, que busca medir a quantidade de jovens de até 19 anos na população, sendo o índice dado pela razão entre o número de jovens de até 19 anos de idade e a população total, o que resulta em 31,6% da população.

Os indicadores de risco juvenil nas regiões urbanas do município de Campo Grande podem ser analisados conforme dispostos na Tabela 09:

Tabela 09 - Indicador de risco juvenil para as regiões urbanas

Região Urbana	Participação de Jovens	Direitos Suprimidos
Anhanduizinho	0,343	0,683
Bandeira	0,313	0,527
Centro	0,221	0,338
Imbirussú	0,314	0,193
Lagoa	0,325	0,430
Prosa	0,303	0,477
Segredo	0,337	0,399

Fonte: Dados produzidos na pesquisa a partir de Sauer (2012, p. 44).

Observa-se que há uma distribuição regular da participação de jovens de até 19 anos nas regiões urbanas do município de Campo Grande, com uma redução na região central. No

entanto, a coluna referente aos direitos suprimidos evidencia as diferenças de condições a que estão submetidos conforme os bairros onde residem, sendo a região do Imbirussú com o índice mais baixo (0,193) e a do Anhanduzinho o mais alto (0,683), portanto, com maior índice de direitos suprimidos.

Com base nos componentes referidos anteriormente e considerando que os valores dos indicadores variam de 0 a 1, representando a situação de cada bairro em relação aos demais, e que, conforme explica Sauer (2012, p. 44), “Quanto maior o valor do índice pior a situação do bairro [...]”, pode-se analisar a questão da exclusão social em relação aos direitos suprimidos nos principais bairros do município, no ano de 2010, conforme a Tabela 10:

Tabela 10 - Índices de exclusão social no município de Campo Grande

Principais bairros	Índice de Exclusão Social (IES)
Itanhangá	0,05
Los Angeles	0,96
Santa Fé	0,11
Lageado	0,94
Chácara Cachoeira	0,11
Nova Lima	0,84
São Bento	0,15
São Conrado	0,84
Bela Vista	0,16
Núcleo Industrial	0,82
Autonomista	0,17
Centro-Oeste	0,82
Jardim dos Estados	0,17
Caiobá	0,82
Centro	0,18
Veraneio	0,80

Fonte: Sauer (2012, p. 44).

Os dados elencados nas Tabelas 09 e 10 podem ser visualizados em sua distribuição nas regiões urbanas no mapa do município de Campo Grande, onde as regiões mais claras representam os melhores índices e as mais escuras os bairros com maior exclusão social, de acordo com o estudo de Sauer (2012), conforme a Figura 01, a seguir.

Figura 01 - Mapeamento da exclusão social no município de Campo Grande

Fonte: Sauer (2012, p. 46).

A Figura 01 mostra o crescimento radial do centro para a periferia do índice de exclusão social, o que demonstra uma seletividade no alcance das políticas voltadas para populações que ocupam regiões mais periféricas. Seletividade que não se dá ao acaso, mas é parte estratégica da urbanização das cidades que exclui aqueles que não se enquadram nas normas, sendo afastados continuamente para as áreas periféricas. (COIMBRA, 2001, p. 100).

Foi realizado o levantamento do local de residência dos sujeitos pesquisados a partir do Sistema SIGO, considerado o número de 666 entradas na UNEI Dom Bosco, tendo sido registrados o número de indivíduos oriundos de outros estados, do interior do estado de Mato Grosso do Sul e do município de Campo Grande, conforme mostra a Tabela 11, a seguir.

Tabela 11 - Local de residência dos adolescentes que deram entrada na UNEI Dom Bosco entre os anos 2015 e 2018, considerado o número total de entradas no período

Local	N.	%
Interior do MS	197	29,6
Campo Grande	462	69,5
Outros estados	2	0,3
Sem Identificação	5	0,8

Fonte: Dados produzidos na pesquisa a partir do Sistema SIGO – “Coleção Estatísticas”, (2019d).

As entradas na unidade socioeducativa realizadas por adolescentes oriundos do município de Campo Grande referem-se a um total de 383 indivíduos, considerando que 79 destes tiveram reingressos, totalizando 462 entradas conforme indicado na tabela acima. Os bairros de origem destes indivíduos foram identificados a partir do Sistema SIGO, registrados e agrupados de acordo com as macrorregiões do município de Campo Grande, conforme mostra a Tabela 12.

Tabela 12 - Quantidade de entradas de adolescentes na UNEI Dom Bosco entre os anos de 2015 e 2018, conforme a macro região de localização de suas residências

Macro Região	N.	%
Anhanduizinho	135	35,2
Bandeira	60	15,7
Centro	10	2,6
Imbirussu	22	5,7
Lagoa	51	13,3
Prosa	59	15,4
Segredo	46	12,0
Total	383	100,0

Fonte: Dados produzidos na pesquisa a partir do Sistema SIGO – “Coleção Estatísticas”, (2019d).

Comparando-se o Índice de Exclusão Social (SAUER, 2012) com os bairros de origem dos adolescentes pesquisados, foi identificada a correlação de 0,71, o que mostra que, quanto maior o índice de exclusão social do bairro, maior é a possibilidade de ter jovens como interno do sistema socioeducativo, como mostra a Tabela 13.

Tabela 13 - Bairros residenciais de adolescentes domiciliados no Município de Campo Grande que deram entrada na UNEI Dom Bosco entre os anos de 2015 e 2018 e os respectivos Índices de Exclusão Social (IES)

Macrorregião	Bairro	N.	%	IES
ANHANDUIZINHO	Alves Pereira	5	1,3	0,68
	Centenário	12	3,1	0,73
	Centro-Oeste	25	6,5	0,82
	Guanandi	9	2,3	0,71
	Jacy	1	0,3	0,45
	Jockey Club	6	1,6	0,64
	Lageado	29	7,6	0,94
	Los Angeles	24	6,3	0,96
	Parati	3	0,8	0,53
	Pioneiros	3	0,8	0,64
	Piratininga	13	3,4	0,63
	Taquarussu	5	1,3	0,6
	Jardim Paulista	1	0,3	0,48
	BANDEIRA	Maria Ap. Pedrossian	2	0,5
Moreninhas		15	3,9	0,72
Rita Vieira		12	3,1	0,64
São Lourenço		1	0,3	0,32
Tiradentes		19	5,0	0,6

				(conclusão)
	Bairro	N.	%	IES
CENTRO	Universitário	10	2,6	0,65
	Cabreúva	1	0,3	0,42
	Carvalho	2	0,5	0,37
	Centro	2	0,5	0,18
	Glória	1	0,3	0,3
	Planalto	3	0,8	0,43
IMBIRUSSU	São francisco	1	0,3	0,35
	Nova Campo Grande	2	0,5	0,71
	Panamá	1	0,3	0,6
	Popular	15	3,9	0,78
	Santo Amaro	1	0,3	0,56
	Santo Antônio	2	0,5	0,45
LAGOA	Sobrinho	1	0,3	0,43
	Bandeirantes	1	0,3	0,42
	Batistão	3	0,8	0,69
	Caçara	2	0,5	0,61
	Caiobá	11	2,9	0,82
	Coophavila II	4	1,0	0,59
	Leblon	1	0,3	0,51
	São Conrado	13	3,4	0,84
	Tarumã	4	1,0	0,73
	Taveiropolis	2	0,5	0,43
	Tijuca	5	1,3	0,65
	União	5	1,3	0,55
PROSA	Aero Rancho	17	4,4	0,68
	Carandá Bosque	1	0,3	0,21
	Estrela Dalva	14	3,7	0,74
	Margarida	3	0,8	0,57
	Mata do Jacinto	2	0,5	0,53
	Noroeste	22	5,7	0,67
SEGREDO	Coronel Antonino	10	2,6	0,59
	Jose Abrão	1	0,3	0,6
	Mata do Segredo	3	0,8	0,76
	Monte Castelo	4	1,0	0,38
	Nasser	8	2,1	0,63
	Nova Lima	18	4,7	0,84
	Seminário	1	0,3	0,54
	(Rural)	1	0,3	N/I

Fonte: Dados produzidos na pesquisa a partir do Sistema SIGO – “Coleção Estatísticas” (2019d) e Sauer, (2012).

Os dados ora apresentados correspondem aos efeitos de uma arte de governar, na qual, de uma infância de risco para uma adolescência perigosa, anunciam-se destinos.

Diante de rupturas com as normas entra em cena a socioeducação que, em suas diferentes formas, é uma dessas políticas que marcam adolescentes na categoria de perigosos, uma construção cultural e social imbricada nos pressupostos balizados pelas concepções de família, educação, escola, religião, entre outras instituições que compõe a sociedade.

Assim, como destinos traçados, vidas de adolescentes são atravessadas pela privação da liberdade, prática social que será explorada no próximo capítulo, a partir de elementos da estrutura e do funcionamento da UNEI Dom Bosco, numa tentativa de possibilitar outros olhares para as práticas que se efetivam por dentro dos muros da instituição socioeducativa.

*Aqui se cai pelas neurose
Um dos mentor salve D.C
Em sacrifício a vida pede
E ai de nois se não aprender
Querendo ou não, irmão
Aqui viramo espelho
Um referencial dos mais novo
Mesmo na margem do erro
Às vezes sem flagrante na bota e sem ter nada na cintura,
Injuriado dos abuso e opressão das viatura
Tudo isso me subiu
E deu um grande exemplo
Me cansei de forçar minha caminhada contra o vento
Histórias como essa fi
São sempre sem rumores,
Por nós lá no Saara e com suor regando flores
Errei, eu sei, mas eu tentei bater de frente
No erro, não dá restart, que nem vídeo game
Aprendi que não é jogo,
Não da pior maneira,
O fim chega tão rápido e bem antes que perceba
Talvez tarde demais depois da alvorada
É que aqui o tempo não cansa e a pista tá molhada*

LA FIRMA ZN CLÃ

3 O FIEL DA BALANÇA

Nos versos de La Firma ZN Clã pode ser sentido o peso de uma realidade que preconiza destinos para aqueles que (não) aprendem como se deve viver, uma certa população, alvo de um processo de menorização. São vidas tornadas menores, como visto no capítulo anterior, em que, os saberes científicos, a partir de cálculos de probabilidades, sustentam onde as políticas de Estado devem intervir. Com poderes de vida e de morte, na perspectiva da mínima intervenção do Estado, regula a população, onde há aqueles a quem se faz/deixa morrer, vidas tornadas matáveis (SCISLESKY, 2010) atravessadas pela (in)justiça. Ainda quando resistem, estão expostos a outras capturas, como as que se efetivam nas vivências do internamento, constituinte deste dispositivo.

Na unidade socioeducativa, assim como na sociedade em geral, é perceptível o enunciado do menorismo ainda tão forte na cultura brasileira, inclusive dentre defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes e até entre os próprios operadores do SINASE, que pode ser observado no uso indiscriminado da terminologia carregada de sentidos do termo menor e na prática diária, onde as condições de segurança se justificam com o – necessário – aspecto pedagógico da medida.

Não basta buscar o sentido desses fatos em si, como explica Osório (2010, p. 108):

[...] esses mesmos fatos não foram edificados no momento presente. Deve-se certificar que suas elaborações ocorreram numa latência, originada em um tempo passado, numa convergência de diferentes situações concretas – práticas sociais.

É preciso, portanto, problematizar as práticas sociais, entre elas a internação de adolescentes, foco do estudo proposto, aprisionamento que ultrapassa os muros de uma unidade socioeducativa, compõe subjetividades, prescreve destinos e faz parte do corpo social.

Foucault (2008) explica que a relação entre a lei e a norma indica que, em todo sistema de lei, há uma normatividade, a qual se diferencia de processos, técnicas, procedimentos, técnicas de normalização, que são desenvolvidas. Assim, neste capítulo tem-se o objetivo de apresentar elementos do dispositivo socioeducativo, a partir da instituição, que mostram o seu funcionamento disciplinar, por onde passam sujeitos destinados à internação. Nos espaços onde circulam, permeados por saberes e poderes, vivenciam experiências diversas – e em continuidade - às de suas vidas em suas comunidades.

O atendimento socioeducativo ocorre a partir de uma decisão judicial, sendo acompanhado pela figura do juiz, do defensor e do promotor, tanto pelos relatórios do Plano Individual de Atendimento (PIA) e seus derivados, como em audiências. Estas instituições, específicas da área da adolescência, realizam, ainda, visitas regulares à unidade socioeducativa com a finalidade de fiscalização. Além disso, a defensoria pública realiza atendimentos *in loco* com vistas à garantia da defesa técnica aos adolescentes. As ações destas instituições estão sujeitas ao controle por seus respectivos conselhos nacionais.

Adolescentes conduzidos à medida socioeducativa de internação na Unidade Educacional de Internação (UNEI) Masculina Dom Bosco passam pela situação de internação provisória, na UNEI Provisória Masculina Novo Caminho, onde permanecem até 45 dias, tempo máximo previsto em lei para que o processo tenha sido transitado em julgado (BRASIL, 2012). Após apreendido pela polícia militar, o adolescente tem o registro do Boletim de Ocorrência (BO) realizado na delegacia de polícia civil, preferencialmente a Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e Juventude em Campo Grande. Nos casos de grave ameaça ou de flagrante delito o indivíduo é conduzido à UNEI Novo Caminho e o juiz decidirá se ele aguardará o julgamento em liberdade, sob a responsabilidade da família, ou naquela Unidade. No caso da aplicação da medida de internação, ele é conduzido à Unidade Educacional de Internação. (BRASIL, 1990).

Para o estudo ora apresentado, realizado a partir do *lócus* da pesquisa, foram utilizadas observações, realizadas em imersões na unidade socioeducativa, as quais foram anotadas em diário de campo, juntamente com registros fotográficos e documentos institucionais disponibilizados. Este material foi compilado na “Coleção Imergências e Retratos” (2019a). Além disso, foram alçados dados produzidos na pesquisa e que compõe a “Coleção Vivências” (2019e), organizada a partir de escavações em arquivos institucionais, incluindo transcrições das pastas de 50 adolescentes que receberam mandado de desinternação no primeiro semestre do ano de 2017. Outros achados obtidos a partir do Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO), compilados na “Coleção Estatísticas” (2019d), foram apresentados ao longo das seções que compõem este capítulo.

Assim, a Seção 3.1, A UNEI Dom Bosco, inclui uma descrição geral, em que buscou-se oferecer ao leitor condições de visualizar a instituição em sua complexidade, sem a pretensão de apresentar todos os elementos, mas aqueles que, ao serem vistos, carregaram consigo anseios e possibilidades em relação à temática em estudo. As seções secundárias descrevem elementos relacionados ao modo de funcionamento institucional.

No item 3.1.1, discorre-se sobre a escola dentro da unidade socioeducativa, intitulada Uma escola aprisionada, caracteriza a edificação e o lugar da escolarização no espaço socioeducativo. No tópico 3.1.2 são apresentadas as chamadas Atividades complementares, oferecidas com regularidade aos adolescentes, incluindo atividades de arte educação, lazer, assistência religiosa, manutenção de horta e educação profissional. Apresenta-se na subseção 3.1.3 A rotina socioeducativa, tal como é planejada e que mostra a complexidade do cotidiano institucional. O tópico 3.1.4 compõe-se de uma problematização das Práticas psi e a (re)produção de verdades no contexto institucional. A narrativa que compõe a subseção 3.1.5 traz uma descrição dos interiores dos alojamentos onde ficam os adolescentes, intitulada O Sistema Pivete, um outro espaço de saberes e poderes, expressos em subjetividades que circulam.

Por fim, a Seção 3.2 foi intitulada Destinos, pois apresenta o estudo realizado que investigou acerca da ocorrência de algumas situações, entre elas a do aprisionamento, na vida dos sujeitos deste estudo, após a sua passagem pela internação.

Este capítulo traz, portanto, um percurso pela medida socioeducativa de internação, que não esgota seus elementos, mas que possibilita alguns olhares e reflexões sobre a socioeducação, a partir do que se faz, como se faz e o que se produz. A trilha se inicia com a entrada na UNEI Dom Bosco.

3.1 A UNEI Dom Bosco

As imersões na UNEI Dom Bosco mobilizaram um momento de (re)inserção da pesquisadora no ambiente já conhecido. A perspectiva de problematização possibilitou outros olhares, observações que permitiram constatar que aspectos estruturais e do cotidiano da unidade que são – e funcionam – de modo similar às prisões, na forma geral da sua estrutura arquitetônica, com muros, grades, cadeados e espaços projetados para conter e vigiar, assim como o vocabulário utilizado.

A UNEI Dom Bosco está localizada em área rural, na BR 262, km 308, distante 30 km do centro do município de Campo Grande/MS, onde os altos muros com guaritas destacam-se no meio do campo, caracterizando o dispositivo de segurança que abriga os adolescentes com processo transitado em julgado por conduta infracional análoga às aquelas previstas no Código Penal (1940), para o cumprimento da medida socioeducativa de internação aplicada pelo juizado.

Conforme o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2018), o atendimento socioeducativo é multidisciplinar e parcialmente padronizado, realizado por servidores da carreira de medidas socioeducativas em dois cargos: analistas de medidas socioeducativas e agentes de segurança socioeducativa. A escolarização é responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação (SED), e a atenção à saúde é realizada por servidores da Secretaria Estadual de Saúde (SES) e da Secretaria Municipal de Saúde (SESAU).

A Figura 02 apresenta uma vista panorâmica da referida unidade socioeducativa, localizada sem vizinhanças próximas, em área rural, construída em um terreno pertencente ao sistema penitenciário estadual.

Figura 02 - Imagem panorâmica da UNEI Dom Bosco



Fonte: Google Earth - Satélite.

Na Figura 02 pode ser observada a distribuição dos espaços onde o adolescente transitará no decorrer do cumprimento da medida. Próximo à entrada, há uma instalação para a polícia militar e um espaço com bancos de concreto, coberto, destinado às famílias nos dias de visitação aos adolescentes, enquanto esperam os horários de entrada: primeiro para a inspeção com detectores de metal e dos alimentos e utensílios trazidos e, em casos de suspeitas de possuir algo não permitido, é feita a revista corporal; após todos passarem por este procedimento é liberada a entrada para a visita.

A estrutura interna é composta por diferentes espaços: um bloco administrativo, onde há uma recepção, cozinha, refeitório para os servidores e uma sala destinada à direção, outra ao setor administrativo e três às equipes psicossociais. Neste bloco localizam-se os alojamentos denominados Centro de Triagem, que abrigam adolescentes recém-chegados e um alojamento para agentes femininas de segurança socioeducativa. Próximo à entrada dos alojamentos estão localizados postos de vigilância, onde permanecem agentes de segurança socioeducativa.

Separados da edificação que compõe o setor administrativo por um muro, os alojamentos dos adolescentes são distribuídos em três blocos, sendo um deles separado por outro muro, destinado aos adolescentes que se encontram em situação de convívio restrito, por razões diversas em que a convivência com os demais coloca em risco sua integridade física e, por vezes, a vida. Em ambas as divisões com muros, os portões permanecem abertos.

Na parte externa dos blocos estão os alojamentos para o descanso dos agentes masculinos, com camas de madeira e armários de aço, para objetos pessoais, muito desgastados.

A UNEI Dom Bosco tem capacidade de atendimento para até 80 adolescentes, porém encontra-se com interdição parcial de até 60, por ordem judicial, devido a danos estruturais e, apesar disso, está com 90 internos nesta data, os quais somente dão entrada na unidade por ordem/autorização do juiz da comarca⁹.

Esta unidade atende somente adolescentes com processo transitado em julgado, podendo chegar transferidos de unidades socioeducativas do interior ou também oriundos de municípios onde não há unidade de internação, mediante autorização do juiz da comarca local e da liberação de vaga pelo sistema socioeducativo estadual. Pode ocorrer também de receber adolescentes não encontrados à época do julgamento ou que estão evadidos de uma instituição, seja de privação ou restrição de liberdade. Nesses casos, é emitido um Mandado de Busca e Apreensão (MBA) pelo juizado, o qual consta no sistema SIGO. Assim, em abordagens policiais para averiguação, podem ser identificados e conduzidos diretamente à unidade socioeducativa.

De todos estes modos, a entrada do adolescente na unidade somente se dá via documentação judicial (física) e pelo SIGO (sistema estadual onde constam os registros da polícia civil ou militar, conforme o caso, e do próprio sistema socioeducativo).

⁹ Dados obtidos no SIGO, em 15/12/2018 – acesso restrito.

Recebidos pela equipe de segurança socioeducativa, cada adolescente que chega é revistado e pertences não permitidos são retirados e entregues posteriormente à família/responsável. Após uma breve entrevista, o adolescente é conduzido a um alojamento de triagem e, somente após decisão do chefe de disciplina acerca de qual bloco/alojamento é indicado, considerados critérios de relacionamentos – e possível pertencimento a grupos conflituosos identificados na entrevista – ele vai para o alojamento no qual permanecerá durante o cumprimento da medida.

Nos primeiros dias após a sua entrada, o adolescente passa por uma triagem pela equipe de enfermagem, cedida pela Secretaria de Estado de Saúde e por consulta médica com profissional do Programa de Saúde da Família (PSF), em uma estrutura similar à de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada próximo ao bloco administrativo. Além disso, o jovem é submetido a exames admissionais, que incluem hemograma (coleta de material na unidade) e raio X de tórax (na rede municipal de saúde) e, eventualmente identificada a necessidade, outros exames podem ser prescritos pelo médico.

A triagem e os exames admissionais são considerados importantes especialmente para o diagnóstico de doenças infectocontagiosas, como a tuberculose, entre outras, que implicam em medidas para o controle de transmissão entre os adolescentes internos. A equipe de enfermagem acompanha o atendimento à saúde dentro e fora da unidade, nas consultas médicas e odontológicas, além de exames e tratamentos realizados na rede municipal de saúde.

São realizados atendimentos psicológicos e sociais com o jovem e sua família, inicialmente para a construção e pactuação do PIA e, posteriormente, para o acompanhamento psicossocial durante o cumprimento da medida socioeducativa. O atendimento psicológico tem finalidade de orientação e aconselhamento, não sendo, portanto, realizado terapia, nem avaliação psicológica. Quando há demanda para isso, é feito o encaminhamento para instituições parceiras. Eventualmente pode haver solicitação de avaliação psiquiátrica forense pelo juizado, que é realizada por profissional especializado, às custas do poder judiciário.

As famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação devem receber atendimento sistematizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)¹⁰ nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), no âmbito da política de assistência social, conforme previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, normativa aprovada pelo Conselho

¹⁰ Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Nacional de Assistência Social por meio da Resolução N° 109, de 11 de Novembro de 2009 (BRASIL, 2009). Deste modo, o acompanhamento psicossocial realizado na unidade socioeducativa aos familiares é voltado para o adolescente, com vistas à participação da família no processo socioeducativo durante o período de cumprimento da medida socioeducativa (BRASIL, 2012).

Adolescentes com indicações para tratamento psiquiátrico, inclusive uso abusivo/dependência de substâncias psicoativas, são atendidos pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas (CAPS AD) ou pelo Infantil (CAPS I).

A equipe de agentes de segurança socioeducativa tem a função de assegurar o funcionamento da unidade, resguardando a integridade dos adolescentes e servidores. No caso de haver movimentos provocados por grupos de jovens internos, como rebeliões, é acionada imediatamente a polícia militar que, ao adentrar à unidade, assume o comando até que a situação esteja controlada.

3.1.1 Uma Escola Aprisionada

O espaço destinado à escolarização dos adolescentes está localizado aos fundos da unidade, uma extensão da Escola Estadual Prof^{ra}. Regina Lúcia Anffe Nunes Betine, composta por oito salas: cinco são destinadas às atividades pedagógicas, sendo uma delas um laboratório de informática; uma sala para os professores e biblioteca, espaço esse com uma divisória, onde funciona também uma pequena sala de aula; uma sala é destinada, desde o ano de 2018, para as aulas do projeto realizado pelo Ministério Público do Trabalho em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para a oferta de curso voltado para a educação profissional, tendo sido preparada e equipada com projetor multimídia, carteiras, ar condicionado por meio do projeto; a última sala é destinada a assistência religiosa, a qual também foi equipada com cadeiras, púlpito, *banners*, pela Igreja Universal do Reino de Deus.

É curioso observar que a estrutura escolar divide o espaço, que tem a finalidade de escolarização dos adolescentes, com outras atividades, de cunho profissionalizante e religioso, adequando-se, com divisórias em duas salas de aula. Osório (2010, p. 90) afirma que:

A escolarização se postula por uma prática cultural de interesse pontual, em um lócus determinado, criado pela sociedade, destinado a reproduzir os conflitos presentes na organização da sociedade e adequado às rotinas respaldadas por valores sociais, em outro espaço de saber poder.

Considerar esta estrutura escolar, contida no interior da unidade socioeducativa somadas às proposições do Projeto AJA-UNEI/MS, como apresentado anteriormente por Milani (2017), corrobora a perspectiva de que, enquanto uma instituição dentro de outra instituição, a escola na UNEI Dom Bosco, ancorada no discurso da escolarização, assume outras funcionalidades:

A escolarização fica localizada como um meio institucional de possibilidades corretivas de ausência de conhecimento, enquanto uma tecnologia política e uma maneira eficaz de lidar com espaços, tempo vigilância e registro de informações se adaptam e regularizam suas funções e disposições. (OSÓRIO, 2010, p. 91).

Assim, vão-se (re)modelando práticas sociais da instituição socioeducativa e da própria sociedade, que atravessam o espaço escolar. Práticas que são justificadas no Projeto Pedagógico do Curso AJA-UNEI/MS (PPA) (MATO GROSSO DO SUL, 2016), fundamentado nos marcos regulatórios vigentes, a Lei Nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), (BRASIL, 1996), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e pela Deliberação do Conselho Estadual de Educação CEE/MS Nº 10.814/2016 (MATO GROSSO DO SUL, 2016) e pela Deliberação que propõe mais do que a tarefa da escolarização, como consta no Objetivo Geral:

Proporcionar aos (às) adolescentes e jovens estudantes de 12 a 20 anos que cumprem medida socioeducativa de internação ou aguardam em unidade educacional de internação provisória, com distorção de idade/escolaridade ou não, possibilidade de acesso ao sistema educacional e a complementação dos seus estudos de maneira integrada, qualificada e participativa, atendendo as perspectivas iniciais do mundo do trabalho e oportunidades para constituir-se socialmente. (MATO GROSSO DO SUL, 2016, p. 14).

Portanto, trata-se de uma possibilidade de inclusão escolar que, observadas as especificidades da população que atende, está voltada para atender as demandas do mercado de trabalho, por meio do qual os jovens poderão fazer parte da sociedade. A isso soma-se a presença da igreja, que oferece o perdão divino aos “pecadores-infratores”.

A Figura 03 registra a edificação escolar na UNEI Dom Bosco, adequada às necessidades da segurança socioeducativa, com alambrados que a cercam e separam os acessos às salas de aula.

Figura 03 - Edificação Escolar na UNEI Dom Bosco



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergências e Retratos”, (2019a)

Com esta perspectiva, observa-se o esquadramento dos corpos, individualizando-os, avaliando-os, dividindo-os para enquadrá-los em níveis, como consta nos requisitos para o acesso à sala de aula, que seguem transcritos do PPA AJA-UNEI/MS (2016):

Para efeito de posicionar o/a estudante do ensino fundamental no Curso AJA-MS UNEI, organizado em blocos, será observada a seguinte correspondência:

Bloco Inicial I compreendem os blocos de conhecimentos/aprendizagens equivalentes aos 1º, 2º e 3º anos do ensino regular, oferecidos sob a forma de atividades;

Bloco Inicial II compreendem os blocos de conhecimentos/aprendizagens equivalentes ao 4º e 5º anos do ensino regular, oferecidos sob a forma de atividades;

Bloco Intermediário compreendem os blocos de conhecimentos/aprendizagens equivalentes aos 6º e 7º anos do ensino regular;

Bloco Final que compreendem os blocos de conhecimentos/aprendizagens equivalentes aos 8º e 9º anos do ensino regular.

Para o/a estudante do ensino médio no Curso AJA-MS – UNEI organizado em blocos, será observada a seguinte correspondência:

Bloco AVANÇADO I compreende os blocos de conhecimentos/aprendizagens equivalentes ao 1º ano do ensino médio e ao 2º Ano do Ensino Médio. Desse modo, tem-se um desenvolvimento dos conteúdos do 1º e 2º Anos divididos entre os 1º e 4º bimestres;

Bloco AVANÇADO II compreende os blocos de conhecimentos/aprendizagens equivalentes a continuidade do 2º ano do

ensino médio e os blocos de conhecimentos/aprendizagens do 3º ano do ensino médio e revisão do conhecimento relativo aos dois blocos de aprendizagens.

Poderá ocorrer a junção de blocos em uma mesma sala em decorrência da falta de espaço adequado.

Para o ingresso nos blocos, será exigida a apresentação de documento de escolaridade e, na falta deste, o/a candidato (a) deverá ser avaliado (a) com fim único e exclusivo de comprovar conhecimentos referentes a esta etapa de ensino, para matrícula na escola, com seu resultado registrado em portaria. (MATO GROSSO DO SUL, 2016, p. 14-15).

O documento afirma ainda que a avaliação é de responsabilidade da equipe pedagógica da escola.

Assim, aprisionada, as ações da/escola mostram-se direcionadas para os corpos dos adolescentes com uma finalidade de inclusão no espaço escolar, na perspectiva política de governo e de torná-los dóceis e úteis para o trabalho e merecedores de oportunidades.

Para além dos espaços, as práticas da segurança socioeducativa interpõem, para os professores e alunos, a rotina institucional, o que inclui a realização de revistas dos adolescentes, antes e depois das aulas, pelos agentes de segurança socioeducativa; a vigilância dos alunos durante os recreios, pelos próprios professores, nos espaços escolares. Professores multifuncionais: que ensinam, vigiam, classificam, cuidam, criam vínculos. Trabalham com as diversidades e as adversidades que fazem parte da instituição socioeducativa, onde a escola está inserida.

Questões que podem ser observadas nas turmas onde os alunos são agrupados por níveis de escolaridade: Inicial, Intermediário e Avançado, de acordo com o Projeto AJA-UNEI/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2018a), do que resulta em grande desnível de conhecimento entre os alunos em uma mesma sala. Além disso, os alunos são também separados em turnos, considerado o pertencimento a grupos rivais.

A estrutura, cercada por alambrados, como já observado na Figura 03, apresenta o mesmo material dividindo também os corredores de acesso às salas, conforme detalha a Figura 04, isolando suas entradas, o que mantém os grupos de adolescentes de cada sala de aula separados por telas, impedindo o contato físico entre alunos de salas diferentes, evitando agressões entre membros de grupos rivais.

Após a colocação destes alambrados, foram retiradas as portas das salas de aula, de modo a permitir a vigilância pelos agentes de segurança socioeducativa, que permanecem em seus postos, do lado de fora de toda esta edificação.

Figura 04 - Detalhes das divisórias entre as entradas das salas de aula



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergências e Retratos”, (2019a).

Assim, professores e alunos ficam, efetivamente, dentro dos muros da unidade, aprisionados na escola e, ainda, nas salas de aula, onde realizam as atividades escolares e onde devem ensinar. A Figura 05 mostra alunos em atividade com o professor na sala de aula.

Figura 05 - Professor com alunos em atividade escolar



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergências e Retratos”, (2019a).

Observa-se que a frequência escolar é obrigatória para todos os alunos do Projeto AJA-UNEI/MS, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação.

3.1.2 Atividades Complementares

Atividades complementares são descritas aqui como aquelas realizadas na unidade além da escolarização, atendimento psicossocial e atenção à saúde. Observa-se que é comum instituições governamentais e não governamentais diversas oferecerem atividades complementares, tais como teatro, exibição de filmes, palestras educativas, entre outras. Porém, neste tópico serão apresentadas as ações que mantêm uma regularidade na unidade socioeducativa.

O acesso a assistência religiosa é direito previsto no ECA (BRASIL, 1990), para aqueles que desejarem e segundo sua crença, sendo oferecida por igrejas que se apresentam voluntariamente. Para entrar na unidade socioeducativa são previamente credenciadas conforme estabelecido na Resolução SEJUSP Nº 495/2010 (MATO GROSSO DO SUL, 2010), normativa estadual.

Atualmente, uma sala da edificação escolar está destinada a este fim, a qual foi equipada pela Igreja Universal do Reino de Deus, como mostra a Figura 06, com adolescentes em atividade religiosa com voluntários desta instituição religiosa.

Figura 06 - Adolescentes em atividade religiosa na unidade



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergências e Retratos”, (2019a).

Observa-se que a assistência religiosa é realizada somente por religiões cristãs, conforme constatado durante o período investigado (COLEÇÃO IMERGÊNCIAS E RETRATOS, 2019). No caso da Igreja Universal do Reino de Deus, a presença é marcante, seja pela sala com identificações personalizadas, ou por ações que realiza dentro e fora da unidade, tal como relatado detalhadamente em uma série disponibilizada *online*, intitulada A Rota da Fé nas UNEIs, produzida pelo Programa televisivo Cidade Alerta MS (A ROTA DA FÉ..., 2018). O programa foi realizado nos cinco municípios em que estão localizadas as unidades socioeducativas do estado de Mato Grosso do Sul: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas, sendo dividido em capítulos. No vídeo realizado na UNEI Dom Bosco, a equipe de voluntários identificada como ‘Universal Socioeducativo’ realiza atendimentos às famílias, no lado externo da unidade.

Deve-se observar que, quando associados a uma facção criminosa, uma alternativa a quem deseja desligar-se pode ser encontrada por meio da associação a uma igreja, tornada a:

[...] religião como sendo uma porta de saída ‘do crime’, na trajetória bastante difundida do criminoso que se torna crente. Mais que um processo de modificação de seus valores e condutas, a conversão religiosa marca uma profunda mudança da identidade pública do sujeito – que, em alguma medida, pode colocar em hiato suas rivalidades e desavenças. (ROCHA, 2017, p. 349).

Assim a conversão espiritual apresenta-se como uma possibilidade para não retornar à situação de aprisionamento, afastando-se da criminalidade. Observa-se que a inserção da igreja na unidade socioeducativa possibilita a ocupação de outros espaços através dela, como nos atendimentos às famílias. A partir da concepção do perdão e da salvação divina com uma devida retribuição terrena, conforme afirmação do pastor (A ROTA DA FÉ..., 2018), jovens são capturados pela instituição religiosa.

Além das atividades escolares, a unidade conta com dois professores de Educação Artística, analistas de medidas socioeducativas, que realizam atividades culturais e artesanais com os adolescentes.

Figura 07 - Adolescentes em atividade de arteeducação



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Emergências e Retratos”, (2019a).

Nesta atividade, realizada ao ar livre, em um espaço improvisado, foi possível observar os adolescentes manuseando os instrumentos com interesse e desenvoltura, mantendo diálogos com a professora que incluíam orientações pontuais sobre o que estavam fazendo e questões de suas interrelações e vivências na Unidade.

Interessante observar que, especificamente esta atividade incluía o uso de uma serra tico-tico, para cortar a madeira, que, como os insumos utilizados, foram adquiridos com recursos próprios da professora.

Na unidade há ainda uma quadra para práticas esportivas e um campo de futebol, onde são realizadas atividades. Os agentes de segurança socioeducativa, responsáveis por manter a disciplina e a segurança da unidade, organizam atividades com os adolescentes como futebol e tênis de mesa, além da manutenção de uma horta cujos produtos são destinados ao consumo na própria Unidade.

O Círculo de Promoção de Saúde Integral é outra atividade complementar oferecida na unidade, identificada durante as imersões na UNEI Dom Bosco, quando foi possível acompanhar a realização de algumas reuniões, cujas descrições foram relatadas em diário de campo, as quais compõem a “Coleção Emergências e Retratos” (2019) que referenciam este tópico.

Os chamados Círculos de Promoção de Saúde Integral, denominação relacionada ao modo de funcionamento das práticas restaurativas. No âmbito do poder judiciário, estas práticas emergiram com a denominação de Justiça Restaurativa (JR), a qual:

[...] é uma nova forma de lidar com a questão dos conflitos e dos crimes, centrada mais nas pessoas e nos relacionamentos do que nas questões jurídicas. Antes de discutir questões legais, culpados e punições, a JR promove intervenções focadas na reparação dos danos, no atendimento das necessidades da vítima, na responsabilização do ofensor, sua família e pessoas do seu relacionamento, tudo visando à recomposição do tecido social rompido pela infração e o fortalecimento das comunidades. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Os círculos são uma tecnologia que nasce no lastro deste discurso remodelado das práticas judiciárias. No contexto da atenção à saúde do adolescente privado de liberdade, desenvolveu-se um espaço, diferenciado em relação ao modo de funcionamento da unidade socioeducativa, onde foi possível observar nos participantes diferenças nos seus modos de agir: ao se deslocarem - sem as mãos para trás e com a cabeça erguida, numa postura menos rígida, onde podem falar de seus sentimentos, dos seus anseios e medos, falar do cotidiano, rir, sorrir, chorar.

Nos círculos, que ocorrem quinzenalmente, são abordadas temáticas demandadas pelos participantes. Cada grupo é composto por 4 a 5 adolescentes, os quais escolhem participar. Existe uma lista de espera constituída da seguinte forma: a partir da indicação realizada pelos próprios participantes, ou por servidores, de adolescentes que manifestaram interesse, a psicóloga/facilitadora os entrevista. Nesta ocasião, apresenta os valores nos quais se sustentam as práticas restaurativas, como os círculos de construção de paz - o modelo utilizado pela psicóloga - e expõe as normas de funcionamento do grupo, às quais ele deve aceitar para ser integrado ao grupo.

As regras consistem em não faltar às reuniões, manter o sigilo sobre as questões pessoais manifestadas nos grupos e não se envolver em questões disciplinares (havendo esta situação o desligamento é automático. Além disso, o jovem deve escolher ao menos um, entre os valores apresentados, com o qual se identifica e deseja trabalhar em si próprio, os quais são: respeito, diálogo, igualdade, não julgar, honestidade, foco, responsabilidade, interconexão, empatia, humildade, sigilo, esperança. Entre os critérios para selecionar os componentes de cada grupo está a identificação do bloco de alojamento a que pertencem. Isso é justificado pelo fato de, no planejamento da rotina, estar prevista esta atividade para

determinado bloco, não coincidindo com a grade horária da escola, por exemplo, o que também impede o encontro de adolescentes pertencentes a grupos rivais.

Ao final de cada reunião os participantes podem escolher uma revista ou livro em uma estante para levar para o alojamento, material que devem cuidar e não pode ser emprestado para outro. As regras para isso são retomadas a cada reunião baseadas nos valores do grupo. Segue uma breve descrição do modo de funcionamento das reuniões, conforme observou-se no local.

As reuniões têm início com a chegada dos adolescentes em fila, com as mãos para trás, acompanhados de dois agentes de segurança. Mudam sua postura logo após entrar na sala, soltando os braços e sentando-se nas cadeiras dispostas em círculo com um conjunto de objetos organizados no centro. Após a psicóloga chavear a porta por dentro, a reunião se inicia como ilustra a Figura 08.

Figura 08 - Círculo de promoção de saúde integral



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergências e Retratos”, (2019a).

Entre conversas informais com a facilitadora, devolvem as revistas que levaram no encontro anterior. Em seguida são retomadas as diretrizes do círculo, momento em que são convidados a lembrarem qual valor cada um escolheu como importante para si e que os faz permanecer no grupo. Existe um pequeno bastão, que é solicitado e utilizado por cada um que deseja falar. Somente fala aquele que está com o bastão na mão, enquanto os demais escutam.

Os participantes retiram de uma caixinha, aleatoriamente, um papel com uma mensagem escrita, que cada um lê em voz alta e fala como entende aquilo. Ocorre de haver adolescentes que não sabem ler, tarefa que é realizada pelo colega sentado ao seu lado.

Depois deste momento, é realizada uma dinâmica voltada para a temática do dia, com o uso de textos, vídeos e outros materiais de apoio, com a posterior reflexão de cada um, incluindo a da coordenadora, seguida de um fechamento.

Em certo momento, a facilitadora abre uma caixa que contém “carinhas” que expressam emoções. Cada um deve escolher uma que expresse como se sente naquele momento. Cada um dos participantes, ao escolher sua “carinha”, fez um comentário sobre como se sentia, conforme transcrito do diário de campo. (COLEÇÃO IMERGÊNCIAS E RETRATOS, 2019a).

O primeiro a se manifestar disse: “Nem sei o que é amor. Perdi este sentido.”; outro jovem afirmou: “Tô chapado, triste de ficar longe de quem gosto. Fico estressado.”; o seguinte falou: “Tô chapado, triste, tudo está saindo fora do lugar. Não vou embora desse lugar”.

Diante das carinhas, um adolescente virou para baixo todas as que mostravam sorriso, permanecendo para cima todas as outras que expressavam outros sentimentos e disse: “Estou tudo isso, menos feliz.”

Diante disso, a facilitadora questionou o que acontece com eles quando estão com estes sentimentos, ao que eles responderam com as seguintes falas de cada um: “Tem pessoas que conversam com a gente, o dia fica péssimo”, “Sim, e o dia fica péssimo.”; “fica péssimo, afeta o meu dia, fico nervoso.”; “de dia tá bom, o problema é a noite. Preciso remédio, não consigo dormir. Não queria ir para a aula hoje, não queria fazer nenhuma atividade, mas aí lembrei, tem D. [...] e levantei.” (COLEÇÃO IMERGÊNCIAS E RETRATOS, 2019a), neste caso, referiu-se à facilitadora, a ser o dia do círculo, motivo para manter-se disciplinado e cumprir as normas.

Em outro momento, um adolescente diz: “Eu sabia quem eu era. Eu sabia que eu voltaria se fosse liberado. Eu acreditava no que as pessoas diziam sobre mim. Adorava a ideia de ser pior. Queria ter tido autoestima suficiente para ficar fora desse buraco.” (COLEÇÃO IMERGÊNCIAS E RETRATOS, 2019a)

Em resposta à pergunta da facilitadora sobre o que seria autoestima para ele, respondeu: “Pensar alto, não pensar baixo, ser alguém.” Seguiram-se respostas dos outros meninos: “Confiar em si mesmo, não se deixar levar.”; “se inspirar em alguma coisa, boa ou ruim.”; “Pode ser boa ou ruim.” (COLEÇÃO IMERGÊNCIAS E RETRATOS, 2019a)

Após, os adolescentes comentam um relato de retorno de um jovem para a condição de internação: “Quem quer ficar preso? Ele é burro. Tinha baixa autoestima.”; “a família abandonou.”; “em vez dele querer roubar, matar, sem família... eu, procurei igreja.”; “sem autoestima, sem família.”; “sem autoestima, sem família, o crime adota.”; “tem que ter alguém apoiando”; “pra sociedade, vagabundo, criminoso, não vai mudar, mas eles tem capacidade de mudar.”; “é o jeito que olham pra gente, olham diferente pra gente.”. (COLEÇÃO IMERGÊNCIAS E RETRATOS, 2019a)

Em uma reunião observada, um jovem falou dos problemas que um colega de alojamento estava passando, ele chorava muito e fez a seguinte pergunta à psicóloga: “a senhora pode ajudar o meu amigo como me ajudou?”. (COLEÇÃO IMERGÊNCIAS E RETRATOS, 2019a)

Observou-se que o espaço criado pelos grupos permite que os adolescentes participem efetivamente, falando de si próprios, de seus sentimentos, dentro das regras de como/quando falar. Um lugar que possibilita a estes jovens momentos voltados para o autocuidado, ainda que para o acessarem, devam sujeitar-se às regras institucionais e do próprio grupo, ao qual os jovens devem adequar-se para participar. Assim, o modelo é funcional para certos jeitos de ser e estar, ou seja, para certos modos de subjetivação dos adolescentes que participam dos círculos.

Por outro lado, é preciso considerar que buscar a participação dos Círculos também é um modo de resistência ao que está posto pela situação de aprisionamento, para aqueles adolescentes que se adequam, em seus modos de subjetivação, ao modelo de funcionamento das reuniões.

Compreende-se, portanto, que é um espaço que serve ao bom adestramento, à manutenção da ordem e da disciplina institucional, mas que também é de resistência, para alguns adolescentes; não para todos que chegam à internação, questão que extrapola a limitação do número de vagas para participação dos círculos.

Este trabalho foi reduzido ao longo do ano de 2019 na UNEI Dom Bosco, devido à dificuldades de operacionalizar a participação dos adolescentes nessa, entre as diversas ações necessárias, em razão do número reduzido de agentes de segurança socioeducativa. Recentemente as reuniões foram encerradas por questões de saúde da profissional que desenvolvia a atividade.

Observa-se que o Círculo de Promoção de Saúde Integral era uma das atividades que integraram a Unidade que se colocava como um espaço alternativo, não prioritário, mas atendia à finalidade de ser uma tecnologia voltada para a docilização dos corpos, mais ~~satis~~

sutil que as demais. Assim, tem a funcionalidade de ser uma condição de possibilidade para a privação da liberdade, ao apresentar-se com aproximações aos aspectos pedagógicos e não meramente punitivos.

Uma outra atividade complementar, a Educação Profissional está sendo oferecida aos adolescentes por meio de uma parceria estabelecida com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). O projeto está em andamento, com o curso de Técnicas Administrativas, para grupos de 15 adolescentes. O curso ocupa uma sala de aula, na edificação escolar, que foi preparada e equipada pelo MPT, onde os jovens estudam uniformizados, utilizando camisetas com a logomarca do CIEE.

O projeto prevê um estágio, de modo que os participantes têm Carteira de Trabalho assinada e recebem um valor em dinheiro mensalmente durante o curso, o qual é depositado para ser acessado quando estiverem fora da unidade, com exceção para aqueles que apresentam uma justificativa, como ter filhos, que podem enviar a quantia para a família.

3.1.3 A Rotina Socioeducativa

Nesta estrutura é realizada a rotina institucional, conforme o registro fornecido pela unidade durante as imersões iniciais, transcrito a seguir:

ROTINA SOCIOEDUCATIVA DA UNEI DOM BOSCO

Segunda-feira

06:00 – Alvorada, Faxina da Unidade
 07:30 – Café da manhã
 08:00 – Troca de plantão; Início do expediente
 08:10 – Ala A e D – Educação regular, até às 11:30
 08:20 – Ala B – Atividade no solário e atendimento psicossocial até às 9:20
 10:00 – Ala C – Atividade, tênis de mesa e atendimento psicossocial até às 11:00
 11:30 - Almoço
 12:50 – B e C – Educação regular até às 17:00
 15:15 – Ala D – Atividade, tênis de mesa e atendimento psicossocial até às 16:00

Terça-feira

06:00 – Alvorada, Faxina da Unidade
 07:30 – Café da manhã
 08:00 – Troca de plantão; Início do expediente
 08:10 – Ala A e D – Educação regular, até às 11:30
 08:20 – Ala B – Atividades e horário de telefonema aos familiares no solário
 10:00 – Ala C – Atividade, tênis de mesa e atendimento psicossocial até às 11:00
 11:30 - Almoço
 13:00 – B e C – Educação regular até às 17:00
 13:15 – Ala A – Atividade no solário e atendimento psicossocial até às 16:00

Quarta-feira

06:00 – Alvorada, Faxina da Unidade
 07:30 – Café da manhã
 08:00 – Troca de plantão; Início do expediente
 08:10 – Ala A – Educação regular, até às 11:30
 08:20 – Ala B – Atividade no solário
 10:00 – Ala C – Atividade, tênis de mesa e atendimento psicossocial até às 11:00
 11:30 - Almoço
 13:00 – B e C – Educação regular até às 17:00
 13:15 – Ala A – Atividade no solário, atendimento psicossocial e atividades afins até 14:15
 15:00 – Ala D – Atividade, tênis de mesa e atendimento psicossocial e atividades afins até 16:00.

Quinta-feira

06:00 – Alvorada, Faxina da Unidade
 07:30 – Café da manhã
 08:00 – Troca de plantão; Início do expediente
 08:10 – Ala A – Educação regular, até às 11:30
 08:20 – Ala B – Atividade no solário, atendimento psicossocial e atividades afins
 10:00 – Ala C – Ligação para os familiares
 11:30 - Almoço
 13:00 – B e C – Educação regular até às 17:00
 13:15 – Ala A – Atividade no solário, atendimento psicossocial e atividades afins até 14:15
 15:00 – Ala D – Atividade no solário, atendimento psicossocial e atividades afins até 16:00.

Sexta-feira

06:00 – Alvorada, Faxina da Unidade
 07:30 – Café da manhã
 08:00 – Troca de plantão; Início do expediente
 08:10 – Ala A – Educação regular, até às 11:30
 08:20 – Ala B – Atividade na quadra de esportes até às 9:20. Obs: quem estiver se envolvido em faltas disciplinares ou badernas no decorrer da semana fará horário de sol no solário
 09:30 – Ala C – Atividade na quadra de esportes até às 10:30. Obs: quem estiver se envolvido em faltas disciplinares ou badernas no decorrer da semana fará horário de sol no pátio da ala.
 11:30 - Almoço
 13:00 – B e C – Educação regular até às 17:00
 13:15 – Ala A – Atividade na quadra de esportes até às 14:15. Obs: quem estiver se envolvido em faltas disciplinares ou badernas no decorrer da semana fará horário de sol no solário.
 14:30 – Ala D – Atividade na quadra de esportes e ligação aos familiares. Obs: quem estiver se envolvido em faltas disciplinares ou badernas no decorrer da semana fará horário de sol no solário.

Sábado

06:00 – Alvorada, Faxina da Unidade
 07:30 – Café da manhã
 08:00 – Troca de plantão; Início do expediente
 12:00 – Preparativos para o início do horário de visita da Ala A e C
 13:00 – Início da visita para a Ala A e C até às 17:00.

Domingo

06:00 – Alvorada, Faxina da Unidade

07:30 – Café da manhã
 08:00 – Troca de plantão; Início do expediente
 08:10 – Ala A – Educação regular, até às 11:30
 12:00 – Preparativos para o início do horário de visita da Ala B e D
 13:00 – Início da visita para a Ala B e D até às 17:00.

Obs: os atendimentos externos (Médicos, odontológicos, psiquiátricos, laboratoriais, hospitalares, oitivas em delegacias, audiências e de lazer) ocorrerão durante a semana em horário de expediente. (COLEÇÃO IMERGÊNCIAS E RETRATOS, 2019a).

A partir da rotina institucional, é possível observar que o funcionamento da unidade é organizado para atender a diversas atividades, a partir do controle do tempo e de modo a separar os adolescentes dos diferentes blocos, de maneira a garantir a disciplina e a segurança interna, considerando os pertencimentos a grupos rivais ou indivíduos que estão em medida protetiva, ou seja, correm risco à sua integridade física ou mesmo de morte, permanecendo em situação de restrição de convívio com os demais.

Portanto, a rotina da unidade é subordinada à segurança, justificada na periculosidade dos jovens. Situação agravada pelos conflitos entre grupos de adolescentes oriundos de bairros rivais ou associados a facções criminosas. Porém, as táticas utilizadas produzem algo mais do que a dita segurança interna, necessária ao funcionamento da unidade, mas é também com elas e através delas que a delinquência se (re) produz. (FOUCAULT, 2014).

A rotina socioeducativa é composta, além das atividades escolares, cursos, assistência religiosa, telefonemas e visitas da família, por atividades que, pode-se dizer, são intrínsecas à unidade, realizadas por profissionais da psicologia e do serviço social, definidas pelo próprio sistema socioeducativo. O atendimento interno, psicossocial ao adolescente, contatos e atendimentos familiares, articulação com a rede socioassistencial, assim como relatórios de atendimento encaminhados para o juizado são anotados em uma folha de registro, que compõe a pasta individual de cada adolescente, sob a responsabilidade do setor psicossocial. Um exemplo destes registros segue transcrito

04/01/2016 entrada na UNEI Provisória Novo Caminho
 05/01/2016 contato telefônico com a família
 08/01/2016 atendimento social
 12/01/2016 atendimento social familiar
 15/01/2016 documento Avaliação Inicial - juizado
 19/01/2016 atendimento psicológico
 05/02/2016 entrada UNEI Dom Bosco
 08/02/2016 entrevista social
 16/02/2016 atendimento social inicial
 22/02/2016 contato telefônico irmã
 22/02/2016 atendimento psicológico

26/02/2016 Documento Plano Individual de Atendimento - juizado
 01/03/2016 contato telefônico genitora. Atendimento psicológico
 30/03/2016 contato telefônico – aviso de que está suspenso recebimento de pertences pessoais
 12/04/2016 contato telefônico mãe
 12/04/2016 contato telefônico CRAS – providência passe livre intermunicipal
 01/05/2016 pais vieram visitar
 17/05/2016 atendimento social
 11/04/2016 atendimento psicológico
 20/04/2016 atendimento psicológico
 07/06/2016 atendimento psicológico
 07/07/2016 Documento Relatório Multidisciplinar Evolução do PIA - juizado
 07/11/2016 Documento Relatório Multidisciplinar Evolução do PIA - juizado
 28/12/2016 atendimento psicológico
 04/01/2016 atendimento psicológico
 23/02/2017 Relatório Para Fins de Progressão De Medida
 04/03/2017 Relatório Multidisciplinar Acompanhamento Evolução do PIA. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Do mesmo modo, também são registrados os atendimentos na área de saúde, em instrumental próprio, que ficam arquivados no setor de saúde, sob a responsabilidade da equipe de enfermagem, os quais são transcritos nos documentos encaminhados para o juizado no tópico referente à saúde do adolescente: na Avaliação Inicial, que contém as anotações referentes ao período de permanência em internação provisória e no PIA e relatórios multidisciplinares na unidade em que o jovem cumpre a medida socioeducativa de internação. Assim, os registros de atendimentos na área de saúde realizados na UNEI Provisória Novo Caminho do mesmo adolescente foram:

05/01/2016 triagem enfermagem
 12/01/2016 consulta médica
 13/01/2016 consulta Programa de Saúde da Família (PSF)
 14/01/2016 retirada de pontos. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

E após o ingresso na UNEI Dom Bosco:

17/02/2016 triagem enfermagem, consulta médica, sem queixas, solicitado exames e sorologias.
 10/05/2016 triagem de enfermagem e consulta médica - resultados sorologias não reagente.
 19/10/2016 triagem enfermagem sem queixas.
 23/02/2017 triagem enfermagem consulta médica, sem queixas. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Os atendimentos registrados mostram o funcionamento estratégico do dispositivo disciplinar no controle, em diversos níveis, da população que assiste. O olhar investigativo, conforme o ajuste, passa pelas instituições – na perspectiva das disciplinas atuando sobre o indivíduo – e pode ser deslocado para o âmbito do Estado, em suas instâncias de controle e segurança da população.

Diante do exposto e das problematizações que foram delineando os caminhos deste estudo, abriu-se uma trilha pelas práticas psi no sistema socioeducativo, a partir dos ditos (e não ditos) por psicólogos em documentos institucionais, temática que será abordada a seguir.

3.1.4 Práticas Psi e (Re)produção de Verdades

Em uma unidade socioeducativa a escuta qualificada da psicologia, centrada no indivíduo adolescente, está implicada na produção de ditos sobre ele dirigidos a um terceiro, figura esta que é anterior a esta relação, o juiz, mas que opera sobre ela. Olhar na direção do sujeito conduz a uma perspectiva social para sua escuta; seus dizeres, devidamente documentados, enquadram o profissional no âmbito jurídico. Um domínio de saberes e poderes que circulam, imbricados nesta relação que tem como pano de fundo uma instituição de internamento, uma prática social punitiva, constituinte do dispositivo na qual está inserida.

As punições passaram por transformações e diferentes concepções ao longo do tempo, seja no corpo físico ou psíquico, ou no corpo político, definido por Foucault (2014, p. 31) como “[...] conjunto de elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de postos de apoio para as relações de poder e de saber [...]”. Assim, as punições, em suas diversas facetas e atualizadas, permanecem como uma forma de dar uma resposta à sociedade e com a tarefa de recuperar ou ressocializar ou reeducar o sujeito infrator.

A instituição socioeducativa faz parte deste dispositivo, inventado pela sociedade, imerso em valores sociais e morais materializados em acontecimentos e práticas que se repetem com novas configurações, a serviço de um sistema de poder, constituindo-o tal como é no presente (OSÓRIO, 2010). Nesta trama, rica de controvérsias que pululam entremeadas em discursividades e não discursividades, desenvolve-se o trabalho socioeducativo com adolescentes em privação de liberdade, do qual o profissional psicólogo faz parte.

Ajustar as lentes para as práticas psicológicas (psi) com adolescentes privados de liberdade possibilitou vislumbrar tecnologias políticas forjadas sobre estes saberes, as quais incidem sobre os corpos adolescentes.

Permitiu, ainda, observar a (re)produção de algumas verdades que emergem nestas relações e são transpostas em ditos - e interditos – que (re)afirmam destinos para os jovens a que se referem, com caráter prescritivo. Estas observações foram possíveis a partir de escavações nos arquivos individuais de 50 adolescentes que passaram pela UNEI Dom Bosco e deram saída no primeiro semestre do ano de 2017¹¹. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Neste tópico, destacam-se alguns fios desta trama, a partir de ditos psi. Aqueles que suscitaram inquietações diante da pesquisa em curso.

Pensar as práticas psicológicas (práticas psi) no dispositivo socioeducativo conduziu, inicialmente, a observar a força do enlace da psicologia com o judiciário como condição de emergência das instituições que o compõe e que se mantém como elemento que dá forma – e condições de possibilidade - ao intitulado, atualmente, Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE). (BRASIL, 2006).

A psicologia foi regulamentada como profissão no Brasil no ano de 1962, por meio da Lei Nº 4119/62 (BRASIL, 1962) no rastro de uma atuação clínica e da psicometria, assentada em uma base positivista. A psicologia brasileira foi se (re)modelando junto às mudanças nos cenários políticos, compondo o lastro dos discursos dos direitos humanos, juntando-se às lutas dos movimentos sociais pela democracia, entre eles os movimentos voltados para os direitos da infância. (FERRERI, 2011).

A psicologia é reinventada, portanto, no campo das políticas públicas, especialmente com o seu crescimento a partir dos anos 2000. A participação da psicologia na construção do ECA (BRASIL, 1990) está marcada nas concepções das fases de desenvolvimento, pelo esquadramento e enquadramento dos corpos em modelos de normalidade/anormalidade. Saberes que vão delineando as normatividades de como se deve ser em uma sociedade disciplinar. Deve-se observar que:

[...] a infância entendida como uma invenção moderna, ocupa espaços sociais [...] de modo que sua existência é atravessada por processos de acumulação de saberes sobre o corpo, o desenvolvimento, as capacidades, as vontades, as tendências, as brincadeiras, as fragilidades, as vulnerabilidades, os instintos e as potências infantis, que, por sua vez, se acoplam a práticas discursivas e não discursivas em que tais saberes se imbricam em mecanismos de poder, cujo resultado acaba sendo a produção de uma infância governada, segundo normatividades da sociedade que se empreende. (RESENDE, 2015, p. 7).

¹¹ Este recorte deve-se ao fato de que estes arquivos estavam disponíveis para a pesquisa devido a não terem sido enviados para o arquivo morto da instituição, onde seria mais difícil o acesso.

Assim, as práticas psi no sistema socioeducativo estão implicadas nos mecanismos de poder do dispositivo onde se (re)produzem.

O Sistema Conselhos de Psicologia realizou no ano de 2006 o Seminário Nacional intitulado “A Atuação dos Psicólogos junto aos Adolescentes Privados de Liberdade”, do qual resultou a publicação de um relatório dos debates realizados no referido evento. O documento (CFP, 2006), abordou questões relacionadas a pressupostos, diretrizes da atuação, formação e condições de trabalho para a atuação do psicólogo em unidades de privação de liberdade destinadas a adolescentes autores de ato infracional reafirmando o lugar/atuação do profissional na defesa dos direitos humanos.

No ano 2010, o Sistema Conselhos de Psicologia, por meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), publicou as Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação, abordando três eixos temáticos: a dimensão ético-política do trabalho do psicólogo nas unidades socioeducativas, os seus pressupostos fundamentais e a sua atuação profissional nesses contextos. (CFP, 2010).

O atendimento psicológico a adolescentes em instituições privativas de liberdade constitui-se na especificidade de um ambiente estruturado em uma cultura carcerária, constituindo-se em espaços de (re)produção de violências que se sobrepõem sobre os discursos dos necessários – ao sistema - aspectos pedagógicos e sancionatórios da medida socioeducativa, em nome da disciplina, da segurança, da recuperação, da ressocialização.

As práticas psi são constituintes nesta estrutura. “Existe na justiça moderna e naqueles que a distribuem uma vergonha de punir que nem sempre exclui o zelo, ela aumenta constantemente: sobre essa chaga pululam os psicólogos e o pequeno funcionário da ortopedia moral”, como afirma Foucault (2014, p. 6). Portanto, o atendimento psicológico é uma condição de possibilidade de existência da medida privativa de liberdade para adolescentes, nesta sociedade.

Nesta perspectiva, observa-se que o psicólogo faz parte da intitulada equipe técnica, a qual era composta por profissionais do serviço social e psicologia (MATO GROSSO DO SUL, 2001). Com a publicação do SINASE (BRASIL, 2006), que reafirmou a diretriz do ECA sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa e, a título de recomendação, tratou das singularidades no modo de se fazer a socioeducação. Relativo ao acompanhamento técnico do adolescente, abordou que os profissionais da psicologia e do serviço social (entre outros) deveria ter “[...] conhecimento específico na área de atuação profissional e, sobretudo, conhecimento teórico-prático em relação à especificidade do trabalho a ser desenvolvido.”

(SINASE, 2006, p. 53). Neste contexto, introduziu a perspectiva do trabalho socioeducativo ser desenvolvido por uma:

[...] equipe multiprofissional com perfil capaz de acolher e acompanhar os adolescentes e suas famílias em suas demandas bem como atender os funcionários; com habilidade de acessar a rede de atendimento pública e comunitária para atender casos de violação, promoção e garantia de direitos. (SINASE, 2006, p. 53).

Assim, formando um novo arranjo, outros profissionais foram acrescentados. O estratégico trabalho multidisciplinar passou a ser uma normativa legal para as medidas socioeducativas privativas e restritivas de liberdade com a Lei Nº 12.594/2012 (BRASIL, 2012). No estado do Mato Grosso do Sul, a Resolução SEJUSP/MS Nº 592 de 04 de abril de 2012, (MATO GROSSO DO SUL, 2012a) criou a Comissão Multidisciplinar nas unidades socioeducativas privativas e restritivas de liberdade (que teve alguns dispositivos alterados pela Resolução SEJUSP/MS Nº 617 /2012 (MATO GROSSO DO SUL, 2012b).

Observa-se que os saberes da psicologia foram, juntamente com o serviço social, diluídos no contexto de uma equipe multidisciplinar, elemento tático desta trama, a qual é composta por profissionais do serviço social, saúde, educação e segurança, além de psicólogos. A soma dos olhares de vários campos de saber possibilita um novo contorno ao dispositivo de segurança e controle, um instrumento disciplinar, mais elaborado a serviço da governamentalidade.

Constituintes do dispositivo socioeducativo, as práticas dos profissionais da psicologia nas unidades de internação para adolescentes no estado de Mato Grosso do Sul estão voltadas para o atendimento individualizado aos adolescentes, a atendimentos familiares que visam a pactuação do Plano Individual de Atendimento (PIA) e ao acompanhamento da participação da família durante o cumprimento da medida socioeducativa, encaminhamentos do jovem e de seus familiares para a rede de saúde e socioassistencial e a elaboração de documentos para o judiciário, conforme descrito no Guia de Procedimentos de Atendimento Psicossocial e de Saúde. (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

Nesta fonte documental encontram-se descritas ainda as peculiaridades do atendimento realizado em unidade de internação provisória, onde são feitas entrevistas iniciais e não há produção de PIA, mas a elaboração de uma Avaliação Inicial (AI) que deve oferecer subsídios para a decisão judicial na ocasião do julgamento do processo do adolescente, o que deve ocorrer em até 45 dias, conforme o disposto na Lei Nº 12.594/2012. (BRASIL, 2012). No município de Campo Grande, a avaliação inicial deve ser encaminhada ao poder judiciário

na audiência de instrução do processo, implicando que o referido documento deve ser elaborado em prazos menores, que podem ser de poucos dias. Disso decorre que a avaliação inicial é um relatório mais conciso.

No município de Campo Grande, a Unidade Educacional de Internação Provisória Masculina Novo Caminho, atende exclusivamente adolescentes nesta situação. No caso de, por ocasião do julgamento, ser aplicada a medida socioeducativa de internação, a documentação produzida na unidade de internação provisória é encaminhada para a equipe técnica que atenderá o adolescente na UNEI Dom Bosco. O mesmo procedimento ocorre na situação de transferência entre unidades socioeducativas. Isso implica na composição da denominada “pasta do adolescente”, que é um arquivo que contém todos os documentos relacionados à sua passagem no sistema socioeducativo, o que pode incluir entrevistas e relatórios de equipes que o atenderam nas diferentes unidades do estado, além de registros judiciais de diferentes comarcas.

Observa-se que, desde o ano de 2010, os procedimentos realizados e os instrumentais utilizados pela intitulada equipe técnica e de saúde, foram padronizados, num processo de construção coletiva que contou com a participação efetiva de todos os servidores das referidas áreas. (MONTEIRO, 2013).

Assim, o sistema socioeducativo estadual vai organizando “[...] um sistema de documentação individualizante e permanente” (FOUCAULT, 2016, p. 244), fortalecendo o aspecto institucional de produção de saberes. O PIA materializa a concepção de regular o cumprimento da medida por meio de um planejamento que deve nortear o adolescente no cumprimento da medida socioeducativa – e na modificação de suas condutas - de modo que se enquadre na rotina da unidade - e, posteriormente, na sociedade.

O princípio da individualização da medida somado à indeterminação do tempo concretizam a almejada responsabilização do adolescente pelo rompimento da norma que justificou sua internação, mas mais do que isso, coloca sobre ele próprio a responsabilidade de alcançar a sua liberdade, desde que cumpra com o pactuado em seu PIA, como discutido por Silva (2014).

A relação entre psicólogo e adolescente se estabelece imersa neste contexto complexo, questão abordada nas normativas institucionais para o atendimento, como parte do procedimento de atendimento psicossocial inicial ao adolescente, onde o profissional deve se situar na dimensão do cuidado:

[...] para a inclusão do (a) adolescente numa relação de confiança com a equipe. É preciso, ainda, que esta postura acolhedora permeie o trabalho

psicossocial durante todo o atendimento socioeducativo do (a) adolescente, sob a ótica da proteção integral e da garantia dos direitos. Esta postura exige dos profissionais da Psicologia e do Serviço Social uma constante autoavaliação referente à sua atuação, visto que, no trabalho cotidiano, pode-se perder o foco protetivo e de não julgamento moral, sob a influência preconceituosa da mídia e mesmo de valores próprios, e que muitas vezes são fortalecidos pela própria postura que o (a) adolescente apresenta. Nestes casos, é fundamental a percepção da situação e da dimensão das distorções na compreensão do (a) adolescente em sua história sociofamiliar, bem como de sua subjetividade e possibilidades atuais e futuras, enquanto sujeito em fase peculiar de desenvolvimento. (MATO GROSSO DO SUL, 2010, p. 6-7).

A normativa aponta para alguns riscos, na prática cotidiana do psicólogo e do assistente social, no sentido de como a dimensão do cuidado pode ser absorvida por valores morais e sociais disseminados nos discursos que circulam.

A partir destas considerações e na perspectiva de oferecer subsídios que contribuam para a reflexão das práticas efetivas da psicologia em unidades de internação de adolescentes, buscou-se identificar, nos ditos destes profissionais, algumas funcionalidades a partir dos saberes psi em suas relações com o modo de funcionamento de uma unidade socioeducativa de internação.

Portanto, serão apresentadas transcrições parciais de documentos - Avaliação Inicial (AI); Plano Individual de Atendimento (PIA); Relatório de Acompanhamento da Evolução do PIA - que compõem a “Coleção Vivências” (2019e), construída com os dados produzidos a partir das pastas de adolescentes que passaram pela UNEI Dom Bosco durante o primeiro semestre do ano de 2017. Os modelos de referência destes documentos constam no Anexo I. Destaca-se que os instrumentais para elaboração de documentos – multidisciplinares – apontam para alguns aspectos que devem ser considerados pelos profissionais responsáveis para constarem nos documentos, sendo indicado para a psicologia os seguintes:

Na Avaliação Inicial:

Psicologia – Lei 12.594/2012 artigos 52 - Parágrafo único, 53 e 54 – I, II, V. *(Descrever dados da avaliação inicial realizada contendo: dinâmica do (a) adolescente, vínculos atuais positivos e negativos, objetivos do (a) adolescente, potencialidades e dificuldades, aspectos de saúde mental, formas de participação da família para o cumprimento das metas pelo (a) adolescente, autoavaliação do (a) adolescente, metas pactuadas com o (a) adolescente)*

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Psicóloga (o) – CRP xxxxx

Analista de Medidas Socioeducativas

No PIA:

Psicologia – Lei 12.594/2012 artigos 52 - Parágrafo único, 53 e 54 – I, II, V.
(Descrever dados da avaliação inicial realizada contendo: dinâmica do (a) adolescente, vínculos atuais positivos e negativos, objetivos do (a) adolescente, potencialidades e dificuldades, aspectos de saúde mental, formas de participação da família para o cumprimento das metas pelo (a) adolescente, autoavaliação do (a) adolescente, metas pactuadas com o (a) adolescente)

(identificação e assinatura da (o) profissional)
 Psicóloga (o) – CRP xxxxx
 Analista de Medidas Socioeducativas

E no Relatório Multidisciplinar – Acompanhamento do PIA:

Psicologia

Procedimentos: (elencar os procedimentos realizados)

(Descrever informações relativas à evolução: na dinâmica do (a) adolescente, vínculos atuais positivos e negativos, objetivos do (a) adolescente, potencialidades e dificuldades, auto percepção em relação ao exercício da cidadania pelo (a) adolescente, autoavaliação do (a) adolescente, aspectos de saúde mental, atividades de integração e apoio à família).

(identificação e assinatura da (o) profissional)
 Psicóloga (o) – CRP xxxxx
 Analista de Medidas Socioeducativas

Observa-se que os instrumentais mostram como o exame se mantém como tecnologia disciplinar que acimenta saberes e poderes institucionais que incidem sobre o adolescente, que passa a ser efeito e objeto destes saberes e poderes. (FOUCAULT, 2014).

Evidencia-se a concepção de um modelo de desenvolvimento no qual o adolescente deve poder se enquadrar, assim como sua família. Assim, as proposições mostram como a psicologia tem um papel de vigilância sobre os indivíduos que atende, de acordo com os modelos de referência para a elaboração dos documentos.

A seguir, apresenta-se dados produzidos na pesquisa referentes a quatro adolescentes selecionados, entre os cinquenta pesquisados, o que foi necessário devido ao extenso volume de informações. Os indivíduos foram chamados, neste estudo de Luan, Marcos, Lucas e Juninho¹². O critério para esta escolha foram algumas inquietações que emergiram nos documentos analisados, considerados os relatórios e as vivências pontuais descritas nos instrumentais de apoio da equipe psicossocial de referência (entrevista social, de anamnese e

¹² Nomes escolhidos aleatoriamente a fim de preservar o sigilo.

familiar). Este estudo teve o objetivo de obter pistas sobre o modo como o trabalho psicológico na unidade socioeducativa está envolvido nas tramas do dispositivo do qual faz parte.

As informações foram destacadas a partir das transcrições parciais de documentos relacionados ao adolescente, tais como: entrevistas registros de atendimentos da equipe psicossocial, além dos documentos que são enviados para o poder judiciário: relatório de AI, PIA, relatório multidisciplinar de acompanhamento do PIA e, eventualmente, de documentos emitidos pelo poder judiciário. Optou-se por apresentar um breve relato com informações sobre os indivíduos, seguida de transcrições parciais dos relatórios dos profissionais.

O jovem Luan entrou na unidade socioeducativa aos 17 anos e foi matriculado no 1º ano do ensino médio; vivia em situação de rua há 3 anos, tendo trabalhado como auxiliar de pedreiro e de jardineiro. Usuário de drogas desde os 10 anos de idade, chegou à medida de internação por roubo. Está com relações rompidas com a mãe. O seu PIA, na parte concernente à psicologia afirma:

O socioeducando foi adotado quando contava com 05 anos de idade, época da vida que já se tem consciência do que ocorre a sua volta, dessa feita o jovem não adquiriu repertório de condutas saudáveis para si e para os seus. Apresentando desde criança ilicitudes em seus atos, a mãe d. [...], não conseguiu impor os limites necessários para o bom desenvolvimento, levando-o a envolver-se com entorpecentes e com delitos e dessa forma cada vez mais se agravando a conduta de [Luan]. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

No primeiro relatório de acompanhamento da evolução do PIA, o profissional da psicologia complementa com outras informações biográficas, como transcrito a seguir:

[Luan] está cumprindo três Medidas Socioeducativas de Internação e conta com inúmeras passagens pela polícia. Apresenta desde criança ilicitudes em seus atos, a mãe, D. [...], não conseguiu impor os limites necessários para o bom desenvolvimento, levando-o a envolver-se com entorpecentes e com delitos agravando a conduta delituosa cada vez mais. [...]

[Luan] não teve em seu desenvolvimento modelos para condutas saudáveis, conflitando cada vez mais com preceitos morais vigentes.

Baseado no molde equivocado de agir perante ao meio o reeducando desenvolveu-se com baixa tolerância a frustração, tanto que seu relacionamento com a mãe, que é adotiva, é bem conturbado. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Nos ditos psi sobre Luan, encontram-se as convicções sobre modelos universais, construídos socialmente, de uma boa família, capaz de educar como se deve, de acordo com os valores morais e sociais, para que haja um bom desenvolvimento. O que não é o caso de

Luan, pois não é filho biológico e cuja mãe adotiva é responsabilizada pelos seus desvios morais e de comportamento.

Marcos reside com a mãe, a irmã de 10 anos e, há um ano, com o padrasto, em casa própria, pertencente à avó. Começou a trabalhar aos 12 anos de idade em loteamento, lava-jato e borracharia. Segundo a genitora, Marcos sempre foi hiperativo, tendo mudado aos 12 anos de idade. Usuário de maconha e cocaína desde os 15 anos de idade, cometeu o primeiro roubo, motivo que o levou a internação. Encontra-se matriculado no 6º ano do Ensino Fundamental. Frequenta a Congregação Cristã. Percebe-se como alguém trabalhador, que perde a paciência com facilidade, é estressado, o que procura controlar, e é bondoso. Afirma ter vontade de continuar estudando e de parar de usar drogas. Sonha em ser Desenhista. Deseja sair do bairro onde vive, que só tem usuários e quer continuar trabalhando, estudar e fazer curso de desenho. Justifica que roubou para comprar drogas e só rouba sob efeito de drogas.

No PIA de Marcos, consta o seguinte relatório psicológico:

[Marcos] se mostra uma pessoa questionadora, não se submete facilmente a situações sem compreendê-las, defende seu ponto de vista, mesmo que por muitas vezes equivocado. [...]

A mãe, apesar de se fazer presente na vida do mesmo, já não tem autoridade sob o mesmo o que dificulta o seu processo reestruturativo, uma vez que limites e respeito são fundamentais para o resgate socioeducativo.

Em suma, o jovem tem ainda muito a assimilar do processo reeducativo e no momento compromete-se em seguir as metas que estabeleceu no PIA e afirma o desejo de mudança e reestruturação de sua vida. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Em seu Relatório Multidisciplinar de Acompanhamento do PIA, após nove meses de internação, o profissional psicólogo afirma que:

[Marcos] cumpre a medida socioeducativa de internação sem percalços, respeitando as normas da instituição. Seu comportamento enquanto interno dessa unidade se encontra estabilizado há algum tempo.

A família é presente na vida do reeducando fato de extrema relevância para o sucesso no cumprimento da medida socioeducativa imposta. Com discurso coerente consegue manter bom raciocínio mediante associações com capacidade elaborativa. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Mediante solicitação do adolescente para saída temporária para passar com a família, foi elaborado o seguinte Parecer para Saída Temporária:

O adolescente solicitou à direção que lhe fosse concedido o benefício da saída temporária para visita domiciliar no dia [...]. Foi analisado junto a equipe técnica de referência, chefe de disciplina e a direção da Unidade e concluído que o adolescente atende aos critérios exigidos para receber tal Benefício: Tempo mínimo de internação; comportamento e disciplina dentro da medida, comprometimento e interesse dos familiares.

O socioeducando em questão recebeu o benefício da saída temporária em outra ocasião e não apresentou nenhuma intercorrência negativa.

A genitora D. [...] virá buscá-lo na unidade na data acima.

A responsável e o adolescente foram orientados pela equipe técnica de referência e pela direção quanto ao funcionamento do programa 'Domingo em casa', bem como o horário de saída e retorno. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Foi elaborado um Relatório para fins de Progressão de Medida, no qual o psicólogo afirma:

[Marcos] está em processo de reconstrução, em que espera-se formas diferenciadas de enfrentamento perante os problemas que encontrar. [...] boa capacidade cognitiva. [...] nos atendimentos realizados afirma que pretende mudar de vida e que assim que estiver em liberdade irá buscar possibilidades saudáveis, ele e a mãe fazem planos para mudar de bairro, que acreditam irá propiciar um recomeço. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Nos fragmentos acima, observa-se que é possível vislumbrar pistas de modos de intervenções voltadas para o autocuidado do adolescente, considerado o meio em que vive. O objetivo é corretivo, alinhado aos discursos socioeducativos.

Lucas chegou à UNEI Dom Bosco com 17 anos de idade; estudou até o 7º ano do Ensino Fundamental e tendo trabalhado como auxiliar de pedreiro e como lavador de carros. Sonha em estudar direito e ser um advogado. Reside com duas irmãs e uma prima em casa alugada, em um bairro da periferia no município de Campo Grande, juntamente com a mãe, que é doméstica e recebe um salário mínimo. Além disso, recebe o benefício assistencial bolsa família, o qual é enviado para outras duas filhas que moram com a avó. O genitor é falecido. O jovem foi apreendido por tráfico de drogas.

No primeiro relatório multidisciplinar de acompanhamento do PIA, pode ser observada a fala do psicólogo centrada na adaptação do adolescente ao modo de funcionamento da instituição:

[...] Adolescente em conflito com a Lei e que se encontra bem adaptado às regras e regulamentos desta Unidade Educacional;
Adolescente que está ocorrendo, ou melhor, incluso a um processo de 'afastamento' dentro de práticas ou autorias de atos infracionais;
Dentro desta Instituição, [...] aparentemente o socioeducando não está sendo 'controlado'" pelos demais internos.

Também este jovem não exerce influência negativa, ou seja, liderança sobre os demais internos; [...]. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Depreende-se que, adaptar-se às normas disciplinares inclui o adolescente em uma outra categoria, não mais aquela de desviante, que rompe normas, mas em uma categoria na qual pode vir a ser merecedor de algo. Particularmente interessante, são os ditos sobre o jogo que acontece entre os adolescentes, onde são descritas duas possibilidades: ser controlado ou controlar, sendo que este jovem estaria escapando às duas posições. Embora não haja menção de como ele consegue alcançar esta ‘zona de escape’, o que seria interessante, o fato em si ascende sua condição de merecimento na meritocracia institucional, tornando-o candidato a um benefício, como a saída temporária¹³.

No Relatório Multidisciplinar de Acompanhamento do PIA, o profissional psicólogo relatou:

Adolescente em conflito com a Lei e que se encontra bem adaptado e continua respeitar as regras e regulamentos desta Unidade Educacional; Porém, nesta sua última Saída Temporária, proposto pelo Projeto Domingo em Casa, que ocorreu na data de [...] para [...], o mesmo se envolveu em um acidente de motocicleta e na queda que resultou na fratura de sua perna;

Este trágico acidente acarretou uma série de problemas para esta Unidade Educacional de Internação, visto que doravante e até os próximos 60 (sessenta) dias deverá o mesmo ter cuidados excessivos com sua perna e não pode colocar o pé no chão;

Também é proibido o uso de órtese, no caso as muletas, para os adolescentes nesta Unidade Educacional, o que dificulta em muito a sua locomoção;

Para o adolescente em tela foi receitado pelo médico que o atendeu medicamentos que não estão ou são disponíveis na Rede e por este motivo esta Equipe Técnica de Referência entrou em contato com a família e esta pegará a Receita Médica em um local combinado com dia e hora;

Também este jovem continua a não exercer influência negativa, ou seja, liderança sobre os demais internos. [...]

Devido aos critérios elencados este adolescente passa merecer a sugestão de Progressão em Medidas Socioeducativas.

Neste contexto houve uma Sessão de Estudo de Caso envolvendo: a Equipe Técnica de Referência (Assistente Social e Psicólogo), Setor de Enfermagem e a Defensoria Pública sobre as possíveis possibilidades quanto ao exposto no item acima;

A Defensoria Pública propôs a fazer tal sugestão ao Juízo competente entre 03 (três) possíveis sugestões:

1. Liberdade Assistida junto ao CREAS mais próximo de sua residência;

¹³ Saída temporária ocorre no chamado Programa Domingo em Casa, que tem o objetivo de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e oportunizar a convivência sociofamiliar gradativamente durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação, o que é autorizado mediante o ‘bom’ comportamento do adolescente. (COLEÇÃO IMERGÊNCIAS E RETRATOS, 2019).

2. Suspensão Temporária da Medida Socioeducativa, até completar este tratamento médico;
3. Conceder Alvará de desinternação. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Neste relatório, novamente o merecimento do adolescente aparece como fator para receber algo, neste caso, três sugestões possíveis, formuladas pela equipe psicossocial e de saúde, juntamente com a Defensoria Pública, para que não permaneça na unidade. O motivo é o adolescente ter fraturado uma perna (enquanto passava o domingo em sua casa com a família). A limitação física temporária – por 60 dias - desnudou as limitações da unidade socioeducativa para lidar com a situação, já que não é permitido o uso de órtese. O relatório não explica o motivo da proibição, apenas explicita os graves problemas causados à unidade pelos excessivos cuidados necessários ao adolescente.

O relatório psicológico diz que o problema a ser resolvido é o da unidade. E pode ser resolvido porque o adolescente merece, logo pode ser liberado. O profissional ocupa um lugar de fala que não está sustentado nos saberes psi, mas naqueles que estão interditos, mas atuantes nesta trama.

O jovem Juninho mora com a mãe, 5 irmãos e 3 primos. Sua irmã recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC) por apresentar deficiência mental. Vivem em casa alugada em condições de miserabilidade. A mãe recebe salário mínimo e não há pagamento de pensão alimentícia pelo pai. Juninho é analfabeto e foi classificado para as séries iniciais do EJA, tendo frequentado escola especial. Usuário de maconha desde os 13 anos de idade. Começou a trabalhar aos 14 anos como auxiliar de pedreiro e serviços gerais, carpindo e limpando quintais. Sonha em ser advogado. Descreve-se como sendo feliz, tranquilo, que sente falta da mãe e da família. Estava sendo assistido pela equipe do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

Na Avaliação Inicial elaborada na unidade de internação provisória, consta por parte do profissional psicólogo:

Juninho é um adolescente que vem para a internação pela segunda vez, demonstrando não ter conseguido superar suas dificuldades apresentadas em sua primeira vinda a UNEI. Demonstra dificuldade em cumprir regras, sendo facilmente manipulável.

Consta que o CREAS tentou uma intervenção junto à família, após sua primeira internação, porém, por ela ter mudado de endereço a ação não pode ser concluída, dificultando assim, um apoio mais efetivo.

Revela que continuou com o uso de maconha e com maior frequência, acreditando que agora necessita de tratamento para conseguir sair dessa dependência da droga. Foi feito encaminhamento para o setor de enfermagem para agendamento no CAPS.

[...] Em contato com a Escola [...] fomos informados que fulano estudou naquela escola com o diagnóstico de Deficiência Mental Leve, porém a partir do 2º ano do Ensino Fundamental foi encaminhado para o Ensino Regular.

Segundo a genitora, [Juninho] é um menino muito influenciável, sendo facilmente enganado pelos colegas.

Assim, o que se percebe é a necessidade de um tratamento contra as drogas, juntamente com um acompanhamento psicossocial sistemático para [Juninho] e para a família, haja vista ter uma irmã com necessidades especiais e outra também em fase de diagnóstico, com suspeita de problemas mentais, além da dificuldade sócio econômica relatada pela A. S. do CREAS. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Já na UNEI Dom Bosco, foi emitido Relatório Multidisciplinar com objetivo de justificar a transferência do adolescente para uma unidade do interior, no qual consta:

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA

[...] vem provocando diversas alterações disciplinares e também tendo uma liderança negativa entre os demais internos e incentivando os adolescentes a promoverem alterações que desencadeiem pra motim;

Devido a algumas alterações disciplinares provocadas pelo interno anteriormente o mesmo fora indicado para ser submetido a uma Avaliação Psicológica e Neurológica;

Adolescente que demonstra atualmente um certo caráter de violência e sempre procura ‘enfrentar’ aos Agentes Socioeducadores;

Adolescente que constantemente é sancionado pela Chefia de Disciplina e Direção da Unidade. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

O sujeito-alvo-objeto de violência institucional, em seus diferentes modos de exercício de poder, ao não se submeter, existe, quando resiste.

Por ocasião de aplicação de nova medida socioeducativa dois anos depois, foi elaborado novo PIA, tendo sido relatado pelo profissional de psicologia:

No primeiro atendimento de caráter Psicológico o adolescente em tela demonstrava claros indícios que tenha sofrido agressões físicas, apresentando vários hematomas pelo rosto e declara que as marcas foram realizadas pelos Agentes Plantonistas da UNEI Provisória Novo Caminho e que as mesmas foram feitas no domingo anterior de sua entrada nesta Unidade Educacional e por estes motivos o Ministério Público Estadual está realizando as devidas e necessárias apurações. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Em Relatório Multidisciplinar de Acompanhamento do PIA, o psicólogo afirma que:

Reiteradamente [Juninho] foi cientificado do binômio Causa X Consequência, portanto, obteve as orientações pertinentes no decurso da Medida Socioeducativa aplicada. O reeducando cumpre Medida Socioeducativa há algum tempo, período esse permeado de evasões e comportamentos adversos. No entanto [Juninho] já apresenta formação

psicossocial estruturada, ou seja, desenvolvimento fisiológico maturado, bem como já alcançou a maioridade civil.

Dessa feita observa-se que a Medida Socioeducativa não tem mais a contribuir, sendo portanto desnecessária sua postergação. Desde o mês de janeiro do corrente ano, o reeducando tem se esforçado para manter conduta favorável, estudando e mantendo constância positiva no comportamento em sala, o que anteriormente não era observado.

Em suma torna-se contraproducente a permanência da Medida Socioeducativa, uma vez que o jovem depende agora de sua capacidade individual para transformar ou não sua vida e a de seus familiares. A maior parte de sua adolescência passou às voltas com as Medidas Socioeducativas, uma vez que já conta com mais de dois anos efetivamente internado, não se configurando mais, no caso mencionado, o caráter pedagógico, intrínseco às Medidas Socioeducativas, há constar o prazo longo que se encontra restringido de sua liberdade. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Em outro Relatório Multidisciplinar de acompanhamento do PIA, apresenta-se o seguinte relato:

[Juninho] cumpre a Medida Socioeducativa há um tempo considerável, e esse é um momento em sua vida que a formação psicossocial já está estruturada. Portanto a Medida Socioeducativa não tem mais a contribuir, sendo desnecessária sua postergação.

No ano passado – 2016 – o reeducando se esforçou para manter bom comportamento, estudando e com constância positiva em seu comportamento dentro da unidade, o que anteriormente não era observado.

[Juninho] depende de agora para frente, da própria capacidade individual em sobrelevar-se frente as adversidades, uma vez que a fase de adolescência se conclui e se inicia a fase adulta de sua vida.

Com base no exposto Juninho tem conseguido cumprir as metas do PIA, já teve participação no Projeto Domingo em casa, seguiu as regras estabelecidas e respeitou o acordo com essa instituição, sendo assim pode-se fazer uma avaliação positiva de sua participação no acima mencionado, bem como, o comprometimento dos familiares que propiciaram sua inclusão no Projeto Domingo em Casa, pois a participação dos familiares é preponderante para a concretização do benefício. O que ratifica o cumprimento da Medida Socioeducativa por parte de [Juninho]. (COLEÇÃO VIVÊNCIAS, 2019e).

Os registros transcritos de relatórios do jovem Juninho mostram apenas uma parte do extenso volume de saberes produzidos sobre indivíduos que passam pela privação de liberdade. Os registros apresentados mostram uma perspectiva dos saberes psi referenciados em padrões de normalidade/anormalidade e vinculados a um modelo desenvolvimentista, cujas intervenções, por meio de orientações, produzem verdades a partir do sujeito. Com um modelo de intervenção com objetivo corretivo, estabelecido para um determinado tipo de sujeito.

É curioso que os momentos das passagens de Juninho por instituições trazem relatos dos diferentes olhares dos profissionais que o acompanharam. A questão da deficiência

mental permaneceu na infância, juntamente com um modo de ser influenciável; tornou-se uma liderança negativa entre os adolescentes, quando novamente sua saúde mental foi questionada. Sofreu violência institucional, devidamente verificada e relatada. Após longo período de internamento, o jovem é apresentado com suficiente maturação por entrar na fase adulta, visível no esforço em cumprir com as pactuações seu PIA e, contando com o comprometimento familiar, considera-se que a medida socioeducativa foi cumprida.

Observa-se, no entanto, as manifestações de resistência de Juninho às vivências e condições adversas a que foi submetido. Relatadas como condutas negativas, são potências, na medida em que expressam uma força de resistência, uma luta para viver e não se deixar morrer.

As tecnologias desenvolvidas e efetivadas nas práticas psi, com os instrumentos de trabalho, entrevistas, atendimentos e os relatórios, como produto, marcam o lugar do profissional psicólogo em uma posição de poder, na medida em que atua sobre os corpos, os adolescentes tornam-se objeto de saber. Nos seus dizeres, os saberes sobre ele próprio, que lhes são redirecionados, tornando-se vítima da verdade que produz (FOUCAULT, 2006). Mas o que está em jogo é o exercício de poder que a verdade produz - o assujeitamento - expressa nos relatórios psi, quando o jovem submete sua conduta às normas e valores morais e sociais, quando se considera que ele cumpriu a medida socioeducativa.

Assim, na produção de saberes sobre os indivíduos a condição do exercício de poder no ajuste e na regulação de condutas - inclusa a problemática da segurança - o que permeia todos os espaços institucionais e a própria relação com o judiciário, como peças de um dispositivo, onde:

[...] o poder disciplinar é individualizante porque ajusta a função-sujeito à singularidade somática por intermédio de um sistema de vigilância escrita ou por um sistema de panoptismo pangráfico que projeta atrás da singularidade somática, como seu prolongamento ou como seu começo, um núcleo de virtualidades, uma psique, e que estabelece além disso a norma como princípio de divisão e a normalização como prescrição universal para todos esses indivíduos assim constituídos. (FOUCAULT, 2006, p. 69).

Como isso se produz, é visível nos documentos analisados, na perspectiva do exame, com referência a uma normatividade e a intervenção corretiva, mas não somente, sobre os jovens atendidos mostra-se como um molde do atendimento socioeducativo realizado:

Foucault provoca importantes deslocamentos no modo de entender a psicologia, ao situá-la como 'uma forma cultural' relacionada a 'um certo programa normativo'. É também no âmbito da cultura que Foucault situa a norma, como algo que não diz respeito ao natural, mas ao construído pelos

saberes, ‘portadora de pretensão ao poder’. Ela funda e legitima certos exercícios de poder, onde podemos situar o poder de falar sobre, intervir sobre, conhecer. O estabelecimento da norma passa a equivaler sobre a ordem e a desordem. Ela integra e define o normal e o anormal, e a partir disso a perspectiva de gerenciamento destes. (HUNNING; GUARESCHI, 2014, p. 172-173).

Para além das tecnologias disciplinares, e através delas, a psicologia está implicada com certa produção de verdades. Considerando os percursos destes jovens, reproduzidos nos fragmentos biográficos apresentados, é possível visualizar que:

Os mesmos discursos que intervêm são os que constituem os alvos de sua intervenção. São discursos normativos (voltados ao estabelecimento de normas) e normalizadores (porque operam no sentido de enquadrar dentro das regras de normalidade/anormalidade aqueles a quem se dirigem). Ao falar, afetamos/produzimos os sujeitos sobre quem falamos e a nós mesmos. Nessa medida, intervêm-se os transformando em sujeitos de determinados tipos, mudando seus modos de pensar sobre o mundo e sobre si. (HUNNING; GUARESCHI, 2014, p. 174).

Nesta perspectiva, a centralidade na família do adolescente, prevista na lei e que se efetiva nas práticas psi, é tida como fator preponderante para a dita ressocialização. E de fato o é, para o modo de funcionamento de uma sociedade de normalização, como mostram os relatórios quando a família não se enquadra em um modelo de como deve ser para produzir filhos dóceis e úteis à sociedade. A família é, nesta sociedade, estratégica para a vigilância e o controle do Estado. (FOUCAULT, 2008).

Além do que se diz, deve-se atentar que, nos relatórios analisados, há elementos não ditos e que estão ali, nas práticas, no ambiente institucional e nos corpos adolescentes, incluem/excluem o indivíduo em determinados códigos de condutas, produzem aprisionamentos.

Nos ditos explanados, observa-se como os saberes – e poderes – psi são parte do funcionamento da instituição, sendo a presença e a atuação da psicologia uma condição de possibilidade para a existência da privação da liberdade de adolescentes, prática social que se perpetua em defesa da sociedade.

Se os fatos da população obedecem a processos naturais, o papel do Estado terá como princípio fundamental respeitar estes processos. A intervenção da governamentalidade será limitada, “[...] mas no interior do campo delimitado, aparece um domínio de intervenções necessárias e possíveis, que se diferencia da intervenção regulamentar” (FOUCAULT, 2008, p. 474), onde está inclusa a psicologia.

3.1.5 O Sistema Pivete

Chamou-se, neste estudo, a descrição do interior dos blocos de alojamentos dos adolescentes da UNEI Dom Bosco de “Sistema Pivete”, termo de autoria anônima, tomado de uma inscrição na parede destes espaços. Lugares onde o socioeducativo toma as formas da situação irregular dos “menores”, e o Sistema Pivete exhibe outros saberes e poderes que circulam, possivelmente menos vistos, mas presentes e atuantes, previsíveis e devidamente controlados por uma forma de governo adjacente a uma razão de Estado. (FOUCAULT, 2008).

Neste tópico apresenta-se uma descrição dos espaços restritos dos alojamentos, onde utilizou-se fartamente o recurso das imagens com o objetivo de conduzir o leitor às percepções de estar do lado de dentro do denominado “Sistema Pivete”. As fotografias oferecem fragmentos selecionados desta realidade, em que as imagens produzidas são práticas criativas que articulam a disciplina à invenção. (VIDAL; ABDALA, 2005).

Os blocos de alojamentos onde permanecem os adolescentes são estruturas retangulares, com um longo corredor em que ficam situados os alojamentos de ambos os lados, com grades de ferro fechadas com cadeados. Cada alojamento é composto de três camas de concreto, tendo um compartimento onde há uma pia, um chuveiro e uma bacia turca.

Apesar de terem a mesma estrutura, os alojamentos são muito diferentes conforme seus ocupantes, o que se observa na forma de organização dos pertences pessoais, da arrumação das camas, ou na improvisação de cortinas para proporcionar privacidade no compartimento de higiene. As paredes chamam a atenção, podendo ser forradas com cobertores de estampas coloridas, ou com pinturas, desenhos e escritos, com alusões a questões religiosas e figuras que explicitam o envolvimento infracional e com facções criminosas.

Considerando que não é permitido desenhar nas paredes dos alojamentos, as imagens expressam subjetividades que circulam e que, constituindo-se de uma transgressão, consistem em um modo de resistência dos adolescentes.

A figura do palhaço é encontrada em paredes e em tatuagens nos adolescentes e é associada à ideia de matador de policiais, demarcando territórios – e forças - no pertencimento a uma facção criminosa, como mostram as Figuras 09 e 10.

Figura 09 - Ilustrações de autoria de adolescentes nas paredes de um alojamento



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergência e Retratos”, (2019a).

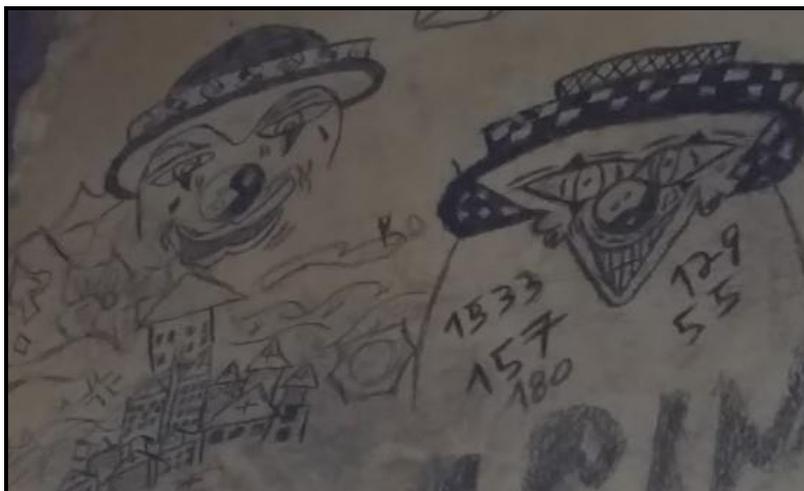
As imagens tornam os alojamentos lugares diferenciados pelos adolescentes, nas quais os conteúdos são expressivos das subjetividades que perpassam por estes espaços.

Figura 10 - Ilustrações de autoria de adolescentes nas paredes de um alojamento



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergência e Retratos”, (2019a).

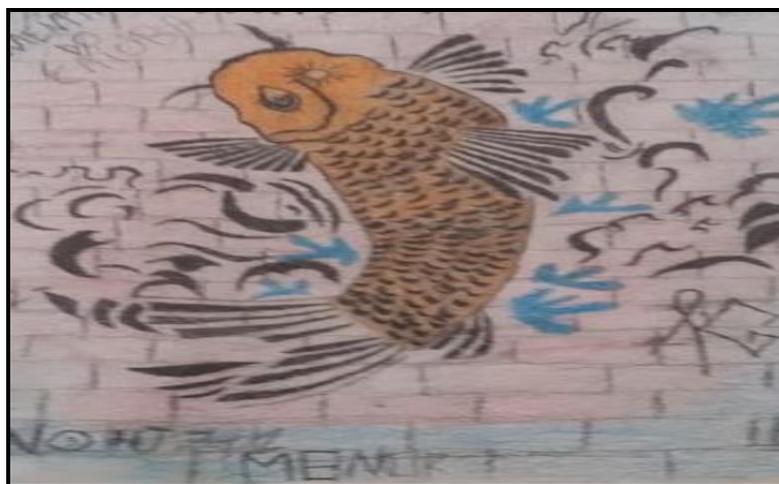
Figura 12 - Ilustração de autoria de adolescentes em um alojamento



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergência e Retratos”, (2019a)

A alusão ao termo ‘menor’ é encontrada nas paredes, como na Figura 13, a seguir, com o desenho da carpa com a cabeça para cima, que significa estar em ascensão na vida da criminalidade.

Figura 13 - Ilustração de autoria de adolescentes em um alojamento



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergência e Retratos”, (2019a)

Imagens e inscrições com alusão à religiosidade cristã estão presentes, apartadas ou integradas às referentes à criminalidade. A imagem seguinte, Figura 14, mostra um caminho marcado pelo nome de Jesus e outro, que leva à queda no precipício, com o fogo e os símbolos da facção denominada PCC.

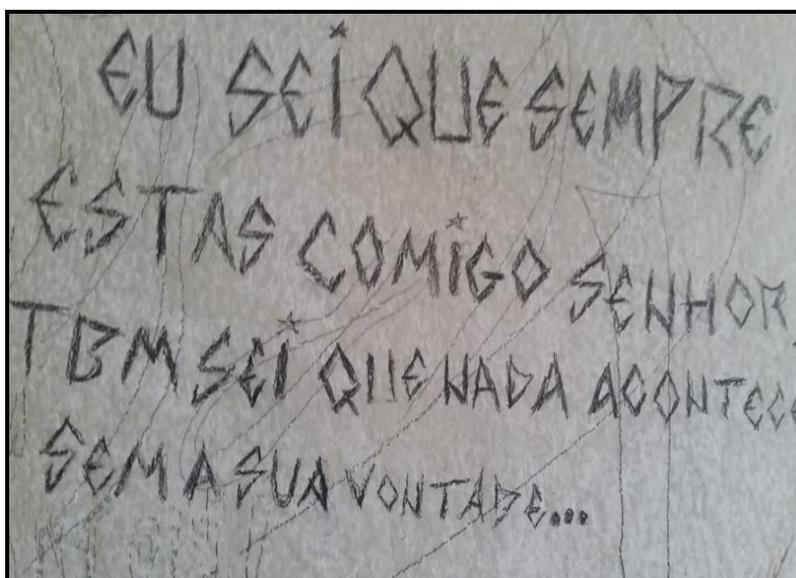
Figura 14 - Ilustração de autoria de adolescente em um alojamento



Fonte: Registro fotográfico no local, produzido pela autora – “Coleção Imergência e Retratos”, (2019a)

A inscrição na Figura 15: “Eu sei que sempre estas comigo senhor, tbm sei que nada acontece sem a sua vontade...” traz a concepção de destino, neste caso, aquele traçado por um deus, segundo a sua vontade.

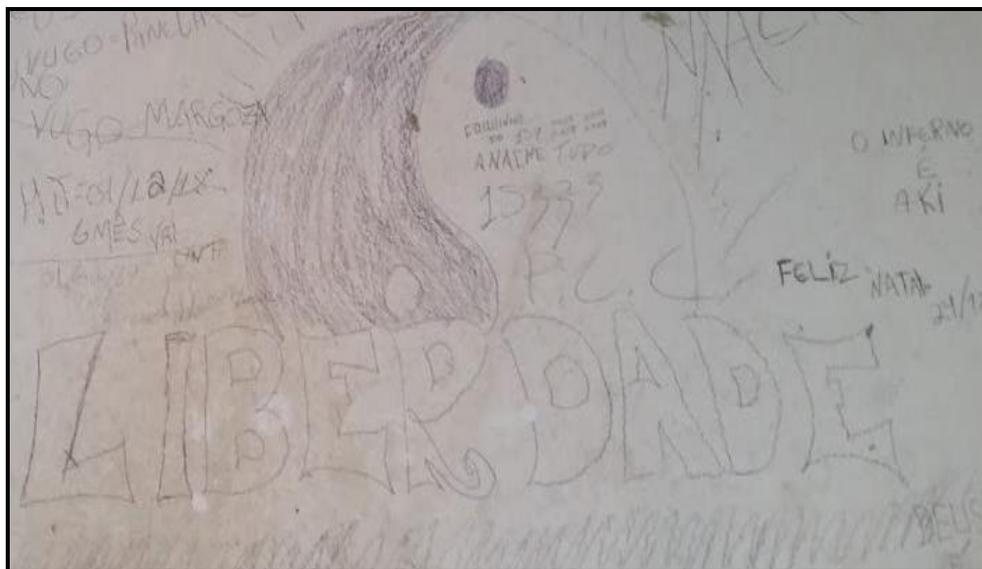
Figura 15 - Inscrição de autoria de adolescente em um alojamento



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergência e Retratos”, (2019a)

A liberdade almejada em letras grandes sob o símbolo *Yin yang*, aqui ligado à facção denominada PCC, ao lado da inscrição ‘O inferno é aki’, ‘Feliz natal’ e ‘Deus’, como mostra a Figura 16.

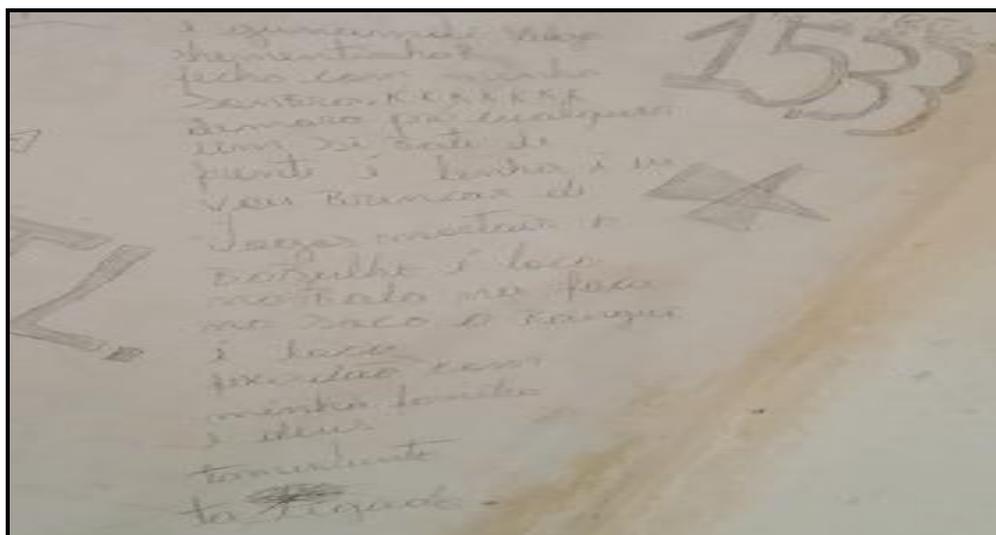
Figura 16 - Ilustração de autoria de adolescente em um alojamento



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergência e Retratos”, (2019a)

O poema inscrito em uma parede fala da realidade desta juventude de pivetetes, de menores: por entre as ruas, a família e um deus, a violência, a resistência, a marginalidade e a sujeição, não ao pacto social, mas à dita proteção e liberdade de uma facção ou de uma religião, que os capturam e aprisionam seus corpos e almas, como mostra a Figura 17.

Figura 12 - Ilustração de autoria de adolescente em um alojamento



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergência e Retratos”, (2019a)

Nas paredes do “sistema pivete” discursividades anunciam as opções para quem vivencia a medida socioeducativa de internação: o céu ou o inferno, ser bom ou mau, merecedor da salvação ou não.

Nas laterais dos blocos de alojamentos existem espaços, fechados por paredes/muros, com cobertura de tela, de modo que os adolescentes tenham acesso à luz solar, os denominados solários, como mostra a Figura 18.

Figura 18 - Espaço denominado solário, no lado externo de um bloco de alojamentos



Fonte: Registro fotográfico no local produzido na pesquisa – “Coleção Imergência e Retratos”, (2019a)

O solário é parte dos blocos de alojamentos, mas é externo, sendo as paredes mantidas sem inscrições ou figuras. O Sistema Pivete se mostra no interior dos alojamentos, mas não se limita a estes espaços.

Pode-se observar que, neste jogo de forças, as pessoas, em sua singularidade, criam modos de resistência.

[...] crianças e jovens, através de diferentes ações, vêm afirmando outras formas de funcionamento e de organização, que fogem aos pré-estabelecidos. Essa população pobre e marginalizada cria e inventa outros mecanismos de sobrevivência e de luta, resistindo teimosamente às exclusões e destruições que vivenciam diariamente em seu cotidiano e conseguindo, muitas vezes, escapar ao destino traçado pela lógica do capital e entendido como inexorável e imutável. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p. 9).

As discursividades e não discursividades encontradas no Sistema Pivete são modos de resistência à opressão das exigências de correção, adequação, assujeitamento. Com arranjos mais elaborados, organizações, com suas normas, seus códigos de conduta,

hierarquia, apresentam-se como alternativas para os jovens internos, vistas como uma possibilidade de libertação, constituem-se de forças que capturam e aprisionam, como a religião e a criminalidade.

Finaliza-se esta narrativa, que objetivou descrever aspectos estruturais e do modo de funcionamento da medida socioeducativa de internação, a partir da UNEI Dom Bosco, em suas discursividades e não discursividades, e apreender elementos do jogo de forças institucional. Nesta edificação, efetiva-se uma rotina onde, na condição da privação de liberdade, adolescentes acessam à escola, cuidados médicos e odontológicos, psicológicos e de assistência social. Além disso, com vistas ao mercado de trabalho, além da escolarização, a possibilidade de educação profissional, com a inclusão em curso, ou o aprendizado de algumas habilidades para geração de renda, na manutenção de horta ou nas oficinas de arteeducação, com a produção de artesanato.

Em toda a estrutura da instituição, aparecem marcas do jogo de forças atuantes que são sociais e políticas. No movimento – e no enfrentamento - destas forças, saberes e poderes circulam, e se mantém o jogo entre o punitivo e o pedagógico do dispositivo “sócio” “educativo”, que incide sobre corpos individuais, mas que se constitui como um instrumento da governamentalidade, em defesa da – e na - sociedade.

3.2 Destinos

*Não é filme de ficção, não, é realidade e rancor
 Quantas famílias da quebrada ofuscada pela dor
 Saudades que consome
 Várias percas irreparáveis
 Nada que se vai com o vento, mano, o banguê é sem massagem
 Eu te pergunto será que ainda dá pra cultivar a semente do amor
 Sem rega lá na incerteza
 Muitos se matando por motivos fúteis
 Drogas calibre e grana
 A sete palmas não tem fama
 Eu questiono Sr,
 Amor e só,
 Amor ou pó
 Amar o próximo é difícil...*

LA FIRMA ZN CLÃ

Pensar em destinos, após os caminhos percorridos até aqui, pelos quais jovens passam até chegar, na condição de egressos do sistema socioeducativo, a certos lugares, conduz a compreendê-los como efeitos desta realidade tão controversa, que parece ficção, como versa *La Firma ZN Clã*, e que é parte de um modo de governar.

Nesta perspectiva, com o objetivo de buscar elementos que possam subsidiar o estudo no que se refere à vida destes jovens após a vivência da privação de liberdade, este tópico apresenta dados produzidos na pesquisa sobre alguns destinos de jovens que cumpriram medida socioeducativa na UNEI Dom Bosco.

Para isso, ao se considerar o estudo do dispositivo socioeducativo fez-se necessário dirigir um olhar a quem ele se destina: adolescentes que são feitos alvos de suas práticas ao longo de suas vidas. Um processo que remete à noção de menoridade e da denominada situação irregular, fundantes nos códigos dos menores brasileiros, que trazem no bojo estas práticas sociais com uma infantoadolescência governada.

Portanto, como explica o Foucault (2014, p. 297): “A criminalidade não nasce nas margens e por efeito de exílio sucessivos, mas graças a inserções cada vez mais rigorosas, debaixo das vigilâncias cada vez mais insistentes, por uma acumulação de coerções disciplinares”. A unidade socioeducativa é um elemento desta frágua que dá continuidade ao processo.

A institucionalização como forma punitiva faz parte da defesa onipresente desta sociedade de vigilância e controle na qual este processo de menorização tem continuidade naqueles que chegam à instituição que, pelos arranjos do socioeducativo, tornam o poder de punir natural e legítimo. Arranjos que não se iniciam na instituição, mas no próprio corpo social, sobre os quais se instala uma suposta demanda. Assim, não se trata de uma instituição criada para punir, mas de um grau mais elevado da intensidade de um mecanismo disciplinar, de uma arte de governar (FOUCAULT, 2010b), onde diferentes modos de investimento geram efeitos individualizantes de normalização e digressão às normas. Deste modo,

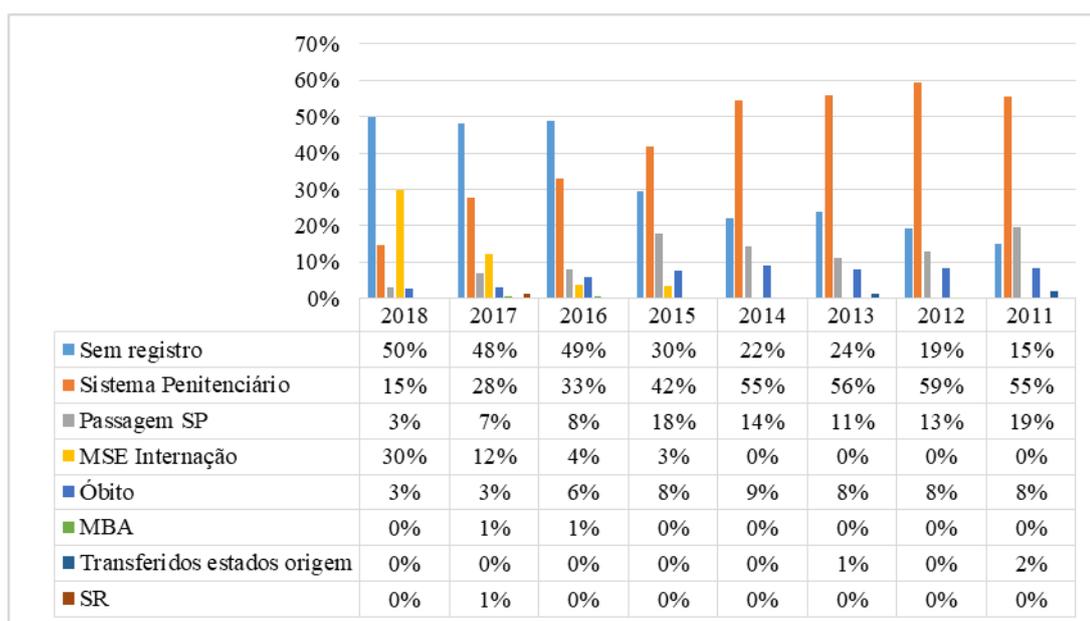
[...] ao mergulhar no universo das diferentes configurações grupais em seus ambientes explicita-se um conjunto de práticas sociais como intermediações individuais num determinado coletivo, com menor ou maior grau de participação; mesmo assim fica demarcada uma identidade que será coletiva, logo, institucional. (OSÓRIO, 2010, p. 122).

Na perspectiva de que a privação da liberdade é uma vivência em suas vidas e de que existe uma história anterior que inclui experiências que fazem parte do jogo em que são forçados seus destinos. E, ao saírem da internação, há um depois, onde sob o título de

egressos, retornam aos embates sociais em suas comunidades, no município em que vivem. A condição de egresso congrega as marcas – constituintes destes sujeitos - das vivências na internação, a qual carrega características do sistema penitenciário, onde se adentra a docilidade e se fabrica a delinquência com os mesmos mecanismos. (FOUCAULT, 2010b).

A partir do SIGO referentes aos jovens que cumpriram medida socioeducativa privativa de liberdade na UNEI Dom Bosco durante os anos de 2011 a 2018, buscou-se identificar a situação em que se encontravam no período em que foram realizadas as consultas ao sistema: do mês de novembro/2018 a junho/2019. Foram registradas as seguintes situações: sem informação; Sistema Penitenciário; passagem pelo Sistema Penitenciário; Medida Socioeducativa de Internação; óbito; Mandado de Busca e Apreensão; Transferência estado de origem; sem referência. Os achados encontram-se dispostos no Gráfico 05, a seguir.

Gráfico 05 - Situação de jovens egressos da UNEI Dom Bosco que cumpriram medida socioeducativa nos anos de 2011 a 2018 no período consultado (novembro/2018 a junho/2019)



Fonte: Dados produzidos na pesquisa a partir do Sistema SIGO – “Coleção Destinos”, (2019f).

Para analisar estes dados, é preciso destacar a questão do tempo decorrido entre o ano de referência da internação e a data da pesquisa, já que a situação atual refere-se à data da pesquisa no sistema. Isso implica numa redução gradual de tempo na condição de egresso. Por exemplo, o tempo decorrido do ano de 2011 até 2019 é de 8 anos, de 2012 a 2019 é de 7 anos e assim por diante. Logo, os indivíduos que estavam internos no ano de 2018 têm menos tempo como egresso em relação aos jovens dos anos anteriores. Isso implica que o gráfico

pode dar uma impressão equivocada, se for desconsiderada a questão do tempo decorrido entre o ano da internação e o ano da pesquisa.

Esclarecida esta questão, pode-se observar no Gráfico 05 um aumento nos percentuais de indivíduos aprisionados ou com passagem no sistema prisional em relação ao tempo decorrido, relacionado também com a idade adulta. Por outro lado, a partir de 2015 são visualizados registros crescentes de jovens em cumprimento de medida socioeducativa nos anos mais próximos de 2019 (observar que não foram consideradas outras passagens pelo sistema socioeducativo). Os dados mostram ainda uma redução no número de óbitos dos sujeitos deste estudo, porém, mais uma vez é preciso considerar o tempo como uma variável importante neste estudo.

Portanto, os achados indicam uma tendência dos indivíduos a repetirem a situação do aprisionamento em suas trajetórias após a vivência no sistema socioeducativo. Observa-se que estes dados expostos no Gráfico 05 apresentam um recorte da temática, indicando pistas para novas trilhas a serem exploradas.

Depreende-se que, considerada a instituição parte de um dispositivo que produz delinquência, cumpre uma funcionalidade de regulação, que tem como efeito uma certa juventude com destinos preconizados.

*A violência nos acerta muita antes de sangrar
Ceifaram dois, a morte flerta, notícia acaba de chegar
Em cada rua dessa quebrada, já vi um defunto,
Se não gostou, adianta a faixa, eu vou pensar nesse assunto
Nova Lima, mil pecados, lado norte, Campo Grande
Não se ilude com as ruas de bairro, o perigo é constante
As lojinha à milhão, tem farmácia em várias quina
Não é o Rio, aqui é Campão e os menorzin tá na estiga
Engarupado na Titan, com o três janelas na cintura,
Trombo o leviatã e mais três demônios na viatura
Nem chegou aos quinze
Sonhando em ser do quinze
Ter droga, muita grana, vários pente e um AR-15
A mãe soca o peito do filho morto no chão
Zé povinho ri do feito e aplaude a situação
Pic terra do nunca tudo pode acontecer
Desavença, guerra, usura, gera corpos no rolê
Quantos cria viraram sorriso estampado em peita
O ódio e a maldade viralizaram, essa porra já é uma seita
A coroa jamais se cura, seu filho olha suas fotos
Atrás de uma curva tua
A lágrima distorce o foco
Como era o meu velho
Vó, senta aqui e me fala
Peçonha de escaravelho
O ódio mutila a alma
Sem saída o banguê banguê
E muito mais que uma vingança,
Desce outra dose de sangue
E dois tragos dessa bagana
Progresso pra ninguém
Matar nunca será vitória
O Nova Lima é mil pecados e a paz é minha única proposta...*

LA-FIRMA ZN CLÃ

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta de paz, trazida nos versos de La-Firma ZN Clã, vem carregada de anseios provocados pelas vivências cotidianas de pessoas de um bairro de Campo Grande. Versos fortes, que se encontraram com este estudo nos jovens de quem se fala: uma certa juventude, que tem, na vida, a forja da sua morte política.

Examinar esta frágua consistiu este estudo, o qual foi realizado em um campo descritivo e analítico, a partir das estratégias adotadas sobre as práticas sociais vislumbradas *in loco*, em suas discursividades e não discursividades. Com inspiração nos estudos foucaultianos, a partir da sociedade disciplinar e de controle, dirigiu-se olhares para a instituição, descentrando-a, o que possibilitou a emergência de determinados conteúdos e o reconhecimento de possibilidades outras, para além da ação – ou omissão – do estado, mas um governo das vidas, que tem, no âmbito institucional, um instrumento. Esta perspectiva conduziu a outros fios que compõem esta trama, no corpo social.

Ante o exposto, este estudo teve como objetivo investigar os caminhos pelos quais uma parcela da infantoadolescência é conduzida a um processo de minorização que converge para a delinquência, a partir da Unidade Educacional de Internação Masculina (UNEI) Dom Bosco, localizada no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, escolhida como *locus* deste processo investigativo

Problematizar a instituição que recebe os adolescentes para o cumprimento de medida socioeducativa de internação consistiu em desvencilhar-se das verdades prescritas e explorar outras (im)possibilidades, para além de uma lógica desenvolvimentista da própria adolescência e de uma socioeducação institucional, mas sobretudo, acerca das condições a que são submetidos estes jovens ao longo da vida, como uma forma de intervenção do Estado.

Assim, as perspectivas e inquietações suscitadas pelas problematizações - Que percursos conduzem adolescentes para a instituição socioeducativa? Como se efetivam as práticas institucionais em uma unidade de internação? Como a medida socioeducativa (re)produz o destino destes adolescentes? - nortearam as tentativas de compreender, a operacionalidade da medida de internação, e ainda como tais práticas se refletem nas trajetórias dos jovens que atravessam tais caminhos, considerados seus destinos, cujas reflexões possibilitaram a tessitura de algumas reflexões.

No estado de Mato Grosso do Sul, o aparato socioeducativo estruturou-se a partir do sistema penitenciário, no rastro da divisão do estado, em um cenário de desigualdades sociais. A extensa fronteira seca com países como a Bolívia e o Paraguai, ofereceu uma posição estratégica favorável para a formação e o crescimento de organizações ligadas ao tráfico de mercadorias ilegais como drogas e armas. Observou-se elementos que apontam para uma relação positiva do crescimento do narcotráfico e da presença de facções criminosas com a estruturação do sistema socioeducativo estadual e a internação de adolescentes.

A internação é uma medida legitimada no âmbito do discurso protetivo e garantista dos direitos da infantoadolescência e adotada nos marcos regulatórios vigentes, que incorpora a vivência do aprisionamento nas trajetórias de adolescentes que romperam com os limiares das normas sociais e culturais.

Neste estudo, foi possível visualizar como os jovens sujeitos deste estudo são conduzidos à privação de liberdade. Seus destinos são forjados nos percursos de uma infantoadolescência governada, que se constitui segundo as normatividades de uma razão de Estado voltada para a regulação dos fenômenos da população, sendo natural – e, portanto, prevista – a formação de nichos marginais de indivíduos “delinquentes”. Na instituição socioeducativa é possível identificar-se um dispositivo que, por meio das disciplinas, constitui-se em um local de intervenções políticas reguladoras pontuais com os referidos sujeitos.

A punição com a privação da liberdade, tornada medida socioeducativa de internação para adolescentes, toma formas educativas quando se afirma como sancionatória e pedagógica, aspectos necessários para o bom adestramento, característica de uma sociedade disciplinar.

A diversidade de vivências materializa-se a partir de uma rotina diária institucional, cenário da aplicação das técnicas disciplinares que caracterizam o seu funcionamento, como a organização do tempo, a distribuição dos espaços, a correção das condutas, do modo de falar, de andar, no sentido de se produzir “indivíduos com bom comportamento”. Referência a uma normatividade que deve ser atingida, ao menos durante o período de cumprimento da medida privativa de liberdade.

A rotina a ser cumprida pelos adolescentes inclui cuidados médicos, odontológicos, psicossociais, os quais carregam uma perspectiva higienista, estratégica para um modo de governar a população. Na escolarização, o direito os alcança na obrigatoriedade de estudar, em uma escola singular, cercada por telas, efetivamente aprisionada, dentro da instituição de privação de liberdade. A psicologia, submersa nas relações que compõem o dispositivo,

mostra sua funcionalidade, no campo de produção de saberes e exercício de poder, com a (re)produção de verdades que incidem sobre a constituição subjetiva dos adolescentes. Conformer as condutas para ser um adolescente como se deve ser, manter bom comportamento, acatar as regras e normas, cumprir com o PIA, ser disciplinado e obediente.

Nos interditos, a rotina diária é um meio para as práticas sociais que encontram no discurso socioeducativo a legitimação da privação da liberdade como punição, com as mazelas dos poderes que lhes são inerentes. Em suas formas mais sutis, ou nas formas reconhecidas como violência institucional ou ainda, pela ação de organizações religiosas e facções criminosas. Por diferentes modos, os sujeitos são capturados. O sistema pivete resiste, com seus saberes e poderes, que também circulam.

Os trabalhadores das unidades socioeducativas desempenham funções táticas, necessárias às estratégias de uma arte de governar. Capturados pelos discursos que sustentam o dispositivo, socioeducadores desempenham seus papéis, em um cenário punitivo/pedagógico, constituído de uma cultura carcerária.

Os insuficientes investimentos que se mostram nas estruturas inadequadas e desgastadas, na escassez de servidores, na falta de formação continuada e de recursos materiais, são táticas de governo que mostram que não se trata de produzir condições para uma nova inserção sociofamiliar para todos jovens, mas de provocar a sua submissão e produzir o assujeitamento, como intervenção sobre a vida ou simplesmente deixar morrer.

A tendência ao aprisionamento de jovens que passaram pela medida socioeducativa de internação ao longo do tempo, aponta para uma demarcação da delinquência como destino, um efeito do modo de funcionamento do sistema de poder de uma sociedade disciplinar e de controle. Assim, é possível apreender as funcionalidades da instituição socioeducativa, ao se observá-la na perspectiva da racionalidade de um governo de Estado, com vistas à população.

Assim, o presente estudo converge para a finalidade de subsidiar – e suscitar - reflexões que provoquem para um diálogo disruptivo com as práticas efetivas da socioeducação enquanto dispositivo, a partir de seus ditos e interditos, que poderão contribuir para reflexões críticas acerca das políticas voltadas para crianças e adolescentes na atualidade.

REFERÊNCIAS

AGENTES DAS UNEIS entram em operação padrão na capital. **Campograndenews**. Campo Grande, MS, 04 fev. 2009. Disponível em:

<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/agentes-das-uneis-entram-em-operacao-padrao-na-capital-02-04-2009>>. Acesso em: 17 out. 2018.

A ROTA DA FÉ NAS UNEIS. Cidade Alerta MS. Campo Grande, MS, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FXNgBlgVhB4&t=183s>> Acesso em: 20 abr. 2019.

AUGUSTO, Acácio. Governando crianças e jovens: escola, drogas e violência. *In: Michel Foucault: o governo da Infância*. Haroldo de Rezende (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 12 out. 2017 e 12 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República Brasília, DF, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. MDS. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Programa justiça ao jovem. Relatórios de inspeção. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Brasília, 2011. Disponível em: <<http://cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/programa-justica-ao-jovem>>. Acesso em: 30 Jun. 2016.

BRASIL, 2012. Lei Nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em: 18 Jul. 2018.

BRASIL. **Relatório de Visita a Unidades de privação de Liberdade do Mato Grosso do Sul** - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Brasília: SDH, 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/sistema-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-snpct/mecanismo/file..2016-11-01.7083488762>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. **Ensino fundamental de nove anos: passo a passo do processo de implantação.** Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=700-passoapasso9anos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo:** marcos normativos nacionais e internacionais. [Cláudio Augusto Vieira da Silva, coord.]. Brasília: UnB, CEAG, 2016.

CAPES. Portal de Periódicos CAPES/MEC. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2018 e 13 fev. 2019.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2016.

CASTRO, Ana Luiza de Souza e GUARESCHI, Pedrinho. Da Privação da Dignidade Social à Privação da Liberdade Individual. *In: Psicologia & Sociedade*. p. 207-208. Porto Alegre: PUC, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a07v20n2.pdf> >. Acesso em: 13 out. 2018.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: O Mito das Classes Perigosas** – Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos da segurança pública. Niterói, RJ: Intertexto, 2001.

COIMBRA, Cecília e NASCIMENTO, Maria Lívia do. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? *In: Direitos Humanos não tem idade*. CEDECA/São Martinho, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>>. Acesso em: 13 Out. 2018.

CRUZ, Lílian; HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *In: Psicologia & Sociedade*. p. 42-49. Porto Alegre, v. 17, n. 3. Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2018.

DEL PRIORE, M. e VENANCIO, R. **Uma Breve História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2016.

EGAMIs: Realidade Necessária. Jornal da Praça. Ponta Porã, 08 Jun. 1990. *In: FREITAS, Sandra Maria Luiz. Reavivando Memórias das Medidas Socioeducativas privativas e restritiva da liberdade em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/MS, 2018. (No prelo).

FERRERI, Marcelo de Almeida. **Psicologia e direitos da infância:** esboço para uma história recente da profissão no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

FERREIRA NETO, João Leite. Pesquisa e Metodologia em Michel Foucault. *In: Psicologia: Teoria e Pesquisa*, jul./set. 2015, v. 31, n. 3, pp. 411-420. Pontifícia Universidade Católica de Minas. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-377220150321914100420>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. **O Poder Psiquiátrico**. Curso no Collège de France (1973-1974). [Trad. Eduardo Brandão]. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). [Trad. Eduardo Brandão]. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O Cuidado com a Verdade. 1984. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política**. [Trad. de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa]. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p. 240-251

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). [Trad. Eduardo Brandão]. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010b. (Coleção Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). [Trad. Maria Ermantina Galvão]. 2. ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010c. (Coleção Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. [Trad. Raquel Ramalhete]. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. [Trad. Luiz Felipe Baeta Neves]. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FREITAS, S. M. L. **Reavivando Memórias das Medidas Socioeducativas privativas e restritiva da liberdade em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS, 2018. (No prelo).

GONÇALVES, Rosângela Teixeira. Entre o mundão e a Casa: A passagem pelo Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa) e a aproximação aos códigos e procedimentos do sistema prisional. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 01 Dez

2017, v. 10, n. 3, pp. 449-478. Disponível em: <<https://doaj.org/article/e439e70fc5294781b508648904efe132?frbrVersion=2>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

GOOGLE EARTH-MAPS. **Imagem aérea da Unei Dom Bosco**. Imagem de Satélite. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Unei+Dom+Bosco/@-20.4725092,-54.3906044,472m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x948693aac28d19db:0x6b44f83c96d623f1!8m2!3d-20.4724274!4d-54.3885382>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

HUNNING, Simone M.; GUARESCHI, Neuza M. de F. **Efeito Foucault**: desacomodar a psicologia. *In: GUARESCHI, N. M. F.; HUNNING, S. M.; FERREIRA, A. A. L.F. [et al.]*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 159-182.

LA-FIRMA ZN CLÃ. **Nova Lima, Mil Pecados**. Campo Grande, 7 de jan de 2017. Videoclipe. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=wA3sDhmmmy3c&feature=share>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015. p. 7-34.

MANSO, Bruno P.; DIAS, Camila N. **A guerra – A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018,

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Governo: Mato Grosso do Sul Ação para o Desenvolvimento – 1983-1987**. Campo Grande, MS, 1983.

MATO GROSSO DO SUL. OF/GOV/MS/Nº 181/84 de 16 abr. 1984: Diretrizes da Ação do Governo 1983-1986. Campo Grande, MS, 1984.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto Estadual Nº 3.531, de 03 de abril de 1986. Reorganiza a estrutura básica do Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**, n. 1789, Campo Grande, MS, 14 fev. 1986, parte 1, p. 4-5.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Estadual Nº 702, de 12 de março de 1987. Altera a estrutura básica da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**, n. 2023, Campo Grande, MS, 13 mar. 1987, p. 1-5.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto Nº 5.921, de 03 de junho de 1991. Dispõe sobre a estrutura básica e funcionamento da Secretaria de Estado de Justiça e Trabalho e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**, n. 3064, Campo Grande, MS, 04 jun. 1991, p. 9-10.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto Nº 9.775, de 21 de Janeiro de 2000. Altera dispositivos do Decreto nº 9.383, de 17 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a estrutura administrativa e a composição de cargos e funções da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**, n. 1756, Campo Grande, MS, 14 fev. 2000, p. 1.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto Nº 10.195, de 04 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a competência e aprova a estrutura básica da Secretaria de Estado de Assistência Social, Cidadania e Trabalho e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**, n. 5421, Campo Grande, MS, 05 jan. 2001, p. 11-13.

MATO GROSSO DO SUL. Assembleia Legislativa. **Página Institucional**. 2008. Disponível em: <http://www.al.ms.gov.br/Noticias/54560/ministerio-publico-vai-exigir-melhorias-em-uneis>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto Nº 12.710, de 09 de fevereiro de 2009. Cria a Superintendência de Assistência Socioeducativa no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**, n. 7398, Campo Grande, MS, 10 fev. 2009, p. 1-4.

MATO GROSSO DO SUL. **Atendimento Psicossocial e Atenção à Saúde – Guia Prático de Procedimentos**. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Superintendência de Assistência Socioeducativa. (Documento Institucional) 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Resolução nº 495 de 08 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre o ingresso de religiosos nas Unidades Educacionais de Internação subordinadas a Superintendência de Assistência Socioeducativa, e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul** nº. 7.645. p. 3.

MATO GROSSO DO SUL. Resolução SEJUSP/MS nº 592 de 04 de abril de 2012. Dispõe sobre a criação da Comissão Multidisciplinar nas unidades socioeducativas privativas e restritivas de liberdade e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul** nº 8169. Campo Grande, MS. 2012a.

MATO GROSSO DO SUL. Resolução SEJUSP/MS nº 617 de 20 de julho de 2012. Altera e acrescenta dispositivos à Resolução/SEJUSP/MS/nº 592, de 04 de abril de 2012, e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul** nº 8237. Campo Grande, MS. p. 10. 2012b

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 11.551 16 de fevereiro de 2004. Dispõe sobre a criação da Escola Estadual Pólo Evanilda Maria Neres Cavassa. *In*: FREITAS, S. M. L. **Reavivando Memórias das Medidas Socioeducativas privativas e restritiva da liberdade em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS, 2018. (No prelo).

MATO GROSSO DO SUL. Pesquisa nas unidades educacionais de internação provisória, semiliberdade e internação. [Documento institucional]. Superintendência de Assistência Socioeducativa. Campo Grande, 2015.

MATO GROSSO DO SUL. Projeto Pedagógico do Curso AJA-UNEI/MS (PPA). [Documento institucional]. Campo Grande, 2016.

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Político Pedagógico 2018**. Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande, 2018a. Disponível em: <<http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/ProjetoPoliticoPedagogico/Visualizar.aspx?PPPID=aevxmb1h7ko=>>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo de Mato Grosso do Sul. [Documento institucional]. Campo Grande, 2018b.

MATO GROSSO DO SUL. Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO). Disponível somente a pessoas autorizadas em: <<http://www.sigo.ms.gov.br/sigoFrames.htm>>. Acessos em: 18 set. 2018; 18 nov. 2018; 14-15 Dez. 2018; 08-25 Jun. 2019.

MENDEZ, Emílio Garcia; COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Das Necessidades aos Direitos**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1994.

MILANI, Janaína Ohlweiler. **A educação escolar como medida socioeducativa de adolescentes em conflito com a lei: uma arqueogenealogia de suas condições de possibilidade**. 2018. 124 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

MONTEIRO, S. G. O PIA no contexto do atendimento socioeducativo em Mato Grosso do Sul. *In*: ADIMARI, F., PAES, P. e COSTA, R. P. (Orgs.). **Formação Continuada de Socioeducadores**. PIA – Plano Individual de Atendimento. Caderno 4. P.148-155 Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.

MONTEIRO, S. G.; OSÓRIO, A. C. do N. A socioeducação no estado de Mato Grosso do Sul. *In: Antônio Carlos do Nascimento Osório (Org.). Sujeitos e Instituições: pensando em Michel Foucault.* p. 171-189. MS. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2019.

NARDI, Fernanda Ludke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Trajetória de adolescentes em conflito com a lei após cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado. *Psico*, 01 jan. 2014, v. 45, n. 4, pp. 541-550. Disponível em: <<https://doaj.org/article/123c4a52f5b84e9abc4167558a9905d4>>. Acesso em: 18 Out. 2017.

NASCIMENTO, Maria Lívia. Proteção à Infância e à Adolescência nas Tramas da Biopolítica. *In: Haroldo de Rezende (Org.). Michel Foucault: o governo da Infância.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

NUNES, M. Dinâmicas Transfronteiriças e o Avanço da Violência na Fronteira Sul-Mato-Grossense. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, IPEA, n. 16; jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/170531_bru_16_ensaio03.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

OLIC, Maurício Bacic. Entre os Dispositivos e as Disposições. *Ponto Urbe [online]* Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/573>>. Acesso em 20 out. 2017.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. As Instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos. *In: OSÓRIO, A.C. N. (Org.). Diálogos em Foucault*, p. 95-133. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2010.

OSÓRIO. Antônio Carlos do Nascimento. Michel Foucault: Possibilidades, Anseios e Busca. *Rev. Diálogos e Perspectivas em Educação Especial. Marília, SP: UNESP*, v. 1, n. 1, p. 11-20, jun./dez.2014. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/4031>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

PAVÃO, Ronaldo Maciel. *Educação revolucionária: pedagogia que fracassou?* Dissertação de mestrado, UFMS. Campo Grande, MS, 2009. Disponível em: <<https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/241>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

PIMENTA, Thaís. Da Zona Norte grupo de rap La Firma é resistência em meio ao esquecimento. 07 abr. 2018. *Campograndenews*. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/da-zona-norte-grupo-de-rap-la-firma-e-resistencia-em-meio-ao-esquecimento>>. Acesso em: 29 set. 2018.

RESENDE, Haroldo. Apresentação. *In: Haroldo de Rezende (Org.). Michel Foucault: o governo da Infância.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ROMANOWSKI, J. P. e ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da arte” em Educação. *Revista Diálogo Educacional*, vol. 6, núm. 19, set-dez, 2006, pp. 37-5: PUC PR, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

SARAIVA, João Batista Costa. *Compêndio de Direito Penal Juvenil: Adolescente e Ato Infracional*. 4. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

SARAIVA, J. B. C. **Adolescente em conflito com a lei da indiferença à proteção integral:** uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

SAUER, Leandro. **O mapeamento dos índices de inclusão e exclusão social em Campo Grande:** Uma nova reflexão. [Estevan Campelo e Maria Auxiliadora Leal Capillé]. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2012. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/sas/wp-content/uploads/sites/19/2016/12/Mapeamento-dos-I%CC%81ndices-de-Inclusa%CC%83o-e-Exclusa%CC%83o-Social-em-Campo-Grande-MS.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

SCISLESKI, A. C. C. et al. Medida Socioeducativa de Internação: dos Corpos Dóceis às Vidas Nuas. **Psicol. cienc. prof.** [online]. v. 34, n. 3. p. 660-675. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n3/1982-3703-pcp-34-03-0660.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SILVA, Édio Raniere da. **A invenção das medidas socioeducativas.** 2014. 196 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/87585>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SOUZA, Candida de. **“A gente nasceu bandido e vai morrer bandido”?** Trajetórias de criminalização e escolarização de adolescentes privados de liberdade. Tese de Doutorado. UnB, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/23600>> Acesso em: 14 fev. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Paz restaurativa:** a paz que nasce de uma nova justiça: 2012-2013 um ano de implantação da justiça restaurativa como política de pacificação social em Caxias do Sul. Coord. Leoberto Brancher. Porto Alegre, Departamento de Artes Gráficas, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Repositório digital LUME. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso em: 14 out. 2017 e 12 fev. 2019.

UNIDADE EDUCACIONAL DE INTERNAÇÃO DOM BOSCO. Rotina Socioeducativa da UNEI Dom Bosco. Documento institucional. Campo Grande, 2018.

VIDAL, Diana G. e ABADALA, Rachel D. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas de pesquisa. In: **Educação**, v. 30, n. 02, p. 117-194. Santa Maria, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3745>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

VINCI, Christian F. R. G. A problematização e as pesquisas educacionais: sobre um gesto analítico foucaultiano. Universidade de São Paulo (FE-USP). In: **Filosofia e Educação**, v. 7, n. 2. Campinas, SP Junho-Setembro de 2015, p. 195-219. Disponível em: <[file:///C:/Users/PC/Downloads/8637554-7597-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/8637554-7597-1-PB%20(2).pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2018.

ANEXOS

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA – JUIZ



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



OF Nº 003 /2018

Campo Grande, 23 de Abril de 2018.

AO MERITÍSSIMO SENHOR JUIZ
DR. MAURO NERING KARLOH
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
TJ/MS

Senhor Juiz,

A Mestranda Simone Grisolia Monteiro pós-graduanda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul encontra-se desenvolvendo um estudo para levantar subsídios (documentos, observações e entrevistas) com vistas a elaboração de seu relatório de dissertação, tendo como foco as Práticas Sociais do Sistema Socioeducativo, sob minha orientação.

Diante disso, solicito à Vossa autorização para que a Mestranda possa realizar observações e coleta de dados em prontuários dos adolescentes, documentos, sistema de gestão operacional e outras fontes de registros, além de entrevistas com os atores da socioeducação que atuam na Unidade Educacional de Internação Masculina Dom Bosco, em Campo Grande/MS.

Destaco que a utilização das informações recolhidas em diferentes fontes terá caráter restrito, sendo que nenhum nome ou dado que identifique os sujeitos e a instituição serão divulgados para outros fins.

Ademais, destaco que a pós-graduanda e eu, na condição de pesquisador-orientador, nos comprometemos ao final das atividades, socializar os resultados do estudo, no momento oportuno.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Curso de Mestrado/FACH
Av. Costa e Silva, s/n | Caixa Postal 549
Fone: 67 3345.3587 E-mail: mestradopsic.fach@ufms.br
CEP 79070-900 | Campo Grande | MS

RECEBI EM
26/04/2018
Celso Almeida da Oliveira
Subtenente de Assistência Socioeducativa

1- JUIZ
2- ANTE A FIRMADA DE DECLINADA,
SENDO PATENTE O INTERESSE,
DEFIRO O PEDIDO, AUTORIZANDO
O INGRESSO DA SRA. SIMONE
G. MONTEIRO, C/ AS CÂMERAS
EXCLUSIVAMENTE NO
SICILIO
3- NÃO CONCORDO
A S.A.S.
4- 23/04/2018
C.R.R.
29/04/2018

Dr. Mauro Nering Karloh
Juiz de Direito

ANEXO B - AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA – SUPERINTENDENTE



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Ofício nº 19/2018 - PPGPSICO/POS/FACH/UFMS

Campo Grande, 18 de abril de 2018.

Da: Coordenadora Substituta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Curso de Mestrado
Prof.^a Dr.^a Zaira de Andrade Lopes
Para: Superintendência de Assistência Socioeducativa (SAS/SEJUSP/MS)
Sr. Celso Almeida de Oliveira
Assunto: **Solicitação de autorização para realização de pesquisa**

Senhor Superintendente,

A acadêmica Simone Grisolia Monteiro está realizando o Curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e para a elaboração de sua Dissertação, desenvolve a pesquisa intitulada: *Práticas Sociais no Sistema Socioeducativo*, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos do Nascimento Osório.

Assim sendo, solicitamos a sua autorização para que ela possa realizar observações e coleta de dados em prontuários dos adolescentes, documentos, sistema de gestão operacional e outras fontes de registros, além de entrevistas com os atores da socioeducação que atuam na Unidade Educacional de Internação Masculina Dom Bosco, em Campo Grande/MS.

Destacamos que a utilização das informações se restringirá à análise para esta pesquisa, que nenhum nome ou dado que identifique os sujeitos e a instituição serão divulgados ou usados para outros fins. A pesquisadora e o seu orientador comprometem-se a dar a devolutiva dos resultados da investigação à instituição e aos sujeitos participantes.

Por fim, colocamo-nos à disposição para quaisquer dúvidas e informações através dos telefones (67)3345-3587 / (67) 999987301.

Atenciosamente,

ZAIRA DE ANDRADE LOPES



Documento assinado eletronicamente por **Zaira de Andrade Lopes, Professor do Magisterio Superior**, em 18/04/2018, às 13:07, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0446779** e o código CRC

AUTORIZO COMPLETAMENTE
A REALIZAÇÃO DA PESQUISA
EM ANEXO
EM
26/04/2018
Celso Almeida de Oliveira
Superintendente de Assistência Socioeducativa

 6FBB1B01.

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.008877/2018-13

SEI nº 0446779

ANEXO C – Quadro de registro: Produção de conhecimento relacionada à temática.

Banco de Dados:				
Palavras-chave:				
Data da busca:				
N	Documento (Tese Dissertação Artigo)	Referencia	Resumo	Comentário
01				
02				
03				

ANEXO D - Registros em diário de campo:

Data:

Local da observação e tipo de atividade:

Indivíduos presentes na atividade (funções):

Narrativa detalhada das observações

ANEXO E - Modelo do relatório emitido pelo sistema integrado de gestão operacional (sigo), referência para a coleta de dados

QUANTIDADE DE INTERNOS ENTRADAS E SAÍDAS
PERÍODO: XX/XX/XXXX até XX/XX/XXXX

UNIDADE EDUCACIONAL DE INTERNAÇÃO MASCULINA DOM BOSCO - CG

NOME	DT NASC	RGI	DATA	ORIGEM	DESTINO	INSTRUMENTO
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Operacional.

Definição operacional dos termos nas colunas:

RGI: Registro Geral do Interno. É o número que identifica cada indivíduo no sistema. Cada adolescente tem um número de RGI único, independente de quantos processos possua.

DATA: refere-se à data de registro do adolescente a cada entrada na unidade pesquisada.

ORIGEM: indica de onde vem o adolescente que dá entrada na unidade em que foi solicitada a pesquisa, que poderá ser uma delegacia ou outra unidade socioeducativa.

DESTINO: é a unidade socioeducativa pesquisada.

INSTRUMENTO: motivo para a entrada na unidade socioeducativa referida, que poderá ser: **RECÂMBIO**, quando se refere à transferência de uma unidade socioeducativa para outra; ou, **DETERMINAÇÃO JUDICIAL**, quando há uma ordem emitida pelo juizado competente para a internação do adolescente, na qual consta a unidade de destino para o cumprimento da medida socioeducativa.

ANEXO F - Planilha para a coleta de dados no sistema sigo referente aos registros posteriores à saída da unidade socioeducativa.

Unidade pesquisada:

Período:

Data da coleta dos dados:

RGI	DATA ENTRADA	DATA SAÍDA	ESCOL.	Cor/raça	Bairro atual	Situação atual	Motivo registro SIGO / adulto
XX	XX				XX	XX	XX

Definição operacional dos termos nas colunas:

RGI: Registro Geral do Interno. É o número que identifica cada indivíduo no sistema. Cada adolescente tem um número de RGI único, independente de quantos processos possua.

DATA ENTRADA: refere-se à data de registro do adolescente a cada entrada na unidade pesquisada.

DATA SAÍDA: refere-se à data de saída da unidade pesquisada.

BAIRRO ATUAL: bairro onde o adolescente reside

SITUAÇÃO ATUAL: indica se não há registros do adolescente após a data da saída do adolescente da unidade ou situação de registro do adolescente no Sistema SIGO na data da pesquisa, que poderá ser:

- a. Sistema Penitenciário (SP), quando está inserido no sistema em qualquer regime (fechado, semiaberto ou domiciliar);
- b. Livre, com passagem (LP), refere-se a adolescente que está em liberdade, porém teve registro de ingresso no sistema penitenciário;
- c. Livre (L), quando o último registro no SIGO refere-se à liberação por ordem judicial;
- d. Evadido ou com Mandado de Busca e Apreensão (E/MBA), quando o adolescente saiu irregularmente da unidade, sem finalizar o cumprimento da medida socioeducativa;
- e. Óbito: registro de morte do adolescente;

MOTIVO REGISTRO SIGO / ADULTO: No caso de haver novos registros no SIGO, indica o motivo: infração penal, vítima, abordagem policial para averiguação, etc .

ANEXO G - Dados coletados das pastas arquivo individuais de adolescentes

CAIXA N° XX/20XX

RGI;

Situação atual;

Histórico de atendimentos a partir da data de entrada no sistema socioeducativo: DATA /
ESPECIFICAÇÃO DO TIPO DE ATENDIMENTO;

Período em que ficou interno

Transcrições parciais dos escritos nos documentos encontrados, identificadas as funções

ENTREVISTA SOCIAL

Dados do adolescente:

Nome: _____
 Data de Nascimento: ___/___/___ Data apreensão: ___/___/___ Data entrada Unid.: ___/___/___
 Idade: _____ Naturalidade: _____ Estado: _____ País: _____
 Endereço residencial: _____
 Bairro: _____
 Município: _____ CEP: _____
 Ponto de referência: _____
 Tempo de residência no endereço atual: _____
 Fones/contato: _____
 Religião: _____ Praticante: () sim () não () eventual Sexo: () F () M
 Etnia: _____ - se indígena, especificar: _____
 Estado Civil: _____ Convivência marital: _____
 Possui filhos? () não () sim - quantos? _____ Gravidez atual? _____
 Teve passagem por: () acolhimento institucional () clínica de tratamento
 () situação de rua () Conselho Tutelar () delegacia

Documentação pessoal:

Certidão de Nascimento () possui () não possui () providenciado
 Registro Geral () possui () não possui () providenciado
 Cartão SUS () possui () não possui () providenciado
 CPF () possui () não possui () providenciado
 Carteira de Trabalho () possui () não possui () providenciado
 Carteira de Reservista () possui () não possui () providenciado
 Alistamento Militar () possui () não possui () providenciado
 Título de Eleitor () possui () não possui () providenciado
 Carteira de Motorista () possui () não possui () providenciado
 Obs: _____

Formação Educacional:

Situação atual: _____ escolar
 Frequência escolar antes da MSE: _____
 Última escola: _____
 Cidade: _____ Bairro: _____
 Grau de Escolaridade: _____

Formação/iniciação profissional:

Experiência de trabalho: _____
 Idade de inserção no trabalho: _____
 Situação profissional até a entrada na Unidade: _____
 Local de trabalho (até a entrada na Unidade): _____
 Função: _____ Contato: _____
 Endereço: _____

Histórico de MSE:

Cidade onde ocorreu o fato: _____
 Bairro onde ocorreu o fato: _____

Quanto ao número de entradas na unidade em situação de internação provisória:

1 2 3 4 ou mais

Quanto ao cumprimento de MSE: (*exceto internação provisória*)

primeira MSE

segunda MSE → mesmo ato infracional atos infracionais diversos

terceira MSE → mesmo ato infracional atos infracionais diversos

quarta MSE → mesmo ato infracional atos infracionais diversos

mais de quatro MSE → mesmo ato infracional atos infracionais diversos

outros (MBA...)

Idade do cometimento do primeiro ato infracional: _____

Ficou em delegacia? _____

Há relato de situação de ameaça contra o adolescente e/ou familiares?

Dados familiares:

Reside com: _____

Situação conjugal dos pais: _____

Pai _____ :

Idade: _____ falecido ausente desconhecido interno do sistema penitenciário Escolarização: _____

Religião: _____ praticante não praticante

Profissão: _____

Local de trabalho: _____ de

Registro em Carteira de Trabalho: sim não autônomo outra situação

Fones: Residencial: _____ Comercial: _____ Celular: _____ Recados: _____

Renda mensal: _____

Observações: _____

Mãe: _____

Idade: _____ falecida ausente desconhecida interna do sistema penitenciário

Escolarização: _____

Religião: _____ praticante não praticante

Profissão: _____

Local de trabalho: _____

Registro em Carteira de Trabalho: sim não autônoma outra situação

Fones: Residencial: _____ Comercial: _____ Celular: _____ Recados: _____

Renda mensal: _____

Observações: _____

Responsável legal: _____ Idade: _____

Escolarização: _____

Religião: _____ praticante não praticante

Profissão: _____

Local de trabalho: _____

Registro em Carteira de Trabalho: () sim () não () autônomo () outra situação

Fones: Residencial: _____ Comercial : _____ Celular: _____ Recados: _____

Renda mensal: _____

Observações: _____

Cônjuge/convivente: _____

Responsável legal: _____

Idade: _____ Escolarização: _____

Religião: _____ () praticante () não praticante

Profissão: _____

Local de trabalho: _____

Registro em Carteira de Trabalho: () sim () não () autônomo () outra situação

Fones: Residencial: _____ Comercial: _____ Celular: _____ Recados : _____

Renda mensal: _____

Possui filhos? () não () sim - quantos? _____ Gravidez atual? _____

Observações: _____

Aspectos do relacionamento familiar:

Renda familiar mensal: _____ Renda *per capita*: _____

Há familiares inscritos no CadÚnico e/ou inseridos em programas sociais? Descrever:

Necessidade de encaminhamentos de familiares para a rede socioassistencial e/ou de saúde:

_____, ____/____/____.

(local e data)

(identificação do profissional)

Assistente Social – CRESS xxxx

Analista de Medidas Socioeducativas

Síntese e evolução - Serviço Social

Dinâmica Sócio familiar:

Formas de participação da família para o efetivo cumprimento do plano individual:

Atividades de integração e apoio à família:

Metas pactuadas com o (a) adolescente:

Parceiros da rede envolvidos:

Breve histórico infracional:

Evolução:

Com que idade começou a estudar? Fez pré-escola?

Sentiu algum tipo de dificuldade na escola? (aprendizagem e relacionamentos)

Houve situação de interrupção na escola? Descrever:

Envolveu-se em alguma situação de bullying? Descrever:

Como se sente atualmente em relação aos estudos?

Já trabalhou? (quando, onde, tempo de permanência, salário) O que fazia com o dinheiro?

Tem interesse em fazer curso profissionalizante? Qual? Já fez algum? Áreas de interesse:

Você tem um sonho, um projeto de vida?

Potencialidades observadas no adolescente:

Dificuldades observadas no adolescente:

Quando e como teve as primeiras informações sobre sexualidade?

Idade de início de relacionamento sexual: _____

Quanto ao uso de preservativos, usa: sempre eventualmente nunca

Obs.: _____

Qual a identidade de gênero?

homem mulher travesti/transsexual

Qual a orientação sexual?

heterossexual homossexual bissexual

Obs.: _____

Apresenta algum problema de saúde? Faz uso de medicamentos?

Histórico de uso de substâncias psicoativas:

Existe algum familiar com doença mental, uso de substância psicoativa, ocorrência de suicídio?

Acontece ou já aconteceu:

sonilóquio solilóquio desmaios

convulsões delírios alucinações

manifestações emocionais como gagueira, tiques, outros: _____

Qual o sentimento em relação ao(s) ato(s) infracional(ais) praticado?

Estava sozinho (a) ou acompanhado (a)?

Possui membro (s) da família que tenha (m) envolvimento infracional ou criminal?

Como costuma se divertir? (áreas/temas de interesse, atividades que lhe dão prazer)

Quais pessoas considera seus amigos? Por quê?

Aspectos de relacionamento interpessoal:

Auto-percepção do (a) adolescente:

Autoavaliação do (a) adolescente:

Quais os seus objetivos durante o cumprimento da MSE?

_____, ____/____/____.

(identificação do profissional)

Psicóloga (o) – CRP Nº Analista de Medidas Socioeducativas

Síntese e evolução - Psicologia

Aspectos psicológicos do adolescente:

Objetivos do (a) adolescente:

Áreas de interesse para profissionalização:

Indicativo para avaliação psicológica, psiquiátrica, tratamento para dependência química ou na área da saúde mental?

Metas pactuadas com o (a) adolescente:

Evolução:

ENTREVISTA PSICOSSOCIAL COM FAMILIAR/RESPONSÁVEL

Adolescente: _____

Nome(s):

_____ vínculo:

_____ vínculo:

Como soube da apreensão do (a) adolescente?

Sentimento em relação ao ato infracional praticado pelo (a) adolescente:

Como percebe o relacionamento dos familiares com o (a) adolescente?

Histórico da concepção, gravidez, parto, desenvolvimento infantil:

Comportamento durante a infância:

Desenvolvimento escolar:

Observações quanto a mudanças comportamentais (quando, como, fatos marcantes)

Histórico de uso de substâncias psicoativas pelo adolescente (há histórico familiar?):

Relacionamentos interpessoais do adolescente (família conhece os amigos do jovem?):

Como a família pode participar para o cumprimento do PIA:

Expectativas quanto ao futuro do adolescente:

Proposta de atividades de integração e apoio à família:

_____, ____/____/____.
(local e data)

(identificação do profissional)
Assistente Social
Analista de Medidas Socioeducativas

(identificação do profissional)
Psicóloga (o)
Analista de Medidas Socioeducativas

FICHA DE VISITA DOMICILIAR

Adolescente: _____

Convivência familiar:

Número de pessoas que residem na casa: _____

Composição familiar (vínculo sanguíneo/afetivo) na residência:

Nome	Idade	Vínculo	Escolaridade	Profissão	Renda

Habitação:

Procedência: _____

Condição da Residência: _____

Tipo de edificação: _____

Número de cômodos:

sala _____; quarto _____; cozinha _____; banheiro _____; outros _____

Saneamento: fossa () rede de esgoto () outro _____

Água encanada () água de poço Outro () _____

Energia elétrica: _____ Coleta de lixo: _____

Observações das condições de higiene: _____

Aspectos relevantes observados na visita domiciliar:

_____, ____/____/____.

(local e data)

 (identificação do profissional)
 Analista de Medidas Socioeducativas

 (identificação do profissional)
 Analista de Medidas Socioeducativas

AVALIAÇÃO INICIAL INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

(Artigo 39,II,d.)

Dados de Identificação

Adolescente: _____

Processo nº: _____ Ato infracional: _____

Data de nascimento: ____/____/____. Idade: ____ anos .

Data da entrada: ____/____/____. Tempo cumprido na MSE: _____

Estado civil: _____ Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____ Religião: _____

Filiação – Pai: _____

-Mãe: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Serviço Social

Procedimentos: *(elencar os procedimentos realizados)*

(Descrever dados da avaliação inicial realizada contendo: breve histórico familiar, vínculos familiares, situação socioeconômica, histórico infracional. Se possível, incluir previsão de formas de participação da família)

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Assistente Social – CRESS xxxxxx

Analista de Medidas Socioeducativas

Psicologia

Procedimentos:

(elencar os procedimentos realizados)

(Descrever dados da avaliação inicial realizada contendo: dinâmica do (a) adolescente, vínculos atuais positivos e negativos, potencialidades e dificuldades, aspectos de saúde mental).

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Psicóloga (o) – CRP xxxxx

Analista de Medidas Socioeducativas

Área Pedagógica - Escolarização

(Descrever dados da avaliação inicial realizada contendo: situação escolar atual).

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Coordenação Pedagógica E.E. Pólo Profª. Evanilda Maria Neres Cavassa

Área Pedagógica – Qualificação Profissional

** se não houver profissional pedagoga (o), esta informação constará no parecer da (o) psicóloga (o) ou da (o) assistente social, e este item será retirado.*

(Descrever sucintamente as possibilidades de qualificação profissional)

(identificação e assinatura da profissional)

Pedagoga

Analista de Medidas Socioeducativas

Saúde

Procedimentos: *(elencar os procedimentos realizados- ex: entrevista, consulta médica, consulta odontológica)*

(Descrever dados da avaliação inicial realizada contendo: situação de saúde atual, ações/intervenções/agendamentos realizados, uso de medicação controlada).

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Técnica (o) em Enfermagem

Disciplina

(Descrever dados da avaliação inicial realizada contendo: observações quanto ao comportamento do (a) adolescente, adaptação à rotina da unidade, aspectos de higiene, relacionamentos com os (as) demais adolescentes e com os (as) socioeducadores (as)).

(identificação e assinatura do (a) profissional)

(cargo/ função)

_____, / ____ / ____

(Identificação e assinatura da Direção da Unidade Educacional)

Diretor (a)

PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO

PIA

Lei 12.594/2012, artigos 52 – 55, 57 e 59.

Dados de Identificação

Adolescente: _____ Data da entrada: ___/___/___.

Processo nº: _____ Data de nascimento: ___/___/___.

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____ Escolaridade: _____

Filiação – Pai: _____

-Mãe: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Serviço Social - Lei 12.594/2012, artigos 52 - Parágrafo único, 53 e 54 - I, IV, V e 55 – II.

(Descrever dados da avaliação realizada contendo: dinâmica sociofamiliar, situação socioeconômica, formas de participação da família, atividades de integração e apoio à família, para efetivo cumprimento do PIA, metas com o adolescente)

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Assistente Social – CRESS xxxxxx

Analista de Medidas Socioeducativas

Psicologia – Lei 12.594/2012 artigos 52 - Parágrafo único, 53 e 54 – I, II, V.

(Descrever dados da avaliação inicial realizada contendo: dinâmica do (a) adolescente, vínculos atuais positivos e negativos, objetivos do (a) adolescente, potencialidades e dificuldades, aspectos de saúde mental, formas de participação da família para o cumprimento das metas pelo (a) adolescente, autoavaliação do (a) adolescente, metas pactuadas com o (a) adolescente)

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Psicóloga (o) – CRP xxxxx

Analista de Medidas Socioeducativas

Área Pedagógica - Escolarização - Lei 12.594/2012, artigo 54 – I, III e 57 § 2º I.

(Descrever situação escolar atual e os objetivos na escolarização).

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Coordenação Pedagógica E.E. Pólo Profª. Evanilda Maria Neres Cavassa

Área Pedagógica – Qualificação Profissional - Lei 12.594/2012, artigo 54 – I, II e III, 55 - II.

** se não houver profissional pedagoga (o), esta informação constará no parecer da (o) psicóloga (o) ou da (o) assistente social, e este item será retirado.*

(Descrever sucintamente áreas de interesse/habilidades/potencialidades para qualificação profissional)

(identificação e assinatura da profissional)

Pedagoga

Analista em Medidas Socioeducativas

Educação Física - Lei 12.594/2012, artigos 54 - I, II, III, VI e 55, II.

** somente para unidades onde houver Analista em Ações Socioeducacionais com formação em Educação Física, caso contrário este item será retirado.*

(Descrever dados da avaliação física realizada, áreas de interesse do (a) adolescente para inclusão em atividades individuais e/ou coletivas, internas e/ou externas, metas pactuadas com o (a) adolescente)

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Prof. Educação Física - CREF nº XXX

Analista em Medidas Socioeducativas

Arte-educação - Lei 12.594/2012, artigos 54 I, II, III, VI e 55, II.

** somente para unidades onde houver Analista em Ações Socioeducacionais com formação em Educação Artística, caso contrário este item será retirado.*

(Descrever dados da avaliação realizada, áreas de interesse, potencialidades e habilidades do (a) adolescente para inclusão em atividades individuais e/ou coletivas, internas e/ou externas, metas pactuadas com o (a) adolescente)

(identificação e assinatura do profissional)

Prof. Educação Artística

Analista em Medidas Socioeducativas

Saúde - Lei 12.594/2012, artigos 54 - I, II, VI e 55, II.

(Descrever: situação de saúde atual, encaminhamentos e tratamentos realizados, medicação prescrita, situação de imunizações, participação em ações de saúde, metas pactuadas com o (a) adolescente - Lei 12.594/2012, artigos 54 - I, II, VI e 55, II).

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Técnica (o) em Enfermagem – COREN xxx

• Medidas específicas de atenção à saúde bucal ** somente para unidades onde houver profissional de Odontologia, caso contrário a saúde bucal será tratada pela enfermagem no item anterior.*

(Descrever: situação de saúde bucal atual, encaminhamentos e tratamentos realizados, medicação prescrita, participação em ações de saúde, metas pactuadas com o (a) adolescente).

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Cirurgião Dentista – CRO/MS nº XXXX

Disciplina - Lei 12.594/2012, artigos 54 I, II.

(Relatar o observado quanto ao comportamento do (a) adolescente, adaptação à rotina da unidade, aspectos de higiene, relacionamentos com os (as) demais adolescentes e com os (as) socioeducadores. Ocorrência de faltas disciplinares, sanções e ações complementares; ocorrência de atitudes positivas, concessão de incentivos e benefícios complementares)

(identificação e assinatura do (a) profissional)

(cargo/ função)

Comissão Multidisciplinar

(Listar a Equipe multidisciplinar presente na(s) reunião(ões) e data(s) de realização)

1. Resultados da avaliação interdisciplinar - Lei 12.594/2012, artigo 54, III.

(Conclusão sobre as metas pactuadas, incluindo as metas a serem atingidas para o alcance do desenvolvimento de atividades externas pelo (a) adolescente)

2. Atividades complementares (internas ou externas) que o (a) adolescente poderá participar com objetivo de integração social e/ou capacitação profissional : - Lei 12.594/2012, artigos 55, II 54, III

(Elencar atividades para possível inclusão do (a) adolescente)

3. A Unidade mais adequada para o adolescente cumprir a medida socioeducativa determinada pelo Juizado é

_____ devido a _____

- Lei 12.594/2012, art. 55, I.

(Explicitar a designação da Unidade: próxima à moradia da família, risco para o adolescente, etc.)

_____, / / .

(Identificação e assinatura da Direção da Unidade Educacional)

Diretor (a)

Pactuamos e nos comprometemos a contribuir para que as metas acima descritas sejam atingidas.

(Adolescente)

(familiar/Responsável)

RG: _____

➤ *O planejamento deve ser revisto continuamente, em acordo com a evolução do adolescente, registrando alterações cronologicamente em folha(s) anexa(s) a esta.*

➤ *As orientações (em itálico) deverão ser apagadas.*

➤ *Este documento deve ser feito em duas vias originais, com as devidas assinaturas, sendo uma encaminhada para o Juizado e a outra arquivada na pasta do (a) adolescente.*

RELATÓRIO MULTIDISCIPLINAR

EVOLUÇÃO DO PIA

(Lei 12.594, artigo 58)

Dados de Identificação

Adolescente: _____

Processo nº: _____

Data de nascimento: ____/____/____. Idade: ____ anos e ____ meses.

Data da entrada: ____/____/____. Tempo cumprido na MSE: _____

Estado civil: _____ Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____ Religião: _____

Filiação – Pai: _____

- Mãe: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Serviço Social

Procedimentos: *(elencar os procedimentos realizados)*

*(Descrever informações relativas à **evolução**: na dinâmica sociofamiliar, situação socioeconômica, no desenvolvimento e empoderamento da família e na efetivação da participação da família para o cumprimento do PIA – Importante a auto-avaliação da família neste contexto e o desdobramento dos encaminhamentos realizados. Situação da documentação pessoal do (a) adolescente.*

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Assistente Social – CRESS xxxxxx

Analista de Medidas Socioeducativas

Psicologia

Procedimentos: *(elencar os procedimentos realizados)*

*(Descrever informações relativas à **evolução**: na dinâmica do (a) adolescente, vínculos atuais positivos e negativos, objetivos do (a) adolescente, potencialidades e dificuldades, auto percepção em relação ao exercício da cidadania pelo (a) adolescente, auto avaliação do (a) adolescente, aspectos de saúde mental, atividades de integração e apoio à família).*

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Psicóloga (o) – CRP xxxxx

Analista de Medidas Socioeducativas

Área Pedagógica - Escolarização

(Descrever o desenvolvimento e integração do (a) adolescente com relação à escolarização e ao ambiente escolar).

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Coordenação Pedagógica E.E. Pólo Profª. Evanilda Maria Neres Cavassa

Área Pedagógica – Qualificação Profissional

** se não houver profissional pedagoga (o), esta informação constará no parecer da (o) psicóloga (o) ou da (o) assistente social, e este item será retirado.*

(Descrever sucintamente áreas de interesse/habilidades/potencialidades para qualificação profissional e encaminhamentos)

Cursos realizados/em andamento

Curso	Data a início	Data término	Observações

(identificação e assinatura da profissional)

Pedagoga

Analista de Medidas Socioeducativas

Educação Física

Procedimentos: (elencar os procedimentos realizados, ex: entrevista)

(Descrever informações relativas à avaliação física atual, às atividades propostas e à **evolução** do (a) adolescente nas atividades propostas).

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Prof. Educação Física

Analista de Medidas Socioeducativas

Arte-educação

Procedimentos: (elencar os procedimentos realizados)

(Descrever informações relativas à avaliação física atual, às atividades propostas e à **evolução** do (a) adolescente expressão e habilidade de apresentação nas atividades propostas).

(identificação e assinatura do profissional)

Prof. Educação Artística

Analista de Medidas Socioeducativas

Saúde

Procedimentos: (elencar os procedimentos realizados- ex: entrevista, consulta médica, consulta odontológica)

(Descrever: situação de saúde atual, encaminhamentos e tratamentos realizados, medicação prescrita, situação de imunizações, participação em ações de saúde, adesão do (a) adolescente a um tratamento prescrito).

(identificação e assinatura da (o) profissional)

Técnica (o) em Enfermagem

Disciplina

Avaliação disciplinar

(observações quanto à **evolução** no comportamento do (a) adolescente, adaptação à rotina da unidade, aspectos de higiene, relacionamentos com os (as) demais adolescentes e com os (as) socioeducadores. Ocorrência de faltas disciplinares, sanções e ações complementares; ocorrência de atitudes positivas, concessão de incentivos e benefícios complementares).

(identificação e assinatura do (a) profissional)

(cargo/ função)

Comissão Multidisciplinar

(Listar a Equipe multidisciplinar presente na(s) reunião(ões) e data(s) de realização)

1. Metas pactuadas:

(Descrever o desenvolvimento do (a) adolescente em direção ao alcance das metas pactuadas; descrever o alcance das metas para o desenvolvimento de atividades externas pelo adolescente).

2. Atividades complementares (internas ou externas) que o (a) adolescente poderá participar, com objetivo de integração social e/ou capacitação profissional:

(Elencar atividades que participou ou que participará).

3. A Unidade mais adequada para o(a) adolescente cumprir a medida socioeducativa determinada pelo Juizado é

_____ devido

a _____

(Explicitar a designação da Unidade: próxima à moradia da família, risco para o adolescente, etc. - Lei 12.594/2012, art. 55, I)

4. Indicação da fase do (a) adolescente em relação à evolução do PIA:

(não considerar tempo cronológico, considerar o tempo do (a) adolescente para assimilar os objetivos, planejar, avançar e replanejar sempre que necessário)

- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> Fase inicial de atendimento
<input type="checkbox"/> Fase intermediária
<input type="checkbox"/> Fase conclusiva |
|---|

_____, /_____/_____

 (Identificação e assinatura da Direção da Unidade Educacional)

Diretor (a)